

O espaço agrário de Ponte de Lima

ALGUNS CONTRASTES

Maria Helena Mesquita Pina

Setembro de 1885

«... quem não foi e não veio, pela direita e pela esquerda da ribeira, de Viana a Ponte de Lima; e de Ponte de Lima a Viana; quem durante alguns dias não viveu e não passeou nesta ridente e amorável região privilegiada das éclogas e das pastorais, não conhece de Portugal a porção de céu e de solo mais vibrantemente viva e alegre, mais luminosa e mais cantante.

Nesta quadra do ano principalmente, na ocasião das colheitas, quando as ceifeiras, de mangas arregaçadas atravessam os campos, carregadas de feixes de canas maduras; quando o milho começa a alourar as eiras, e ao longo das planícies ou por detrás dos outeiros, nos pontos onde alvejam casas ou muros de quintas, se ouve a cantiga das desfolhadas (...) A natureza parece uma larga festa em toda a bacia do Lima, fechada ao sul pelo biombo de montanhas que principia de leste em Lindoso, na fronteira espanhola, e termina a oeste em Faro de Anha, sobre o porto de Viana.»

Ramalho Ortigão²

I — Introdução

Mas não foi apenas Ramalho Ortigão quem enalteceu as belezas naturais da «Ribeira Lima». Muitos outros autores em diferentes épocas o fizeram. Ultrapassando porém esta visão poética, qual a realidade com que deparamos no final da década de oitenta? Qual a estrutura sócio-económica

¹ Resumo da primeira parte da tese de Mestrado apresentada na F.L.U.C.

² ORTIGÃO, Ramalho p. 5 e 6.

do concelho de Ponte de Lima? Quais as características da sua população? Quais as assimetrias espaciais detectáveis, independentemente da época em que nos enquadremos?

E muitas outras questões surgiriam de imediato, todas elas pertinentes.

Embora a «Ribeira Lima» abarque diversos municípios, neste trabalho cingir-nos-emos à área administrativa de Ponte de Lima (321,20 Km²)³ (Fig. 1), tomando como base temporal de análise as três últimas décadas, sobretudo no que se refere à caracterização da actividade básica na estrutura económica local, ou seja, a agricultura. Não obstante, recuaremos no tempo sempre que achemos necessário.

O espaço em análise apresenta-se contrastante. Efectivamente, aos amplos plainos aluviais do rio Lima, principal linha de água que atravessa este concelho, contrapõem-se as áreas serranas, limitadas geralmente por vertentes de fortes declives. Os exemplos comprovativos da afirmação anterior são vários: Serra de Arga a NW, Serra da Cumieira quando nos encaminhamos para a freguesia da Cibração, ou ainda o Monte de Travanca, no extremo NE do concelho (Fig. 2). Nas freguesias cujas altitudes médias ultrapassam os 100 metros, geralmente implantadas em áreas de morfologia muito acidentada, encontramos-nos no domínio do «bravio», (extensas áreas do património público ou privado); ou então, se o meio é ainda mais agreste, deparamos com o domínio dos descampados, onde se intercalam grandes blocos graníticos. A altitudes inferiores, é porém a agricultura efectuada em moldes tradicionais, que encontramos, aproveitando amplas veigas, extremamente férteis onde as minúsculas leiras se multiplicam. É o caso, por exemplo, de Bertandos, Fontão, Santa Comba (Fig. 1).

No quadro do concelho, a sul do Rio Lima, num horizonte em que se destacam apenas as Serras de Nora e a de S. Veríssimo, encontramos também depressões mais ou menos extensas, intercaladas entre as elevações já referidas. Elas são aproveitadas intensamente de igual modo pela agricultura, tal como as veigas que bordejam o Lima e seus principais afluentes.

Contudo, não é apenas a actividade agro-florestal que existe no concelho. Embora timidamente, despontam diversas outras que são na sua grande maioria, semi-artesanais, de estrutura familiar e de reduzida dimensão. As excepções são escassas.

Não é de admirar, portanto, que apenas a emigração ou o êxodo rural tenham conseguido superar muitas das dificuldades económicas existentes no concelho (sobretudo no período anterior à segunda metade da década de setenta). Como facilmente se depreende, também a população, no que diz

³ Comissão Nacional do Ambiente, A carta administrativa de Portugal e a sua contribuição para a investigação urbana e regional, Lisboa, 1980.

respeito à sua estrutura etária, características sócio-culturais e mesmo profissionais, acompanha um pouco a diversidade geográfica anteriormente referida em função de vários factores que se apresentam como preponderantes em certas áreas e se esbatem noutras. E quais são esses



Fonte-«Carta Administrativa de Portugal»

Fig. 1 — As freguesias do concelho de Ponte de Lima.

factores conducentes a estas características? Qual a incidência e a importância do factor histórico, nomeadamente?

Se é certo que desde a Idade Média encontramos na «Ribeira Lima» uma forte implantação de palácios, conventos e solares, se é certo também que se multiplicaram ao longo do tempo os morgadios e os grandes senhorios manipuladores de uma vasta camada social de rendeiros e foreiros, há que perguntar, portanto, quais os seus vestígios e projecções no espaço actual.

Mas também a rede viária constitui um dos factores a ter em consideração, e mais uma questão poderemos colocar qual a influência da maior ou menor densidade da rede viária e período da sua implantação nas características actuais desta área?

Neste trabalho tentaremos apresentar em breves traços um contributo para a caracterização sócio-económica actual (1988) do concelho, nos seus mais diversos parâmetros (quadro físico, histórico, estrutura social, actividades económicas).

Na segunda parte do trabalho e na impossibilidade de proceder a uma análise exaustiva e pormenorizada de todo o município, seleccionamos duas freguesias cuja actividade económica dominante no concelho se revelasse também fundamental em ambas, apesar de a cada uma corresponder uma realidade distinta: são elas Bertandos e Estorãos⁴.

A fim de atingirmos os objectivos propostos, era indispensável a obtenção de um conjunto muito variado de informações. Para tal, iniciámos a recolha de toda a documentação publicada e disponível referente à temática e área em análise. Contudo, muitos eram os obstáculos a ultrapassar; assim, se tomássemos como base espacial de análise a freguesia, e relativamente à população e à agricultura, existia uma gama mais ou menos completa sobre a qual nos podíamos apoiar (embora mais restrita no que se refere à agricultura), por outro lado, surgia o problema de saber como obtê-la para a descrição e caracterização dos restantes sectores de actividade económica. Na verdade, caso as omitíssemos, o estudo redundaria obviamente em parcial, pesem embora a restrita incidência, mesmo do ponto de vista espacial, e a sua mais recente implantação. Sem outra alternativa, recorremos para os Processos de Contribuição Industrial registados na Repartição de Finanças de Ponte de Lima⁵. Não sendo viável neste momento a recolha da

⁴ Apesar de não corresponder a nenhum marco diferenciador de uma realidade, tivemos de nos sujeitar a esta divisão administrativa, pois é aquela de que conseguimos obter parte da informação estatística em que nos apoiamos para a realização deste trabalho. Os dois exemplares de estruturas agrárias referidos, foram já publicados no número anterior desta revista.

⁵ Aqui renovamos os nossos agradecimentos, sobretudo ao Chefe da Repartição de Finanças e funcionários que lidam mais directamente com esta documentação.

ormação para diversos anos, limitámos a nossa obtenção aos registos dos abecimentos em actividade em 1986/87. E, embora constitua uma flise sincrónica, cremos ser evidente o seu interesse.

1. ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE O SUPORTE FÍSICO CONCELHIO

Definida a área em estudo na «Ribeira Lima», vamos tentar muito evemente apresentar as características físicas preponderantes. Para tal, tda melhor do que ascender ao ponto mais elevado, à Serra de Arga, de ide podemos disfrutar de uma visão que abarca quase toda a área. Senão yamos: se nos colocarmos no rebordo SE desta Serra, e olharmos para sste e SE, (Fig. 2) deparamos de imediato com o rio Lima, receptor de uma de de tributários bastante densa, cujos vales se apresentam com formas íaves, excepto no limite NE do concelho, onde, por exemplo, junto à Dnfluência da Ribeira de S. João com o rio Mestre se apresenta com vales icaixados.

Por outro lado, vastas áreas aplanadas marginam o rio Lima, áreas estas ue se prolongam mesmo um pouco nos seus mais destacados afluentes, rata-se de uma extensa faixa de solo aluvial muito fértil, intensamente proveitado pela actividade agrícola. A limitar alguns cursos de água, eparamos com uma linha de vidoeiros, ulmeiros (*Ulnos Campestris Lin.*), meeiros (*Alnus Vulgaris RUI*), e salgueiros (*Salix Atrocinerea Brot.*), espécies arbóreas exigentes de grandes quantidades de água. Protegem ambém toda a faixa ribeirinha do primeiro impacto no período da cheias.

Mas o concelho não é monótono, morfologicamente falando, pois se ao ongo das suas principais linhas de água, e sobretudo o rio Lima, se multiplicam as áreas de veiga, aproveitando intensamente os aluviões, no 3onto onde nos encontramos, no extremo NW do concelho, a Serra de Arga jltrapassa os 700 metros de altitude. Esta Serra é limitada por vertentes de forte declive, situação evidente logo a nossos pés: são abruptas as suas vertentes para Estorãos (Fig. 2). A NE e a Leste destaca-se a Serra da Cumieira que também se apresenta íngreme nas suas vertentes para a Cabração. A Leste deparamos igualmente com o Monte de Travanca que atinge os 700 metros de altitude.

Qualquer um dos relevos citados apresenta uma outra característica comum: são constituídos por rochas graníticas ⁶, que, como verificamos, se comportam como as rochas mais resistentes à acção erosiva. A envolvê-los, deparamos com complexos xistosos, menos resistentes de onde sobressai uma série de pequenos relevos orientados segundo NW-SE.

⁶ Carta Geológica de Portugal (esc. 1/50000); Folha 5-A, Ponte de lima.

O Espaço Agrário de Ponte de Lima

Encontrámo-nos, de facto, perante uma morfologia contrastada.

As mesmas características detectadas nesta margem do Lima vão-se repetir na margem Sul, embora o relevo aí seja menos acidentado (Fig. 2). Efectivamente deparamos com a Serra da Paradela (462 metros de altitude na

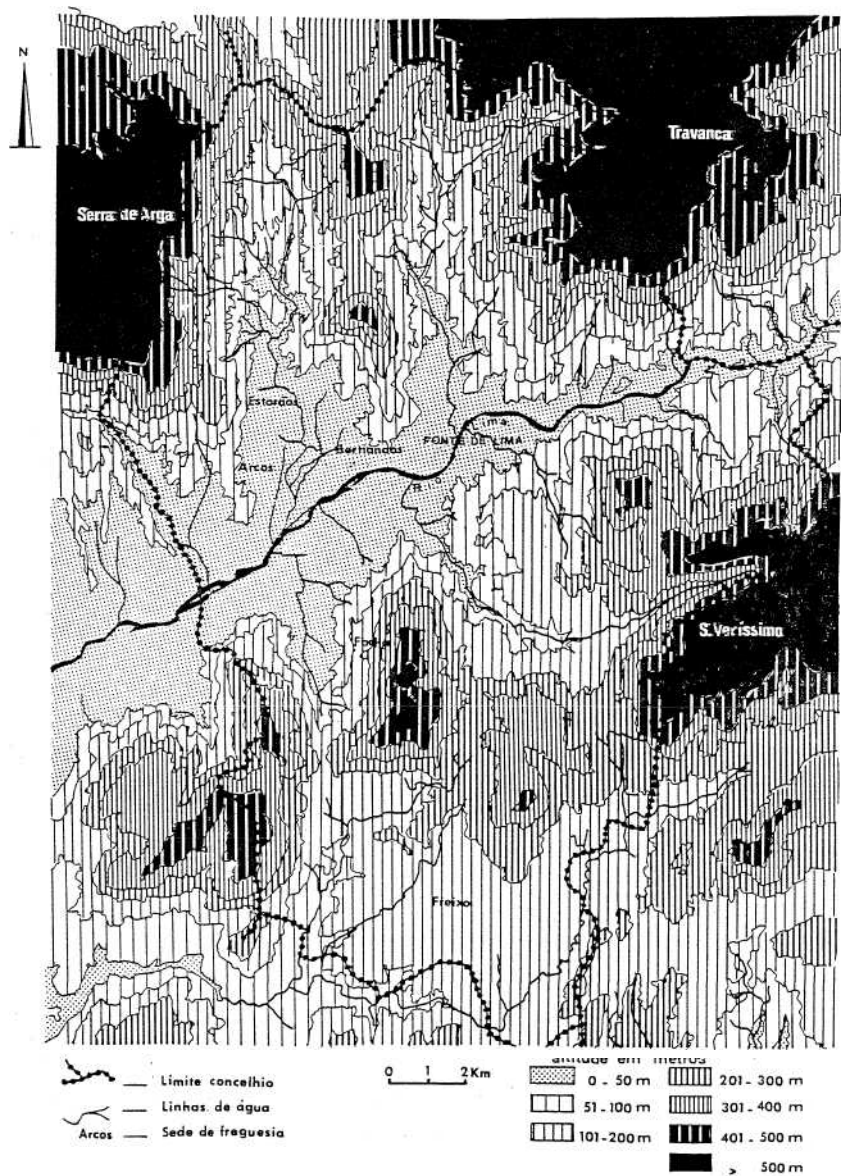


Fig. 2 — Esboço hipsométrico do concelho de Ponte de Lima.

capela de Santa Justa), separada da Serra da Nora (577 metros) por uma larga depressão aproveitada para além das actividades agrícolas, pela estrada de ligação a Barcelos. A separar a Serra da Nora do Monte de S. Veríssimo, surge uma outra depressão, com idêntica utilização embora neste último caso nos referíramos à estrada de ligação a Braga, que passa pelas freguesias de Queijada e de Feitosa. A sul destes relevos também graníticos, há já uma depressão: são o Rio Neiva e seus afluentes que drenam a parte Sul do concelho.

No aspecto geológico há ainda que destacar a frequência com que surgem filões pegmatíticos, assim como os de quartzo, embora estes últimos sejam menos frequentes. Encontramo-los a N e NE de Estorãos. Alguns deles dão origem a explorações, sendo abertas pedreiras que, no entanto, não têm grande impacto na economia local. Contudo justificam plenamente a sua inserção neste trabalho. Já o mesmo não acontece com as pedreiras que se multiplicam nas áreas graníticas. Estas, pelo contrário, têm grande incidência no panorama económico local. Refira-se, a título de exemplo, as do Monte de Santo Ovídio, fronteiriças a Ponte de Lima. Não esqueçamos que era de origem local, na generalidade dos casos, o granito utilizado na construção de todos os edifícios e de modo particular pelas suas características arquitectónicas refiram-se os templos, solares e conventos, muito divulgados em toda a «Ribeira Lima».

Contudo, a exploração de pedreiras no concelho de Ponte de Lima não ocupa uma posição destacada no tecido económico local. Efectivamente é a agricultura que se apresenta como a actividade económica primordial no município. É a altitudes, que na generalidade dos casos não ultrapassam os 50 a 100 metros, que a agricultura mais se desenvolve, em socacos nas áreas de maior declive e em largas «fitas» nas amplas veigas. Encontramo-nos perante solos de tipo *cambissolos húmicos*, espessos, com um horizonte B câmbrico que, geralmente, ultrapassa os 25 cm de espessura. São habitualmente pobres em ácidos fosfóricos e cal, possuindo no entanto potássio suficiente para a existência de um elevado índice de produtividade. Contudo, exigem contentes correcções do índice de acidez. São, geralmente, solos de profundidade variável, mas permeáveis e fáceis de trabalhar (classe A)⁷.

Pelo exposto se depreende que existem as características edáficas de base que possibilitam elevadas produções agrícolas, quer de milho (referimo-nos a esta cultura em especial, pois é uma das mais divulgadas na «Ribeira Lima»), quer doutras espécies vegetais, sobretudo se se prosseguirem as correcções já iniciadas em diversas áreas do concelho, como por exemplo em Arcozelo. Obter-se-ão, deste modo, melhores produções, e particularmente

Esboço da Carta Geológica de Ordenamento Agrário, SROA, Lisboa.

se a elas se associar uma maior divulgação de tecnologia agrícola e de novas espécies entre os agricultores locais.

Por outro lado e como se depreende das características topográficas sucintamente referidas, se as primeiras precipitações após o período estival forem concentradas, assiste-se nas áreas de veiga ao extra vazamento dos leitões das linhas de água, com consequências mais ou menos graves, pois que a «capacidade de campo dos solos» é rapidamente atingida e ultrapassada. Periodicamente, produzem-se cheias que permanecem por um período de dois a cinco meses, embora descontínuos, já que dependem do volume e regularidade das precipitações; quando o nível das águas diminui, só então é possível ao lavrador recorrer à vegetação espontânea como alimento para o gado. De onde em onde, surgem pequenos núcleos de bravio, onde o eucalipto e o pinheiro são as espécies dominantes.

A altitudes mais elevadas (100 a 500 metros), o homem criou uma morfologia de socacos, ultrapassando deste modo a pobreza dos solos e o declive das vertentes. Aqui domina o bravio onde se detectam, fundamentalmente o eucalipto (*Eucalyptus glóbulos Labii*), alguns pinheiros marítimos (*Pinus pinaster Sol.*) e carvalhos (*Quercus Roble*). Estas espécies facilitavam a existência de diversas actividades relacionadas com a construção civil, como seja a produção de traves para armação das habitações, construção de janelas, portas e de toda uma série de artigos necessários a uma habitação. Esta era a situação até meados deste século. Actualmente, porém, não há muitas explorações com este fim.

Como espécies arbustivas e subarbustivas surgem os juncos, o tojo (*Ulex Micranthus Lange.*), a giesta brava (*Cytisus scoparius Lin.*) os troviscos (*Daphane gnidium Lin.*), os fetos (*Pteridium aquilinum Lin.*) e a silva (*Rubus fruticosus Lin.*)⁸. Este sub-bosque foi utilizado em décadas anteriores como cama para o gado e base de estrumação natural nos campos; modernamente, porém, as novas técnicas e a falta de mão de obra, aliadas à dificuldade de acessos no Inverno, conduziram a um estado de semi-abandono deste bravio, situação que tem vindo a alastrar inclusivamente a alguns lugares de lavradio que lhe estão próximos.

No domínio herbáceo, aparece-nos nesta área a «erva brava», o «trevo bravo»⁹, o gramão (*Dactylon Officinale Vill*), a marcela (*Anthemis nobilis Samp.*), uma infestante, e o milhão (*Digitaria sanguinalis Scop.*). Trata-se de espécies que constituem o pasto para o gado na época em que as veigas se encontram ocupadas pelo milho.

A altitudes mais elevadas a mata é substituída pelos baldios, florestados ou não. Frequentemente é o domínio das rochas e penedos e de alguns prados aproveitados pelos rebanhos. É, por exemplo, a situação em Estorãos.

⁸ SAMPAIO, G., 1946.

⁹ Designações locais para espécies herbáceas muito divulgadas.

É evidente que a constituição geológica é um dos responsáveis fundamentais por estas características edáficas muito sucintamente apresentadas. Mas, é evidente também que a própria época do ano e as condições climáticas, a cobertura vegetal exigente e a própria actuação humana, para além da das cheias nas áreas de veiga, transformam constantemente as suas características. No que se refere às climáticas e de acordo com o método de Thomthwaite, realizámos um balanço hídrico para Ponte de Lima.

Utilizando a temperatura média mensal (1931-1960) e a precipitação total mensal (média de 1941-1970), verificamos que a temperatura média anual atinge os 15,3°C, com amplitude térmica anual de 11,8°C. O valor médio mínimo atinge-se em Janeiro com 9,5°C, opondo-se a 21,3°C em Agosto, temperatura média mais elevada. Por outro lado, a precipitação, que atinge 1739 mm anuais, apenas nos três meses estivais (Junho a Agosto), não ultrapassa os 60 mm. Esta distribuição temporal das precipitações constitui um dos elementos determinantes na selecção das diferentes culturas (além do edáfico, como é evidente), pois que é através da evapotranspiração potencial, quer a não ajustada, quer a ajustada, num dado período do ano ou deficiência noutros, que se determina a capacidade de água existente no solo e utilizável pelas plantas.

Por conseguinte, conhecendo os ciclos vegetativos das espécies dominantes, e respectivas fases evolutivas, poder-se-ia determinar a *necessidade e quantidade* de rega que elas exigem para um desenvolvimento mais equilibrado, caso se recorresse a este método. Contudo, isso não acontece. Repare-se ainda que de acordo com este método, deparamos para os meses de Julho e Agosto com uma deficiência hídrica (Fig. 3), enquanto de Novembro a Maio, apesar de neste último mês mais atenuado, existe um excesso de água no solo, contraproducente, portanto, à sementeira do milho.

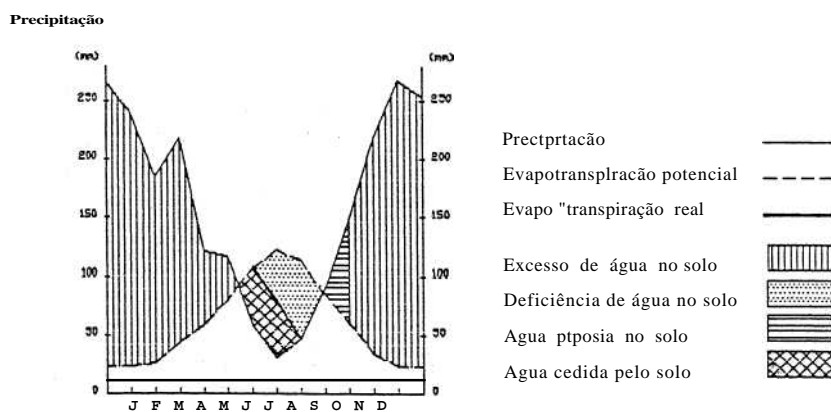


Fig. 3 — Balanço hídrico de Ponte de Lima.

A evapotranspiração, quer a potencial, quer a real, acompanham directamente a variação da temperatura média.

Ora, face à coincidência dos valores mais destacados da evapotranspiração com os da temperatura média mensal mais elevada, que, simultaneamente, correspondem aos de menores precipitações, obtém-se uma deficiência hídrica do solo bastante acentuada em Agosto e já notável em Julho, como referimos, sendo necessário o recurso à rega para uma maior rentabilidade, anulando os valores deficientes desse período. No entanto, é reduzido o número de agricultores que regam o milho neste período, seja qual for a área em que nos detenhamos. É o que sucede, por exemplo, em Bertandos. Contudo, a uma curta distância, em Estorãos, desde a conclusão do emparcelamento que se recorre à rega, facto que se reflecte positivamente nos rendimentos dos agricultores. Porque não se espalhou por toda a área esta inovação? Nível sócio-cultural dos agricultores muito reduzido? Dificuldades de irrigação?

2. ALGUMAS NOTAS SOBRE A HISTÓRIA LOCAL: SUA PROJECCÃO NA ACTUALIDADE CONCELHIA

«Alfobre de fidalgos, esta opulenta terra da Ribeira Lima onde os solares esmaltam a paisagem no mais deslumbrante encantamento de cenografia natural, num populamento pletórico de nobiliário orgulhoso e megalómano: Terras de Valdevez e de Aboim da Nóbrega, Lindoso, Távora, Condado de Refojos, Coutos, Honras, Comendas, Torres, Vilas, Paços, Julgados, Alcaidarias, Justiças, Prerrogativas, Reguengos»¹⁰.

E, na realidade, o autor estava bem fundamentado. De facto, seja qual for a margem que sigamos, desde Viana do Castelo a Ponte de Lima, ou penetrando ainda mais a montante, independentemente da morfologia com que deparamos, os vestígios das afirmações anteriores multiplicam-se. E o «alfobre de fidalgos» aproveitou estas características ascendendo o mínimo indispensável para a localização dos solares, sede de vastos domínios, cuja área de implantação não tinha complacências com os limites administrativos existentes. Contudo, encontramos-os somente até ao limiar dos 400 metros, destacando-se o caiado das paredes destes solares por entre os verdes diversos da vegetação que os envolvem. Ombreando com estes solares, deparamos actualmente com mosteiros, alguns em adiantado estado de degradação, enquanto outros sofreram uma total alteração funcional, como é o caso de Refoios do Lima.

Mas subsistem algumas questões fundamentais: qual a origem de todo este «ninho» de Solares com os seus vínculos, áreas coutadas? Como se

¹⁰ AURORA, Conde d' p. 24.

justifica a concentração nesta área de um tão elevado número de condados? Qual a origem de Ponte de Lima? Quais as consequências da implantação local destes vínculos na agricultura?

É evidente que os apontamentos que aqui vão surgir são muito esparsos, mas o objectivo deste capítulo é tão somente apresentar alguns elementos que nos auxiliem na interpretação do espaço agrário em análise, nas suas características anteriores e projecção na estrutura agrária que se nos depara na actualidade.

£ segundo as diversas fontes documentais, é de admitir que os marcos essenciais para esta resposta recuem ao período romano (aliás existem muitos vestígios da passagem das suas hostes por estas paragens), na medida em que a via militar que fazia a ligação de Braga a Astorga, cruzava o Lima neste local. Efectivamente Ponte de Lima encontra-se muito bem posicionada, aproveitando o vale e um ponto favorável para a transposição de um obstáculo natural, neste caso o Rio Lima. Aqui se construiu uma ponte ligando as duas margens. Acrescente-se que o núcleo urbano ficava a 24 000 passos de Tuy e 20 000 de Braga.

Considerando, portanto, a centralidade desta área, ponte de passagem da via romana, mas também de ligação primeiro fluvial e posteriormente terrestre desde a foz do Lima até à Galiza, D. Teresa denominou o pequeno amontoado de cabanas de *Vila de Ponte* e outorgou-lhe o respectivo foral em 1125 ¹¹. Além disso, D. Teresa tenta proteger a população local. Esta sua vila pretendia também «estorvar» qualquer passagem não desejada, instituindo-se, portanto, como um importante posto militar medieval. Quatro anos antes, os exércitos de sua irmã D. Urraca tinham penetrado nestes domínios, servindo-se desta mesma via, colocando D. Teresa em grandes dificuldades na Póvoa de Lanhoso.

Por outro lado, a Sé de Tuy possuía jurisdição que se alargava até à margem direita do Rio Lima. Por isso, não será de estranhar que a vila surgisse na outra margem. E esta terra da Ponte tinha um tal valor estratégico, que foi a primeira terra a ser foralada e a ser denominada de «vila» na área de Entre Minho e Braga. Como referem inúmeros documentos, os seus moradores apresentavam diversos privilégios, atestados pelo referido foral de D. Teresa. Alguns exemplos:

«E os que morarem na mesma vila paguem todos os anos um soldo cada um de suas casas e nada paguem de suas cortinhas. E se alguém morar nesta vila e possuir propriedades fora do termo, sejam estas coutadas. E de todas as terras arroteadas que lavrarem paguem o terço, e das não arroteadas paguem o quinto.»¹²

¹¹ ANDRADE, Amélia p. 62.

¹² LEMOS, M.R.R.,p. 27.

O Espaço Agrário de Ponte de Lima

Neste período Ponte era administrado por um governador da confiança real. Residia na «Torre», ou Paço, governando toda esta vila e o

«vizinho grupo de cabanas e pequenas casas onde moravam os seus servos, criados e homens de peleja. Eram todas ou quase todas sitas junto da ponte, sendo algumas do senhorio da Coroa» 13.

Até ao séc. XIV, época em que D. Pedro I a tentou rentabilizar, a pobreza e ignorância reinavam entre os seus moradores, pois dificilmente se conseguiam reabilitar das desvastações provocadas pelas contendas entre os senhores das várias jurisdições localizadas ou no termo ou nas proximidades de que não se excluía as dos próprios senhores da vila com os de Refoios. Aliás já anteriormente, no tempo das contendas entre D. Afonso Henriques e sua mãe, estas terras de Ponte e do condado de Refoios tinham sido assoladas.

A própria justiça era declaradamente tendenciosa, favorecendo quase sem excepção as classes fidalgas, que se acobertavam nos seus privilégios.

Consequentemente, a população era reduzida, vivendo em precárias condições. E, apesar da vila e seus subúrbios se implantarem em solos muito férteis, a agricultura era muito limitada e extremamente descuidada.

Esta situação arrastou-se quase sem qualquer alteração até ao início do séc. XIV. Só com o reinado de D. Dinis se começaram a antever as primeiras mudanças, pois os prejuízos também já eram sensíveis nas rendas da Coroa. Por isso D. Dinis aforou diversas áreas. Contudo, só D. Pedro I, e após a mudança da quase totalidade da povoação para o local mais afastado das margens e dos efeitos nefastos das frequentes cheias, em momento de breve passagem por estas paragens e constatação das carências existentes, permitiu e fomentou mesmo a criação de uma praça forte, murada, construção que veio a terminar em 1370.

Mas não foi ainda nesta data que a população local se viu protegida, capaz de vislumbrando resultados positivos, desbravar e agriculturar o fértil solo que a envolvia e na qual se encontrava inserida. Após um curto interregno, durante a crise dinástica de 1383/1385, D. João I e o Condestável sitiaram esta vila, tentando afastar dela o alcaide de então, partidário do soberano castelhano. Novamente se instala uma vida conturbada, nada propiciadora do desenvolvimento agrícola.

Muitas transformações se efectuaram nesta época, tendo por seu mentor D. João I, que procurou agraciar aqueles cuja acção muito contribuiu

13 LEMOS, M.R.R., p. 30.

para a rápida resolução dos problemas políticos então existentes. Estiveram envolvidas nestas doações as freguesias do termo de S. Martinho, Labruja e Labrujó para Rui Mendes de Vasconcelos, futuro Meirinho-Mor de Entre Douro e Minho. Outro natural do concelho amplamente agraciado foi Garcia Lopes de Calheiros, ao qual, por carta datada de 21/05/1385, o rei concedia

«os quintos, direitos reais e devesas da vila; com o padroado do mosteiro de Vitorino das Donas e da Igreja de Calheiros, para se deles ajudar pela «guisa e condição que havia e tinha Fernão Caminha, de El-Rei D. Fernando»; com a freguesia de Santo Estevão da Facha e sua jurisdição e todos os direitos, dinheiros, fintas, foros e novas rendas, atrasadas, correntes e futuras; com as terras de Bural de Lima e S. Martinho, com os seus direitos, tributo, foros e pertenças;»¹⁴

Estes direitos foram ampliados, aliás, no ano seguinte.

Pelo exposto se verifica que com todas estas mutações, a instabilidade era quase permanente em toda a área, em consequência dos acontecimentos políticos e militares quer locais quer regionais, sobretudo até ao séc. XIV. Por isso mesmo, não nos espanta que, apoiados numa população muito escassa, existissem muitos coutos, e, sobretudo na margem direita, áreas cuja jurisdição pertencia ao clero, mais ou menos dependente de Tuy. Associavam-se às áreas anteriores os condados cuja proliferação foi muito intensa até ao século XIV. Relativamente à área sob jurisdição do clero é de destaque obrigatório o Mosteiro de Refoios, Convento de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, fundado em 1120. Nesta freguesia toda a área se encontrava na posse de dois senhores apenas: o convento e o conde de Refoios.

Apesar da fertilidade da terra, abundante em água, o convento conheceu em meados do séc. XVI (1564) uma situação de degradação, o que levou os superiores a tentar transferi-lo para Ponte de Lima, solução que os moradores vieram a recusar, argumentando que lhes «fazia a terra cará»¹⁵.

Na margem esquerda do Rio multiplicavam-se as áreas coutadas bem como as subsidiárias da Mitra, para além dos Reguengos.

Por outro lado, em 1464 D. Afonso V converteu Ponte de Lima em senhorio hereditário do primeiro Visconde de Vila Nova de Cerveira. Oneravam-se assim estas terras, situação que se viu agravada após a segunda metade do séc. XV com a doação de novas áreas ao Visconde.

¹⁴ LEMOS, M.R.R., p. 44.

¹⁵ LEMOS, M.R.R., p. 181.

O Espaço Agrário de Ponte de Lima

Mas, quais as condições em que trabalhavam aqueles, que conseguiam esse «privilégio»? O melhor exemplo é-nos fornecido pelo couto e honra de Brandara. Em 1437 foi confirmado este couto e referia-se que

«os moradores eram isentos dos cargos do concelho de Ponte de Lima, do pagamento de portagem na vila e de qualquer taxa imposta por ela»¹⁶

Mas acrescentava-se que os mesmos moradores eram obrigados a fazer serviço gratuito nas vinhas e lavouras dos senhores do couto e pelos mesmos eram penhorados, quando a tal serviço se recusassem; que pagavam anualmente aos senhores do couto

«o terço do pão que grangeassem e dois alqueires (34,250 litros) de cevada, dois feixes de palha triga malhadiça e um carro de estrume por cabeça, e de lutuosa, por falecimento de cada morador, um maravedil de moeda antiga.»¹⁷

E assim permaneceu esta área de Ponte de Lima, sofrendo no entanto, a partir dos meados do séc. XVI, alterações varias que se apoiavam nas Ordenações Afonsinas. A fidalguia procurava prestigiar o «nome» de família, visto que, a permanecer uma situação económica desfavorável, sobreviria a total ausência de rendimentos; por isso, acumularam-se as áreas vinculadas, cujos proprietários, na generalidade dos casos, recorriam ao arrendamento, emprazamento ou foro para a sua lavra.

São exemplos deste tipo de áreas com estatuto jurídico especial, os morgadios, e entre outros refiram-se o de Mazarefes em S. João da Ribeira, o de Rego do Azar em Arcozelo, Canivelo em Bandara, o da Casa do Outeiro em Moreira do Lima (fundado em 1590), dois em Gondufe, um dos quais em 1540 (Barreses) e o outro em 1587, dois em Bertandos, três no Calvelo, assim como em Refoios¹⁸; isto para destacar apenas alguns dos principais.

Contudo, sendo tão grande a proliferação das áreas vinculadas, ajunjam ^ quais de reduzida extensão, não obtendo delas os seus senhores os rendimentos necessários para custear a vida que parte deles levava, começam estas instituições a entrar em declínio, visível já no séc. XVIII. E a tendência foi para um agravamento lento mas progressivo. Contudo, estas vastas áreas vinculadas, se não tivessem sido pulverizadas por arrendamentos, aforamentos ou emprazamentos, poderiam ter admitido, já nessa época, uma agricultura de boa produtividade.

¹⁶ LEMOS, M. R. R., p. 54.

¹⁷ LEMOS, M. R. R., p. 54.

¹⁸ É interessante notar que nesta freguesia no séc. XVII, para além do convento, apenas se destacavam ainda estes três morgados, todos oriundos, aliás, da mesma família. A área do convento era coutada em 1706.

É evidente que as técnicas agrícolas mais divulgadas na época, os próprios instrumentos utilizados, o tipo de fertilizantes, entre outros, são aspectos a ter em consideração e que nos permitem compreender a situação que nos é patenteada. Não obstante, a estrutura fundiária afigura-se-nos como um dos elementos a destacar.

Por outro lado, os pequenos proprietários locais tinham de complementar os seus poucos recursos com o trabalho nas leiras do senhor. É óbvio que, por uma questão de segurança familiar, estes pequenos proprietários ou mesmo aqueles caseiros sem posses próprias e face ao facto de o único meio de subsistência existente no concelho residir na agricultura, arrendavam leiras de diminutas dimensões, dispersas, para anularem o mais possível os desaires agrícolas. Estes, aliás, eram muito frequentes, pois estavam frequentemente relacionados com as repetitivas cheias e outras irregularidades nomeadamente as climáticas, para além da maior ou menor clemência do senhor... Frequentemente os encargos que assumiam desse modo eram de tal ordem que o único meio de saldarem as dívidas correspondia à cedência do direito de raiz das reduzidas leiras próprias...

Mas, apesar de toda esta instabilidade, a área agrícola de então tinha sofrido uma ampliação muito grande, processo impensável nos séculos XII a XIV. É evidente que o próprio crescimento da população entretanto verificado, constituiu um elemento proporcionador da evolução referida.

Atingimos o século XIX com alguns dos grandes proprietários em declínio, para o que também contribuiu, embora indirectamente, a existência de áreas vinculadas, indivisas e inalienáveis, único meio a que a classe fidalga poderia recorrer para saldar as dívidas contraídas. Acrescente-se que através desta instituição o primogénito varão, era geralmente o futuro morgado, sendo preteridos todos os filhos segundos. Esta situação criava graves injustiças sociais, pois colocava na dependência do morgado todos os restantes herdeiros. Tentando anular esta situação, surge no séc. XIX, tendo como mentor Mouzinho da Silveira, nova legislação confirmada no Código Civil de 1867, onde se fomentava a partilha equitativa de bens entre todos os herdeiros. E, se socialmente se anularam muitos desequilíbrios, estavam também criadas as condições básicas sociais para o parcelamento contínuo da propriedade fundiária agravada consecutivamente com o avançar das gerações, se nenhuma medida de salvaguarda fosse considerada.

Assim se compreende a deficiente estrutura agrária com que actualmente deparamos, e de modo muito particular, a estrutura fundiária das actuais explorações agrícolas de Ponte de Lima. É notório que somente uma conjunção de diversos factores a justificam, mas ficou também explícito que o histórico-jurídico é um dos que obrigatoriamente tem de ser destacado nesta área¹⁹.

¹⁹ Esta afirmação é de fácil comprovação num dos exemplos de estruturas agrárias analisadas em Ponte de Lima. Referimo-nos a Bertandos, espaço pormenorizadamente analisado na segunda parte deste trabalho.

3. ACTUAL ESTRUTURA SÓCIO-ECONÓMICA

3.1. A sua população

3.1.1. Breve retrospectiva

«No meio de uma população tão densa como a população do Minho, onde para cada cem hectares de terra há cento e vinte habitantes, (...) vêm-se quebradas de serra onde dormem promiscuamente à roda do lar o marido, a mulher, os filhos e muitas vezes o porco. Num raio de duas léguas em redondo há cabanas idênticas, mas não há escola, não há uma botica, não há um médico.»^{2º}

Eis a visão de um viajante, observador perspicaz da realidade que a «Ribeira Lima» no final do séc. XIX podia oferecer!

Muito embora não seja nosso intuito recuar no tempo, achamos por bem apresentar em passos muito largos alguns elementos relativos à população desta área. Antes porém, não podemos deixar de recordar que os limites administrativos do actual concelho de Ponte de Lima sofreram diversas flutuações ao longo da sua história. Como é evidente, tal facto repercutiu-se na contagem da sua população total. Embora as fontes documentais a que podemos recorrer, não abundem e nem sempre sejam credíveis, sabe-se que a população da circunscrição concelhia era no século XIV muito limitada, além de muito carenciada. É mesmo por intercepção dos moradores que os limites sofrem frequentemente alterações, pensando solucionar, deste modo, ou minimizar, na ausência de outra resolução, as dificuldades sentidas. São exemplo disso as petições apresentadas ao Rei em 1369, repetidas em 1387²¹. Posteriormente, no final do séc. XV (1482), com apenas 16 freguesias, (Ponte de Lima) totalizava somente 2000 almas²², como nos indica o Pergaminho n.º 22, existente no Arquivo Municipal deste concelho. Quarenta e cinco anos mais tarde a situação era muito semelhante à anteriormente descrita: a sede do concelho e os arredores contavam apenas com 386 moradores, ao mesmo tempo que nas freguesias rurais envolventes a população também era muito escassa (Quadro 1).

Apesar da existência de informação intercalar entre 1527 e 1864, nomeadamente o Censo de Portugal efectuado em 1798, não nos debruçaremos muito sobre essa informação, pois a própria finalidade e

²⁰ ORTIGÃO, Ramalho p. 41 e 42.

²¹ Pergaminho n.º 39 e livro n.º 1 das Correias, Ponte de Lima, Arquivo Municipal.

²² Apesar de recorrermos a unidades demográficas distintas, não quisemos deixar de referir a informação que se segue, chamando no entanto a atenção para a ressalva apresentada.

moldes em que o recenseamento foi efectuado não o apresentam como fundamental para a concretização dos nossos objectivos. Contudo não queríamos deixar de referir que enquanto em algumas das freguesias inseridas no actual concelho de Ponte de Lima, as alterações não foram muito acentuadas como foi o caso do número de fogos na freguesia de Arcozelo (em 1798 registou 327 enquanto em 1864 apresentou 374), pelo contrário o número de registos noutras freguesias viu-se confrontado com grandes oscilações (Refoios do Lima apresentava 372 em 1798 e 505 em 1864; Ribeira tinha respectivamente 227 e 309), enquanto outras sofreram um movimento no sentido oposto (Boalhosa respectivamente com 91 e 57 fogos ou Santa Cruz do Lima cujo número de fogos diminui de 172 para 95). Esta informação permite-nos no entanto constatar que a situação que nos surge no final do século XVIII já se apresentava mais favorável do que a existente em séculos anteriores.

QUADRO 1 — População residente em algumas freguesias em 1527

Freguesias	Moradores
Arcos	102
Bárrio e Labruja	80
Bertiandos	35
Brandara	23
Cabração	21
Estorãos	51
Feitosa	16
Fomelos	80
Gemieira e Beiral do lima	120
Gondufe	40
Labrujó/Calheiros	83
Moreira do Lima	83
Refoios do Lima	105
Ribeira	85
Sá	20
Santa Comba, Arcozelo e Cepões	100

Fonte: Numeramento de 1527

No entanto, é só em 1864 que vamos encontrar informação mais completa e fidedigna que nos permite afirmar com mais rigor que a situação em Ponte de Lima tinha sofrido uma evolução bastante positiva. De facto, em 1864 e após sucessivas anexações territoriais, Ponte de Lima apresentava 8051 fogos que albergavam 30 907 habitantes. Este número transporta-nos para uma densidade média que se situa entre os 80 e os 90 habitantes por Km², mas cuja concentração na sede concelhia era já muito acentuada,

prossequindo aliás, a tendência já detectada em períodos anteriores. Contudo, não pensemos que a evolução verificada se efectuou sem sobressaltos. Bem pelo contrário, pois só nos últimos lustres citados o aumento da população se mostrou acentuado, já que nos séculos anteriores eram frequentes as epidemias que facilmente proliferavam numa população depauperada. Associem-se a estas características uma conturbada vida nacional e municipal, e uma estrutura sócio-económica deficiente, o que mais legitimava os valores encontrados.

E é já desde o final deste século que encontramos à nossa disposição informação mais concreta, apoiando-nos nos resultados dos sucessivos recenseamentos efectuados periodicamente no País. Assim, em 1890, a população residente apresentava uma distribuição espacial muito irregular, com forte concentração na sede concelhia, enquanto 21,3% se encontrava sediada nas freguesias limítrofes (Arcozelo, Correlhã, Refoios do Lima e Ribeira)²³. Contudo, excluindo Ponte de Lima, que já nessa época apresentava uma densidade de 2024 hab/Km², as restantes freguesias citadas viam as suas densidades recuarem para valores situados entre 128 e 192 hab/Km². Começa também a destaçar-se um outro pequeno núcleo a sul do concelho, centrado no Freixo e em Navio, com densidades de 180 e 272 hab/Km².

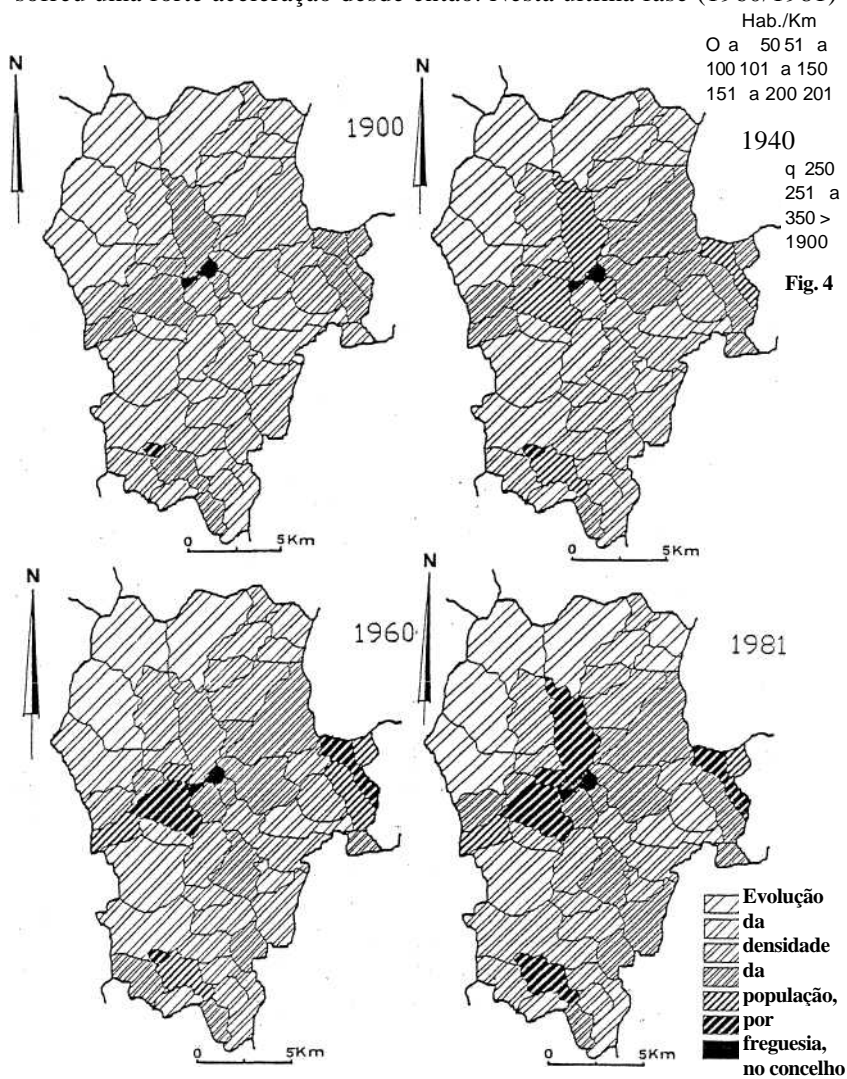
Se às freguesias já referidas reunirmos agora Beiral do Lima, Gandra e Santa Cruz localizadas ao longo do eixo viário de ligação a Arcos de Valdevez, Fontão, Santa Comba e Vitorino das Donas situadas, por sua vez, ao longo das estradas de ambas as margens do Lima de ligação a Viana do Castelo, ou Sandiães no extremo sul do concelho, restavam 53% da população, dispersa por freguesias com densidades variáveis entre 120 e 16 hab/Km². Localizavam-se as de menor significado nas vertentes das serras que limitam o concelho, sobretudo na área norte. Era a pastorícia e a silvicultura que dominavam o panorama económico local. Por seu lado, as freguesias de maiores densidades correspondiam também, na generalidade dos casos, aquelas onde domina uma morfologia de amplos plainos aluviais, ocupados intensamente pela agricultura. Uma permanência de situações anteriores, com ligeiras diferenças apenas...

Atingimos o séc. XX e se observarmos a Fig. 4 verificamos que apenas a sede concelhia ultrapassa os 1900 hab/Km², destacando-se de todas as restantes freguesias, já que as que mais se assemelham não excedem os 327 hab/Km², como é o caso da Correlhã.

Se analisarmos a evolução detectada no período aproximado de um século (1890/1981) e se nos debruçarmos particularmente sobre os valores

²³ Recenseamento Geral da População de 1890, INE.

apresentados pelas freguesias que têm um saldo positivo mais destacado no período referido, verificamos que, somente a freguesia da Seara, com uma densidade de 132 hab/Km² em 1981, viu a sua população duplicar neste período (Quadro 2). Contudo, esta evolução não se fez sem sobressaltos: após uma fase ascensional contínua, mas lenta, que viu o seu termo em 1960, sofreu uma forte aceleração desde então. Nesta última fase (1960/1981)



de Ponte de lima

1900/1981.

Fonte: Recenseamentos gerais da população, 1900,1940,1960, 1981,I.N.E..

QUADRO 2 — Evolução da densidade da população no concelho de Ponte de lima (hab/Km2)

Freguesias	1900	1920	1940	1960	1970	1981
Anais	101	105	139	149	154	167
Arca	166	—	213	189	157	200
Arcos	42	42	46	52	53	45
Arcozelo	158	181	202	117	240	277
Ardegão	86	93	89	102	88	78
Bárrio	79	84	98	93	92	82
Beiral do Lima	168	177	189	203	185	176
Bertiandos	117	135	156	174	161	175
Boalhosa	148	148	174	175	149	154
Brandara	128	128	158	153	141	161
Cabaços	112	124	137	149	140	149
Cabração	16	20	20	20	18	14
Calheiros	91	101	106	122	120	129
Calvelo	109	110	130	159	151	155
Cepões	89	103	133	145	139	142
Correlhã	199	197	247	268	280	327
Estorãos	33	40	44	47	48	38
Facha	68	75	80	91	68	87
Feitosa	114	116	143	167	154	164
Fojo Lobal	75	90	105	114	104	117
Fontão	140	140	168	183	179	203
Fornelos	98	109	137	136	119	134
Freixo	194	207	242	228	227	251
Friastelas	100	105	133	122	126	148
Gaifar	105	114	128	113	111	110
Gandra	186	217	250	266	267	281
Genieira	117	123	152	126	124	141
Gondufe	100	110	111	112	103	99
Labruja	33	35	38	44	41	• 33
Labrujó	52	49	63	59	43	40
Mato	90	102	122	116	113	129
Moreira de Lima	88	92	101	115	116	106
Navio	256	229	296	272	266	271
Poiares	114	117	135	153	141	140
Ponte de lima	1984	2225	1927	2716	2161	2274
Queijada	73	86	96	99	106	109
Rebordões (Santa Maria)	75	85	96	100	108	122
Rebordões (Souto)	120	118	147	151	157	168
Refoios do lima	134	160	167	189	182	165
Rendufe	104	128	136	136	114	104
Ribeira	146	162	180	170	169	171
Sá	109	116	126	126	137	124
Sandiães	154	157	157	176	151	170
Santa Comba	177	180	222	231	218	271
Santa Cruz do lima	153	148	183	226	216	226
Seara	79	88	91	88	110	132
Serdedelo	78	77	87	89	76	84
Vilar das Almas	78	88	106	104	92	87
Vilar do Monte	72	54	70	64	59	50
Vitorino das Donas	177	187	200	232	200	217
Vitorino dos Piães	76	76	91	98	106	117

Fonte: Recenseamentos gerais da população, I.N.E.

aumentou 51%! Situação algo semelhante encontramos-la em Arcozelo com 150 hab/Km² em 1890, enquanto em 1981 apresentava 277 hab/Km². Sendo em 1890 a terceira freguesia em número absoluto de habitantes aí residentes, sofreu um decréscimo bem visível em 1960, posteriormente recuperado e mesmo suplantado, já que entre 1960 e 1981 viu a sua população aumentar 56%! Este grupo mostra-se apenas timidamente implantado no concelho, pois são poucas as freguesias com estas características.

Encontramos depois um outro grupo com aumentos que variam entre 50% e 67% neste intervalo de tempo (1890/1981). Corresponde a freguesias que envolvem a sede concelhia, ou aquelas que acompanham os eixos viários já por diversas vezes citados.

Mas algo mais podemos acrescentar: neste conjunto de freguesias detectam-se, ordinariamente, aumentos da população pouco acentuados mas contínuos até às décadas de quarenta ou cinquenta, após o que nos confrontamos com aumentos mais acentuados, aumentos esses que poderão ser temporariamente interrompidos na década de setenta.

É evidente que toda esta evolução, abarcando áreas distintas, sujeitas a ascendentes diferentes, não foi tão linear como a apresentamos. Efectivamente, embora a tendência geral corresponda ao apresentado, são frequentes pequenas inflexões, desfasadas no tempo, mas posteriormente corrigidas, na generalidade dos casos (Quadro 2).

Mas também este grupo de freguesias referido não apresenta grande implantação no concelho. O grupo mais divulgado congrega aquelas freguesias, cujos aumentos populacionais neste período de 90 anos não atingem sequer os 50%. Situam-se numa posição intermédia. É de salientar que as freguesias incluídas neste grupo, para além de envolverem espacialmente as do agrupamento anterior, localizam-se preferencialmente a altitudes de meia encosta. Apresentam ainda uma outra analogia entre si: geralmente o máximo da sua população observou-se nas décadas de quarenta/cinquenta, após o que a população residente decresceu de forma mais ou menos acentuada. Em 1981 este grupo de freguesias apresenta valores muito equivalentes, ou inferiores, aos observados nessas décadas.

No entanto, também este grupo, muito vasto, não se apresenta homogéneo, quer a nossa análise se centre nas densidades da população, quer na evolução da população residente. Para cimentar esta afirmação, são suficientes três exemplos: Bárrio, Facha, e Gemieira. Se Bárrio apresenta um aumento de 4% neste período de 90 anos (a sua densidade, sofre pequenos ajustamentos quase imperceptíveis), apesar de se enquadrar neste grupo, a verdade é que à sua população decresceu 39% só na última década. Facha, pelo contrário, após um aumento lento mas constante até 1950, sofreu um decréscimo muito acentuado em 1960/1970, inteiramente recuperado em 1981. Gemieira, por seu lado, apresenta a justificação do seu enquadramento

neste grupo devido quase exclusivamente ao aumento da sua população verificado na última década.

Por último, deparamos com um outro grupo que engloba aquelas freguesias cuja população em 1981 é inferior à de 1890. Referimo-nos, por exemplo, a Labrujó, Rendufe, Vilar do Monte. Todas elas se encontram implantadas a altitudes elevadas, com uma economia baseada quase exclusivamente na pastorícia e silvicultura. De fracos rendimentos, não nos espanta que a emigração após 1950 aí seja muito acentuada. Labrujó, por exemplo, apresentou um aumento muito lento mas contínuo até à década de cinquenta, deparando depois com um decréscimo acentuado, o que permite que em 1981 a população residente fosse de 169 habitantes enquanto em 1890 era de 212.

Em síntese, ao longo destes noventa anos analisados, assiste-se a um aumento, por vezes insignificante, das densidades e correlativamente dos valores absolutos da população, aumentos esses mais pronunciados na sede concelhia e nas freguesias que marginam a Sul o Rio Lima. Seguem-se dois núcleos centrados um no Freixo e outro na Gandra (neste último caso, o foco é mais evidente em 1960). Isto, não obstante a permanência de anteriores assimetrias em que se revela uma tendência para o progressivo aprofundamento das diferenças evidenciadas, sobretudo entre os grupos mais dissemelhantes.

Acompanhando os valores da densidade, deparamos com a informação que se refere ao número de fogos (Quadro 3). Muito sucintamente, constatamos que, embora com valores pouco acentuados, na generalidade dos casos houve um aumento, mais evidente na última década, momento em que, a evolução foi frequentemente até muito acentuada. Por exemplo, Arcozelo que em 1890 apresentava apenas 415 fogos, em 1960 exibia já 560, e 760 em 1970. Em 1981 o seu parque habitacional atingia já 949 fogos. Em oposição, Vilar do Monte e Labruja evidenciam em 1981 um valor algo semelhante ao de 1890. Outras freguesias, e entre elas Bertandos, viram o seu número de fogos estagnado até 1970, apresentando em 1981 um recrudescimento acentuado (85 fogos em 1970 e 104 em 1981). Este exemplo é imitado por muitos outros, semelhantes. Verifica-se, portanto, um acentuado aumento sobretudo nas freguesias que envolvem a sede, precisamente aquelas cujos aumentos populacionais foram mais evidentes também neste período.

Refira-se também que o decréscimo ou a estagnação da população nem sempre são acompanhados por uma igual evolução no que se refere ao número de fogos. É exemplo disso Boalhosa ou qualquer uma das freguesias que apresenta uma evolução demográfica muito lenta da população, ou mesmo um retrocesso: nessas freguesias é frequente o número de fogos evoluir no sentido oposto. Introdução de fundos provenientes da forte

QUADRO 3 — Evolução do número de fogos no concelho de Ponte de lima

Freguesias	1864	1878	1890	1900	1911	1920	1940	1960	1970	1981
Anais	172	185	231	212	218	216	275	297	305	349
Arca	44	42	44	52	47	—	58	63	75	73
Arcos	155	171	168	163	159	147	180	182	200	204
Arcozelo	374	400	415	462	490	503	543	560	760	949
Ardegão	50	51	59	55	58	61	78	84	75	74
Bárrio	104	107	105	100	101	107	141	168	155	164
Beiral do Lima	196	218	217	233	235	229	320	319	380	332
Bertiandos	70	71	68	72	75	68	74	80	85	104
Boalhosa	57	68	65	82	95	82	99	124	105	106
Brandara	62	71	73	83	79	80	98	113	145	135
Cabaços	160	189	180	171	180	176	230	247	275	259
Cabração	74	71	71	67	74	77	102	107	105	105
Calheiros	206	237	215	209	214	212	287	334	270	343
Calvelo	145	157	160	148	146	143	162	-201	215	314
Cepões	80	98	91	91	90	89	119	149	150	175
Correlhã	359	387	375	399	382	386	501	579	575	678
Estorãos	207	175	162	156	156	156	191	214	205	202
Facha	220	240	235	253	267	262	304	306	240	246
Feitosa	75	82	82	89	80	87	110	136	145	159
Fojo Lobal	67	75	67	61	66	68	88	81	85	98
Fontão	135	160	164	166	163	158	246	211	240	295
Fomelos	226	272	245	235	276	281	332	435	405	434
Freixo	202	233	245	251	250	243	345	338	350	452
Friastelas	100	95 _x	98	110	125	115	140	157	160	162
Gaifar	79	84	89	85	78	77	103	129	120	134
Gandra	163	192	205	205	219	228	304	318	330	451
Gemieira	120	124	152	131	127	117	179	169	165	180
Gondufe	141	140	154	145	145	154	200	243	160	213
Labruja	159	169	162	151	146	135	193	204	200	187
Labrujó	58	58	57	58	59	59	70	83	75	80
Mato	65	62	60	57	56	57	85	86	95	116
Moreira de Lima	211	209	217	215	204	206	274	331	315	377
Navio	56	63	69	58	60	54	69	70	70	74
Poiares	189	162	165	167	162	165	195	200	245	237
Ponte de lima	491	530	532	449	515	487	467	722	1600	740
Queijada	53	59	61	60	61	70	80	94	85	119
Rebordões (Sta M.*)	128	131	126	128	146	154	166	193	210	258
Rebordões (Souto)	183	203	183	197	193	199	222	292	315	320
Refoios do Lima	505	548	550	548	569	639	722	768	835	872
Rendufe	75	88	73	78	78	85	117	96	85	107
Ribeira	309	310	322	341	345	340	431	483	460	550
Sá	88	75	78	77	71	68	96	108	95	137
Sandiaães	91	94	100	88	98	97	104	125	135	141
Santa Comba	56	60	63	65	75	67	89	95	105	143
Santa Cruz do lima	95	96	100	100	100	90	142	156	180	207
Seara	68	67	67	72	77	78	113	95	154	149
Serdedelo	128	129	142	130	119	127	136	187	215	181
Vilar das Almas	98	111	98	102	120	114	146	160	155	196
Vilar do Monte	54	65	60	74	62	59	68	66	60	65
Vitorino das Donas	122	142	161	163	165	168	224	244	255	274
Vitorino dos Piães	220	239	231	238	238	243	268	335	405	416

Fonte: Recenseamentos gerais da população, I.N.E.

emigração, ou recuperação de antigas habitações paternas, acompanhadas por novas, (contíguas ou não), destinadas quase exclusivamente à fruição das férias? É muito frequente este movimento, sobretudo entre aqueles que se radicaram em Lisboa ou Porto, já há longas décadas, e escolheram o seu torrão natal para uma residência sazonal. Também é de ter em consideração a influência exercida pelo retorno quer de emigrantes quer de residentes nas ex-colónias africanas. Recordemos que a própria situação económica do País, e mesmo internacional, não incentivava a partida para os grandes centros por incapacidade de absorção de toda a mão de obra não especializada proveniente dos meios rurais.

3.1.2. Caracterização sócio-económica da população local em 1981

a) *Estrutura etária*

Logo no início deste capítulo, embora apoiados no testemunho de Ramalho Ortigão, constatamos que as condições genéricas existentes no final do século passado eram extremamente desfavoráveis. E um século mais tarde? Através da leitura interpretativa dos resultados publicados no XII Recenseamento Geral da População de 1981, tentaremos encontrar resposta a esta questão.

Como a Fig. 5 destaca, existem duas vertentes fundamentais: o predomínio do sexo feminino e a restrição dos grupos etários em idades activas, sobretudo nos grupos situados entre os 30 e os 50 anos. Relativamente ao primeiro aspecto, ele está presente em todo o concelho, mas é mais evidente quando nos embrenhamos nas freguesias «serranas», onde, aliás, também os homens inseridos no grupo etário de mais de 50 anos têm uma certa incidência. Cabração, por exemplo, apresenta 1/3 da sua população com mais de 60 anos. Muitos outros poderíamos referenciar, mas restringimo-nos apenas a outro exemplo, Rendufe. Nesta freguesia, 27% da população insere-se neste mesmo grupo etário, onde 15% são mulheres. Diferentemente, nestas mesmas freguesias os grupos etários em idades activas encontram uma implantação insignificante. É exemplo disso Labrujó, onde apenas 13% da população apresenta idades compreendidas entre 30 e 59 anos e somente 5% dos 30 aos 40. Este grupo etário, pelo contrário, apresenta maior incidência na sede concelhia e freguesias limítrofes, ou ainda naquelas que acompanham os principais eixos viários. Na parte sul do concelho apenas Ardegão, Vilar das Almas e Gaifar apresentam percentagens de população idosa bastante elevadas, em particular do sexo feminino.

Por outro lado, os maiores contrastes, independentemente do grupo etário em análise, foram detectados, na sua quase totalidade, em áreas de maior altitude e de declives acentuados (Cabração, Labruja, etc.). Algumas

destas freguesias apresentaram durante muitas décadas deficientes ligações com a sede concelhia.

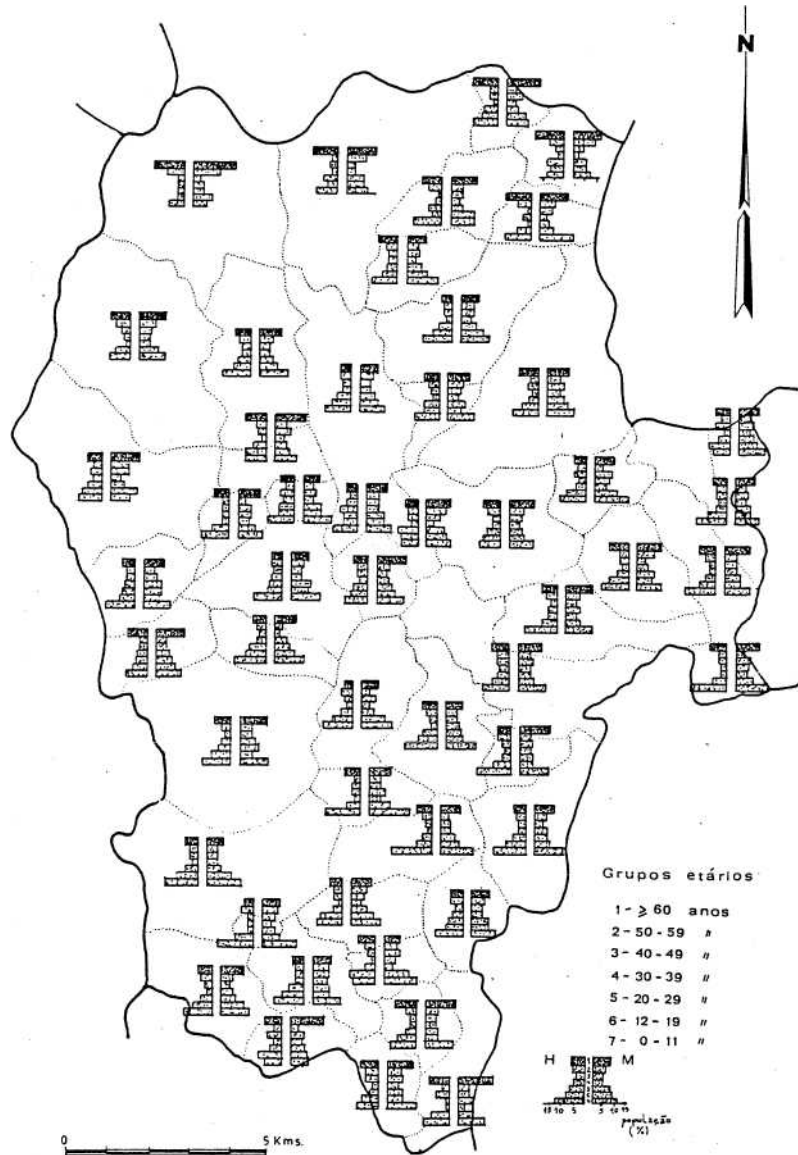


Fig. 5 — Estrutura etária da população das freguesias do concelho de Ponte de Lima em 1981.

Fonte: XII — Recenseamento Geral da População em 1981, I.N.E..

Estruturas etárias mais regulares, onde, portanto, a população envelhecida não se impõe como uma componente fiindamental, surgem-nos concentradas, já que se confinam à sede concelhia e às freguesias limítrofes, aquelas que já apresentavam maiores acréscimos populacionais. Associa-se a este núcleo um outro centrado no Freixo, onde apenas Ardegão apresenta uma percentagem bastante elevada de habitantes cuja idade ultrapassa os 60 anos (23%).

Quanto às estruturas etárias «mais jovens», vamos encontrá-las sobretudo na parte sul do concelho. No entanto, é vulgar que nas freguesias onde o grupo das crianças é maior (0 a 11 anos), como por exemplo, na Boalhosa (31%, 17% dos quais do sexo masculino), está característica seja acompanhada por um acentuar da desproporção existente entre homens e mulheres, mas amplamente favorável do sexo feminino. Poderá considerar-se esta característica como um indício de uma emigração individual do homem, ficando a mulher e os filhos a aguardar uma posterior transferência para se reunirem também ao marido? Esta situação encontra-se exemplificada quer na Boalhosa, quer no Fojo Lobal. E esta última freguesia apresenta mesmo 34% de crianças com idades compreendidas entre os 0 e os 11 anos.

b) *Implantação nos diferentes sectores económicos*

Uma outra repercussão da análise anterior encontra-se patente na população activa, representada na Fig. 6. É suficiente um relancear rápido sobre os seus valores para constatar-mos que, em média, apenas 30 a 35% da população residente exerce uma actividade remunerada. Contudo, não podemos deixar de destacar a freguesia de Cabração, a única com 60% de população activa, quando a freguesia que mais se aproxima deste valor atinge apenas 46% (Arcos). Mas, estes 60% da Cabração, se se aproximam na verdade do valor nacional, encobrem no entanto uma realidade bem distinta da habitualmente representada por este valor. Esta freguesia encontra-se integrada numa área morfológica desfavorável, onde o bravo anarquicamente implantado é o soberano em termos económicos (excluindo as áreas baldias). Encontra-se, por outro lado, apoiada por uma estrutura fundiária muito deficiente. Trata-se, pois, de uma freguesia suportada economicamente apenas por reduzidos rendimentos; por isso não constitui para nós nenhuma aberração saber-se que a emigração aqui se implantou largamente, já desde o início deste século, avolumando-se sempre até ao início da década de setenta.

Com tal panorama, (mais ou menos divulgado por todo o concelho, embora com ligeiras alterações nas datas de início destas migrações e seu destino), facilmente se compreende que a população local presente

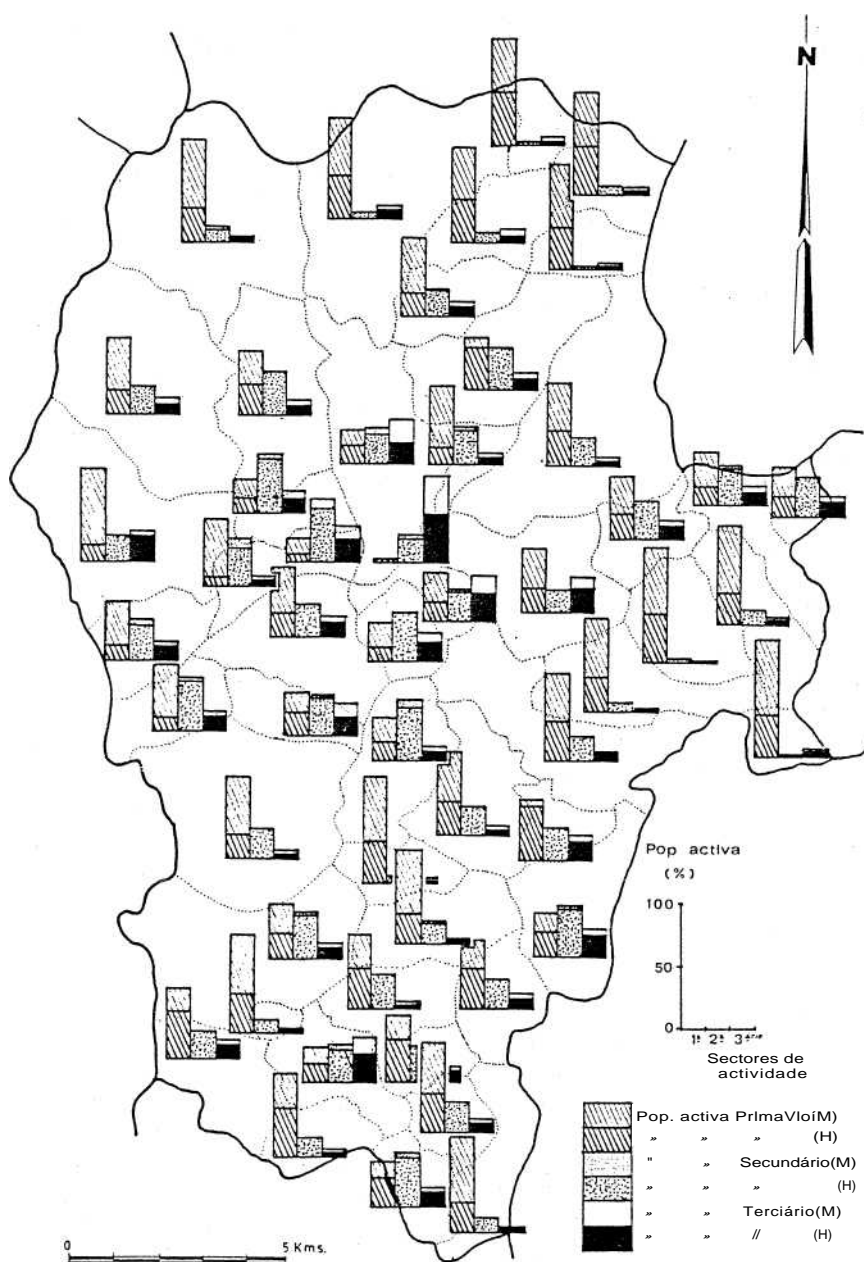


Fig. 6 — Estrutura da população activa por sector de actividade nas freguesias do concelho de Ponte de lima em 1891.

Fonte: XII Recenseamento Geral da População em 1981, I.N.E..

actualmente uma tendência para um acentuado envelhecimento relativo. Esta característica é muito evidente na Cabração, onde, aliada às migrações internas (sendo este segundo tipo responsável pela evasão maciça de todo o agregado doméstico), justifica a existência actual de uma estrutura etária precocemente envelhecida. Apenas os mais idosos, arreigados a toda uma estrutura sócio-cultural tradicional, se recusam a absorver novas culturas, a integrar-se em ambientes que lhes são totalmente alheios.

Outro movimento muito nítido nestas áreas, e na Cabração em particular, corresponde à transformação em ritmo cada vez mais acelerado, da funcionalidade das suas habitações; com reduzidas actividades agrícolas e menos pastorícia, que permanecem apenas dentro dos limites suportáveis pelos actuais residentes, o rés-do chão vai perdendo o seu tradicional apoio, quer como cortes para o gado, quer como depósito das alfaias agrícolas, enquanto um crescente número de habitações se transforma em simples residência secundária, para férias, sofrendo adaptações mais ou menos profundas. Outras, encontram-se simplesmente abandonadas. Tal não é de estranhar, já que, nos casos em que o chefe do agregado familiar tenha iniciado a sua migração individualmente, os restantes elementos reuniram-se-lhe em momento posterior, mercê da melhoria dos seus rendimentos. Não podemos esquecer que as áreas receptoras apresentam uma gama de serviços muito superior à existente neste concelho, sobretudo para os mais jovens. Além disso, quais as alternativas profissionais que Ponte de Lima lhes oferecia?

Por esta razão nos surgem 60% de indivíduos activos, cuja idade está compreendida entre os 55 a 65 anos de idade. São maioritariamente mulheres. Os jovens constituem um valor mínimo, assim como os grupos etários dos 20 aos 50 anos. Dos activos, 35% correspondem ao sexo masculino, 83% dos quais exercem a sua actividade no sector primário, auxiliados pela esposa.

Mas, como referimos, a Cabração constitui um caso isolado no concelho, embora exista uma tendência bastante pronunciada para este movimento se alastrar a outras freguesias situadas numa posição marginal à sede concelhia.

Com valores situados entre 23% e 29% de activos, apenas o sul do concelho se evidencia com um mínimo alcançado na Queijada (23%) e em Sandiães (24%). Correspondem como vimos, às freguesias com estrutura etária mais jovem. Notemos que o sexo feminino apresenta 44% a 67% das activas inseridas no sector primário, secundado, na generalidade dos casos, pela actividade industrial. Relativamente ao grupo masculino, apenas 25% a 52% se encontram no sector primário.

Com percentagens situadas entre 30% e 40%, deparamos com mais de 58% das freguesias (29, mais concretamente), dispersas por toda a área em análise. Note-se que ainda quando a percentagem de activos no sector

primário é inferior a 50%, sobretudo homens, mais de 45% dos restantes centram a sua actividade no sector secundário, diminuindo esta percentagem quando aumenta a relativa ao sector primário.

Já por diversas vezes fizemos referência às diferenças detectadas, quando nesta análise distinguimos um sexo do outro. Mas quais os valores mais desproporcionados e respectiva localização? Quais os seus fundamentos e consequências na estrutura económica local? A Fig. 6 é elucidativa: excluindo uma pequena percentagem de freguesias, onde a população activa feminina excede a mão de obra masculina, são geralmente os homens que exercem actividades remuneradas no concelho, submetendo-se a mulher a uma posição secundária, mais ou menos encoberta em termos legais.

A freguesia onde a incidência feminina é mais acentuada corresponde a Cabração, com 66% da sua população activa do sexo feminino. No entanto, 96% das 89 activas encontram-se no sector primário. É um reflexo inegável da forte emigração, sem retorno evidente ainda. Situação semelhante aparece-nos na Boalhosa e em Vilar das Almas, freguesias situadas na margem esquerda do Rio Lima. Correspondem também a locais de forte emigração e onde a implantação industrial, é inexistente ou muito incipiente. É sobretudo o comércio local que ocupa os restantes elementos activos.

Quando tende para o equilíbrio a proporção detida por qualquer um dos sexos, começa uma implantação mais firme do sector secundário. No entanto, o número de freguesias com estas características é insignificante (4) e localiza-se a Norte do Rio Lima.

A situação mais comum consiste na constituição de uma mão de obra essencialmente masculina, sobretudo nas freguesias onde o sector secundário já apresenta alguma implantação, ou, onde as actividades mais divulgadas exigem uma acentuada força física. É o caso da freguesia da Queijada onde, embora a população feminina constitua a maior fracção, em termos de população activa, num conjunto de 73 activos, 64 são homens. Das mulheres activas, 5 encontram-se no sector primário e as restantes (4), centram a sua actividade no comércio local. A proporção é de uma mulher em cada 7 homens activos!

É o único caso nestas circunstâncias, a que não é alheia a reduzida mão de obra activa. Os valores que mais se aproximam atingem 5,2 em Calheiros e 4,5 em Anais. Em ambas as freguesias, o secundário absorve cerca de 40% dos homens, enquanto as mulheres se radicam quase exclusivamente na agricultura ou no comércio local.

Em síntese, ordinariamente são os homens que encontramos a exercer actividade no sector secundário (28% a 45%) enquanto as mulheres, sempre com valores insignificantes (2% a 14%), pouco se fazem representar neste sector. Destacamos apenas Arcozelo com 15%, Santa Comba com 26% e Santa Maria com 22%.

Relativamente ao sector terciário, sobretudo de natureza económica, não especializada, é também nas últimas freguesias referidas (Santa Comba e Arcozelo, respectivamente com 9% e 15%), e também em Calheiros, que mais fortemente se implantou para além da sede concelhia, como era previsível.

c) *Grau de instrução—suas características dominantes*

«A instrução pública da aldeia é uma ficção verdadeiramente irrisória. O censo de 1878 demonstrou pela estatística da instrução elementar que (...) No distrito de Viana o número de analfabetos é de setecentos e noventa e nove por mil. Deduz-se da escassa porção dos que sabem ler e escrever, ou apenas sabem ler, os habitantes das capitais dos distritos e dos concelhos, das cidades e das vilas, e não será difícil concluir à priori que em regra geral nas aldeias minhotas ninguém sabe ler. E essa é a verdade...²⁴.

Situação extremamente desfavorável esta que Ramalho Ortigão nos retrata mas facilmente compreensível se tivermos em mente as características económicas da época, domínio inegável da agricultura, onde o número reduzidíssimo de grandes senhores, frequentemente absentistas, mas controlando vastas áreas, contrastava com uma multidão de caseiros e enfiteutas e um pequeno grupo de outros pequenos proprietários.

Como se sabe a própria agricultura encontra-se muito dependente das anomalias climáticas, sobretudo das extemporâneas, por isso, os agricultores locais para sobreviverem tinham de recorrer ao arrendamento. Assim, todos os braços eram necessários à agricultura, na tentativa de alcançar a solvência dos contratos estabelecidos. Era este o único meio a que podiam recorrer, pois não se ofereciam então alternativas à agricultura. Consequentemente, era exíguo o número de residentes que sabia ler e escrever, e quase inexistentes os que possuíam curso superior.

Lentamente, contudo, a situação foi-se alterando, sobretudo após a obrigatoriedade de frequência da escola primária, particularmente para os rapazes. No entanto, em 1960 ainda 42% eram analfabetos, enquanto só 32% ultrapassavam a 4.¹ classe. Correspondiam, na generalidade dos casos detectados em meio rural, a filhos dos proprietários mais abastados, herdeiros ou não das anteriores áreas vinculadas.

Em 1981, apesar de toda a evolução sócio-económica de que foi alvo o País, ainda 29% eram analfabetos e 16% apenas sabiam ler e escrever.

Restavam 55% dos quais somente 51% possuíam a 4.¹ classe.

²⁴ ORTIGÃO, Ramalho p. 38.

É evidente o reflexo da precária situação económica local, associada aliás, à mentalidade existente na área, sobretudo em meios mais retrógrados.

Não obstante, também no que se relaciona com as habilitações literárias o concelho apresenta disparidades, pois aqueles indivíduos que apresentam mais do que 6 anos de escolaridade residem maioritariamente na sede ou nas freguesias limítrofes, onde o nível sócio-económico mais se destaca. Em oposição, as freguesias de cariz tipicamente rural, de estrutura envelhecida, concentram a grande percentagem da população analfabeta.

3.2. A sua estrutura económica

3.2.1. A supremacia da actividade agrícola

Como podemos verificar através dos dados já analisados, 56% da população activa vive ligada à agricultura. Convém, no entanto, realçar que se encontram registadas oficialmente somente 38 empresas relacionadas quer com a apicultura, quer com a silvicultura ou ainda com a agricultura especializada, cuja produção total ou parcialmente é lançada nos circuitos comerciais. Completam o quadro das actividades enquadradas neste sector 2 pescadores e 25 empresas ligadas à extracção de areias ou pedreiras (Quadro 4).

Independentemente da actividade económica, na generalidade dos casos trata-se de empresas mal dimensionadas. A título exemplificativo, recorde-se que somente nos surge uma empresa extractiva com capital social superior a 5000 contos, enquanto 68% nada indicam sobre o respectivo capital. No caso das que se relacionam com a actividade agropecuária a situação ainda é mais flagrante, na medida em que 92,5% (37 unidades) nada informam sobre o assunto²⁵.

Se atentarmos neste momento para o período de vigência destas empresas verificamos que as que se inscrevem no sector extractivo e se encontram actualmente em actividade iniciaram preferencialmente as suas actividades após 1975, sobretudo as de maior capital. As empresas agrícolas por seu lado, registaram legalmente as actividades entre 1981 e 1985, na sua maioria. Contudo, este tipo de empresa agro-florestal vocacionada para a satisfação das necessidades de um mercado mais ou menos próximo, é em número reduzido, pois no concelho predomina uma agricultura de tipo familiar e de técnicas tradicionais. Além disso, de acordo com o Recenseamento Agrícola de 1979, existiam no concelho 7267 explorações agro-florestais e somente 38 registaram a sua actividade!

Estas características são mais uma vez confirmadas se atendermos à mecanização existente, mesmo nas explorações cujas actividades se

²⁵ Proc. I. Cont. Ind., Repartição de Finanças de Ponte de Lima.

QUADRO 4 — Número de estabelecimentos de agropecuária, extracção, indústrias de diversos ramos e de construção civil e obras públicas activas em 1987 no concelho de Ponte de Lima.

Freguesias	A	B	c	D	E	, F
Anais	3			4		10
Arca			1		1	3
Arcos	2			4	1	3
Arcozelo	1	18	1	7	9	18
Ardegão			1		1	
Bárrio		1		1		1
Beiral do Lima	1		2	3		12
Bertiandos						2
Boalhosa						
Brandara						2
Cabaços			1	1	1	5
Cabração						1
Calheiros	1			2		3
Calvelo			1	2	2	3
Cepões			1			
Correlhã	1	2	3	5	3	13
Estorãos	1		1			3
Facha	1		2	2	1	5
Feitosa	1		2	3	1	4
Fojo Lobal						1
Fontão			2	6	4	9
Fornelos	5	1	1	3	3	6
Freixo	1		5	2	5	10
Friastelas				1		3
Gaifar	1			1	1	3
Gandra			5	7	2	13
Gemieira	1					7
Gondufe				2		4
Labruja	3		1	1	1	1
Labrujó						1
Mato	1					1
Moreira de Lima	2	1			1	4
Navio					1	3
Poiães	2				2	1
Ponte de Lima		1	6	3	15	13
Queijada	1			4	1	1
Rebordões(StamL.))	2		1	7	1	'3
Rebordões (Souto)	1		2	7	4	8
Refoios do Lima	1		4	3	3	8
Rendufe				1		1
Ribeira			5		3	9
Sá		1		1		2
Sandiães			1	1	2	2
Santa Comba	1		3	1		1
Santa Cruz do Lima	4			1	1	6
Seara			2		2	3
Serdedelo			2			
Vilar das Almas	1		2			3
Vilar do Monte						
Vitorino das Donas			1	1	4	4
Vitorino dos Piães	1		1	4		13

A) Empresas de agropecuária e silvicultura; B) Empresas de extracção de areias, etc; C) Indústria alimentar e bebidas; D) Indústrias de madeiras e mobiliário; E) Indústrias diversas; F) Empresas de construção civil.

Fonte: P.I.C.I., Repartição de Finanças de Ponte de Lima, 1967.

encontram registadas na Repartição de Finanças, ou ainda ao número de veículos a que elas recorrem. Sublinhemos a ausência quase total de veículos nestas empresas, independentemente do seu tipo, o que poderá ser consequência da forte descapitalização destas empresas e, consequentemente, da forte implantação de intermediários que efectuem os transportes. Por último, e corroborando o referido anteriormente, refira-se que, mesmo nestas empresas agro-florestais de estrutura sócio-económica mais favorecida e que registaram a sua actividade, 19 restringem o pessoal ao «gerente», o proprietário, e apenas uma tem mais de 5 empregados.

Relativamente às empresas extractivas, que exigem outro capital e apoio técnico, empregam, na generalidade dos casos, 3 a 50 pessoas, caso se trate de tipo empresarial, e menos de 5 se são de estrutura familiar.

Outro aspecto que se nos afigura fundamental refere-se à distribuição espacial destas empresas. Embora em número muito reduzido, como já constatámos, e limitando-nos às empresas vocacionadas para a extracção de areias e pedreiras, devemos evidenciar Arcozelo, pois só aí existem 18. E se duas já se encontram em laboração desde 1962, a maioria destas empresas foi criada e registada após 1975. Nas outras freguesias, apesar da sua implantação ser muito incipiente, também detectamos empresas que se enquadram neste grupo. Por exemplo, na Correlhã existem duas e em Ponte de Lima, Sá e Fornelos uma em cada. Estas últimas apresentam, no entanto, características bem diversas das sediadas em Arcozelo, pois dedicam-se à extracção de areias no Rio Lima e encontram-se directamente associadas ao grande incremento que a construção civil registou no concelho após 1975.

Temos, portanto, dois factores de localização: por um lado a existência de pedreiras de granito nas vertentes marginais do Lima, associada ao aproveitamento económico do assoreamento do referido rio, e por outro a tendência que existe destas empresas se localizarem segundo as vias de comunicação fundamentais.

Já no que se refere às 38 explorações de agro-pecuária aqui detectadas a situação é distinta, pois embora estas empresas se tenham dedicado a ela após 1980 nos moldes em que actualmente as encontramos, sobretudo as situadas nas freguesias do Sul e SE do concelho, as existentes nas freguesias do Norte do concelho iniciaram habitualmente a sua actividade em períodos mais recuados. É o caso das existentes em Estorãos, Moreira do Lima e freguesias próximas. Assiste-se pois a uma orientação nítida da distribuição espacial das empresas relacionadas com a agro-pecuária e silvicultura, acompanhando também as principais vias de acesso à sede concelhia, quer por Viana, quer por Braga, ou ainda no acesso a Ponte da Barca. Relativamente a este último núcleo, a grande percentagem corresponde a grandes quintas sobreviventes das anteriores áreas adstritas a vínculos vocacionadas para a agro-pecuária, como as que nos surgem ao longo do Rio

Lima e aqui consideradas. As restantes ou aproveitam a boa acessibilidade aos mercados consumidores, aproximando-se consequentemente das principais vias de acesso, ou ainda — e referimo-nos exclusivamente ao núcleo de empresas deste tipo que se individualizam no sul do concelho — correspondem a uma difusão, a um alastramento da agro-pecuária existente na área a sul, ou seja no concelho de Barcelos, com o qual, aliás, apresentam certas afinidades, quer na própria morfologia agrária, quer mesmo na sua estrutura sócio-económica.

Encontramo-nos, pois, perante uma distribuição muito incipiente deste tipo de empresas agrícolas, denunciando a fragilidade deste espaço agrário, pois se por um lado a Serra apresenta uma pecuária de fraco recurso económico, uma apicultura embrionária e uma agricultura de subsistência, por outro lado surge-nos a Veiga com os seus condicionalismos que impedem um desenvolvimento agro-pecuário de tipo empresarial. E as excepções são em número muito limitado. Nestas condições, sendo a agricultura em moldes tradicionais a actividade dominante na área, tentaremos apresentar de seguida os seus traços fundamentais. Refira-se, no entanto, que o nosso estudo se fundamentará no Recenseamento Agrícola de 1979, o único que possibilita uma apreciação à escala por nós seleccionada, a da freguesia. Contudo, não podemos deixar de completar alguns dos elementos já referidos na introdução histórica, mediante a transcrição de excertos de três pequenos documentos, um redigido no final do séc. XVIII e os seguintes um século mais tarde.

«Esta Província he sem duvida amais bem cultivada e amais povoada de Portugal, mas está ainda muito longe do estado de perfeição que muitos lhe supõem: Ainda lhe restão muitos terrenos incultos que loteados augmentarião amassa das produções e a Povoação. O methodo da cultura e os instrumentos agronómicos, ainda são muito defeituozos; ainda os lavradores ignorão ogénero deproduccoens mais análogo aos seus próprios terrenos;»²⁶

«Os bens de cada proprietário constam de uma porção mais ou menos numerosa de glebas dispersas: uma leira separada das leiras circunvizinhas pelos pequenos carvalhos encavalados pelas uveiras, ou por meio de um simples rego enquadrado no meio da agra colectiva com um caminho comum; mais longe outra leira; aqui a terra seca; além o lameiro; acolá a bouça, o chão de pinhal ou o souto de castanheiros...»²⁷

²⁶ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério do Reino, Maço 356, Doe. de Francisco Joaquim Moreira de Sá.

²⁷ ORTIÇÃO, Ramalho p. 33.

«À falta de uma exportação que uniformize o valor dos produtos junta-se uma péssima agricultura, sem ciência, sem arte, sem economia. Faz dó percorrer as campinas do Minho quando os trabalhos agrícolas são muito intensos: vê-se uma agricultura bárbara, em que só um terreno generoso pode pagar a ingratidão de um mau fabrico. Não se dão às terras as lavras prescritas pela ciência; os adubos são maus, porque as montureiras perderam ao tempo os princípios azotados que lhes davam a fertilidade, e são empregados em menor quantidade do que requer uma cultura intensa; o afolheamento é ao caso, ignorando-se que é da conveniente ordem das culturas que em grande parte depende a sua boa produção; os adubos minerais, aplicados como correctivos, são desconhecidos; as forragens gastam-se segundo a maior ou menor abundância, não se regularizartdo a sua administração, quer por meio da ensilagem, querendo-as dar em verde, quer reg^ndo-as nos tempos convenientes; e quantas vezes ao erro de uma ceifa intempestiva se soma o da lexívia pela chuva, que lhes rouba uma grande parte dos princípios nutritivos! As palhas recentem-se na sua má conservação; descura-se a higiene dos gados, que vivem numa atmosfera onde o oxigénio falta e abundam os princípios tóxicos das fermentações; alimenta-se um animal para o trabalho como para a engorda ou para a lactação: uma série de práticas insustentáveis, um geral esbanjamento agrícola, que arrasta os rendeiros à miséria! Cruel ignorância, que consome vidas e vidas a mourejar e a cavar a terra ingrata, e que deixa os cultivadores a mendigar no fim da vida o pão de cada dia.»²⁸

É evidente que qualquer um destes documentos têm de ser analisados de uma forma ponderada, já que dois são da responsabilidade de técnicos que pretendem chamar a atenção das entidades responsáveis para certos factos e de acordo com as motivações e objectivos pretendidos, assim se evidenciam determinados aspectos. Não podemos esquecer igualmente que a própria conjuntura política-económica da época em que o autor se insere, se reflecte no texto apresentado.

O texto de Ramalho Ortigão, por outro lado, corresponde a uma visão empírica, subjectiva, de uma área a que o autor se encontrava associado. Acrescente-se que qualquer um dos textos em análise se referem a uma área muito mais abrangente, mas na qual, no entanto, Ponte de Lima se integra.

Apesar das objecções anteriormente apresentadas, ao sermos

²⁸ Documento referido por Ramalho Ortigão, p. 35 e 36.

relativa à área em análise, achamos válida a apresentação dos excertos anteriores que, devidamente enquadrados, nos fornecem uma visão da agricultura minhota no final do século passado. Mas quais as suas características em 1979?

a) *A exploração agrícola*

E uma questão devemos colocar já no início deste capítulo: qual a dimensão das explorações agrícolas do concelho de Ponte de Lima? Se recordarmos que já no final do século passado a estrutura fundiária era dada como grave, e só muito timidamente se tentou, através de meios legais, travar a degradação crescente, ou iniciar a sua reconversão, não estranharemos a imagem que nos surge na Fig. 7: em 1979 as explorações agrícolas deste concelho revelam-se, na sua maioria inviáveis economicamente. A título de exemplo pode lembrar-se que na freguesia da Cibração 84% das suas explorações agrícolas não atinge 1ha, e destas mais de 25% (18 explorações) não totalizam 5000 m². E muitos outros exemplos poderíamos apresentar já que eles se multiplicam no concelho. Aquelas freguesias onde as explorações agrícolas com área inferior a 1 ha apresentam menor incidência, encontrámo-las em Serdedelo (27%), Labrujó, Rendufe, Moreira do Lima (33%), ou ainda em Estorãos (27%). Contudo, em valores médios, 55% a 65% das explorações agrícolas do concelho não atingem um hectare de área.

Curiosamente, as explorações de área entre 1 e 5 ha, ocorrem predominantemente nas freguesias sobranceiras ao Rio Neiva, como Gaifar com 59%, Sandiães e Navio com 60%, acompanhadas por algumas situadas na área ESE do concelho. As freguesias que mais se assemelham apresentam 56% e 53% destas explorações, correspondentes respectivamente a Estorãos e Moreira do Lima. Repare-se que estas duas últimas abrangem já vastas áreas de veiga, embora não exclusivamente, como é o caso de Estorãos, destacando-se das freguesias que a limitam pela maior dimensão média das suas explorações.

Em oposição, explorações com mais de 5 ha, (embora na generalidade dos casos com uma incidência local mínima), destacam-se de novo nas freguesias do Sul do concelho (Ardegão, Gaifar e Poiães com 11% a 19% de explorações com esta dimensão), a que se segue um pequeno núcleo a WSW que inclui Estorãos com 17% e Moreira de Lima com 14%. Contudo, os valores mais difundidos em toda esta área não excedem os 4% existindo inclusivamente duas freguesias que não apresentam mesmo explorações agrícolas que excedam os 5 ha — Gondufe e Boalhosa. Os valores intermédios localizam-se, sobretudo, na margem norte do Rio Lima ou na área central do concelho.

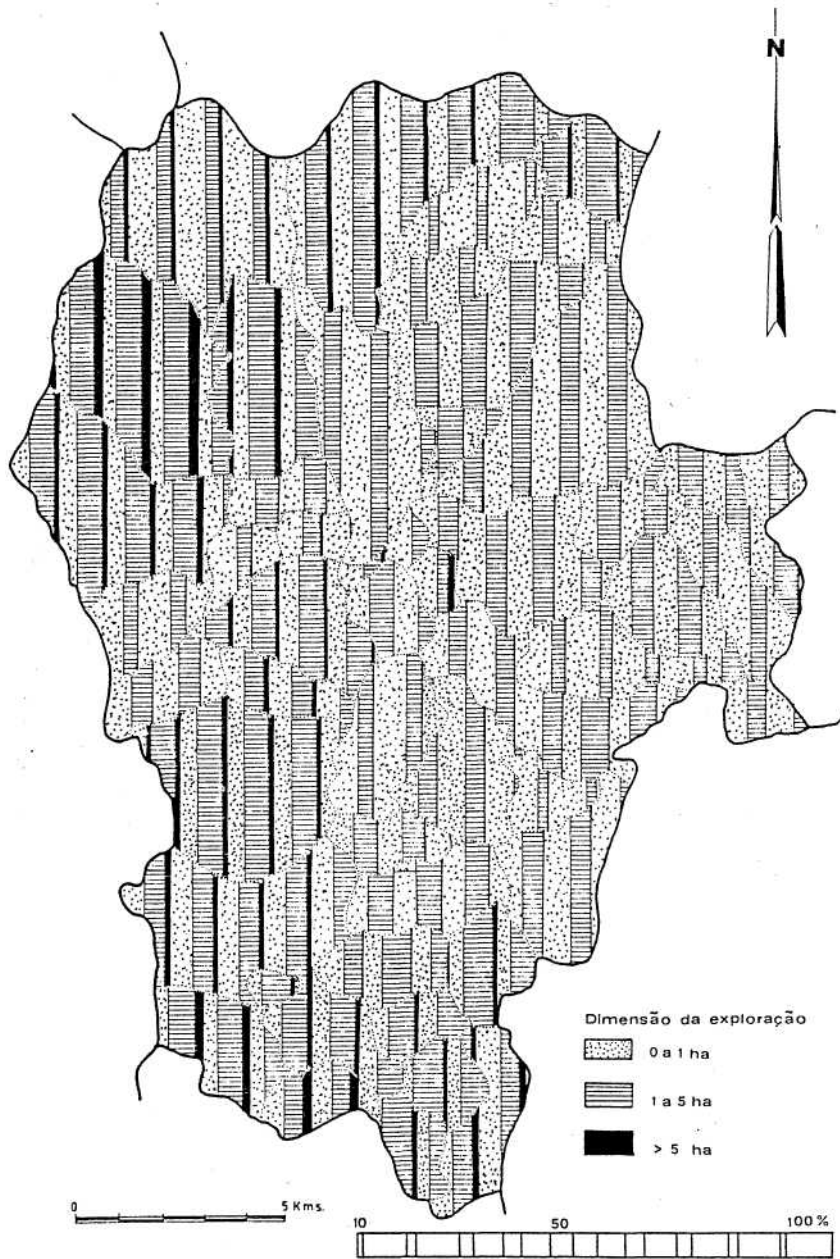


Fig. 7 — Dimensão das explorações agrícolas nas freguesias do concelho de Ponte de Lima em 1979.

Fonte: Recenseamento Agrícola de 1979, I.N.E..

Em síntese, diríamos que, no referente à dimensão das explorações agrícolas, é nas freguesias implantadas a maiores altitudes que predominam as explorações de menores dimensões, associadas na generalidade dos casos a uma morfologia agrária ligada ao socalco. Contudo, contrastando com estas pequenas explorações agrícolas, e a envolvê-las aliás, surgem vastas áreas de baldio, florestadas ou não. Frequentemente, detectam-se extensas explorações estatais. Em Estorãos, por exemplo, há 2087 ha de área agro-florestal, mas cerca de 80% é de baldio. Idêntica organização do espaço rural surge noutras freguesias, como em Beiral do Lima, Boalhosa ou ainda Santa Maria.

Mas se a situação apresentada é grave, mais apreensivos ficamos se tivermos em atenção que, em termos médios, estas explorações agrícolas se subdividem por 6 a 10 blocos, número este que se acentua nas freguesias onde dominam as altitudes médias superiores a 100 metros, sobretudo se associadas a vertentes de fortes declives. E estas características não se restringem às referidas freguesias, pois também as áreas mais produtivas localizadas nas veigas, se apresentam extremamente parceladas.

Se adicionarmos às características anteriormente coligidas a dispersão destes blocos, verificaremos que é extremamente vulgar que os prédios de uma exploração agrícola se dispersem por duas ou mais freguesias, (contíguas ou não, sobretudo no caso das explorações de maior área), o que nos fornece uma visão mais realista, embora genérica, das características da agricultura local. É notório que os factores histórico e jurídico, para além das características naturais e da própria estrutura sócio-cultural da população em que se apoiam estas explorações agrícolas, são alguns dos factores responsáveis pela situação actual, considerada com frequência técnica e economicamente inviável, a exigir uma urgente reestruturação.

Embora em número limitado, existem também neste espaço concelhio algumas explorações agrícolas cuja estrutura económica escapa das características apresentadas.

b) *Ocupação do solo*

Existem marcados contrastes nítidos na organização agro-florestal do concelho de Ponte de Lima e os fundamentos destas características radicam na influência exercida pela altitude, pela exposição geográfica e pelos aspectos pedológicos. Associam-se ainda aos elementos acima referidos as tradições locais a que a população se encontra muito arreigada. Por isso, nas áreas de veiga, muito férteis, deparamos com a associação do milho com o feijão no período que decorre de Maio a Setembro, enquanto nos restantes meses do ano, aproveitando os intervalos em que a veiga não se encontra

submersa, as cabeças de gado bovino local usufruem de vegetação herbácea que consegue sobreviver. É um dos recursos habituais de que o lavrador local deita mão para a alimentação do gado estabulado nesse período.

Mas esta sucessão de tipos de culturas, que exige fertilizantes para a regeneração das características edáficas, obriga o lavrador a integrar o bravio nestas explorações agrícolas. Para ampliar a importância dada nas explorações agrícolas às denominadas localmente «tapadas», refira-se ainda que, no período em que as veigas se encontram ocupadas pelo milho, as «tapadas» são aproveitadas também para a deambulação do gado, sobretudo do bovino e muito especialmente se a freguesia em questão se encontra próxima de unidades industriais de laticíneos, como é o caso da «Lacto Lima». No entanto, não podemos esquecer que este gado constitui um dos suportes na agricultura de toda esta área. Em 1979 existiam em termos médios duas cabeças de gado bovino por exploração agrícola, número que se ampliava na proporção directa com a dimensão da exploração e sobretudo da respectiva área agrícola.

Ascendendo nas vertentes, encontramos-nos perante o domínio da área florestal, entrecortada apenas, de onde em onde, por espaços essencialmente agrícolas, em aproveitamento também de condições morfológicas favoráveis (rechãs, por exemplo). Esta é a situação mais divulgada nas freguesias do norte do concelho. Acrescente-se que nestas freguesias onde existe alguma representatividade de áreas situadas a 400/500 metros de altitude, encontramos uma forte implantação de baldios, florestados ou não, mas, na generalidade dos casos e sobretudo nas altitudes mais destacadas, oculto por uma espessa cobertura herbácea. É o caso de Estorãos, Calheiros, Labrujó, ou ainda do Bárrio, freguesias estas situadas na margem direita do Lima, ou ainda de Boalhosa ou Serdedelo, na outra margem. Trata-se de áreas vocacionadas para a pastorícia, sobretudo de gado ovino e caprino, enquanto nas áreas florestadas deparamos com uma intensa exploração florestal e apícola.

Mas também a forma de exploração é extremamente importante para as características anteriormente aludidas, pois é evidente que a maior independência das explorações agrícolas por conta própria permite a adopção de benfeitorias, (algumas muito vultuosas), dependentes em exclusivo da situação económica do agricultor, assim como da sua estrutura sócio-cultural. No entanto, e também para estes aspectos, não podemos esquecer que as áreas vinculadas tiveram uma forte implantação neste concelho, na medida em que impuseram uma estrutura que permitia e sustentava grandes senhorios, residentes localmente ou não.

O processo mais corrente de que dispunha a população local para ampliar a área agrícola consistia essencialmente no emprazamento, no aforamento ou no arrendamento. Verifica-se hoje, todavia, que o

arrendamento continua a funcionar como modalidade de alargamento das explorações agrícolas, já que 42% das explorações agrícolas concelhias a ele recorrem para ampliarem a reduzida área própria. Assim se justifica a expansão do número de explorações agrícolas cuja forma de exploração é a mista.

De igual modo se compreende que deparemos com 64% de explorações de forma mista na Brandara, 58% em Calheiros, 61% em Bertiandos, enquanto as maiores implantações de explorações por arrendamento se localizam em Arcozelo (17%) ou Gemieira (28%), para citar apenas alguns exemplos. No entanto, em 1979 as explorações trabalhadas por arrendamento constituíam uma minoria; eram mesmo inexistentes em freguesias como a Cabração, Serdedelo, Boalhosa, onde dominavam as por conta própria e onde as áreas vinculadas não tiveram tão grande incidência...

É evidente que as explorações ao apresentarem áreas próprias muito limitadas, os seus possuidores são levados a tentar ampliar as que herdaram (ou compraram) através do arrendamento de terras cujos proprietários tenham emigrado ou se tenham deslocado para os grandes centros populacionais do País, em época mais ou menos recente. Nas freguesias onde existiram morgadios, o arrendamento constitui a continuação dos efectuados pelos seus pais, correspondendo, portanto, a uma «herança» na perspectiva de uma mais ou menos próxima aquisição.

Nas explorações com mais de 5 ha, na medida em que dominam as por conta própria, estas correspondem, frequentemente, a um testemunho das grandes casas senhoriais que povoavam esta área. Só muito raramente detectamos outra situação. Quanto a estas explorações, algumas delas apresentam, inclusivamente, uma estrutura empresarial, para além de uma utilização comum e racional de novas técnicas agrícolas, a par de espécies mais rentáveis.

c) Estrutura humana de apoio à agricultura

É suficiente uma leitura da Fig. 8 para constatar que a população que constitui o agregado doméstico do produtor e que o auxilia nos trabalhos agrícolas é bastante idosa, pois 1/4 desta população ultrapassa os 54 anos. Por outro lado, e tal como era previsível, das crianças em idade escolar, em termos oficiais, somente 26% auxiliam nos trabalhos agrícolas. Contudo, este valor, encobre diferenças locais muito apreciáveis, já que, por exemplo, na freguesia de Labrujó 57% das crianças com menos de 12 anos de idade auxiliam os pais na Lavoura, sobretudo após o período escolar. É assim que depois dos 12 anos cerca de 84% destas pessoas auxiliam nos trabalhos agrícolas, correspondendo as percentagens menos significativas aos activos com idades compreendidas entre 20 e 34 anos. Os que ultrapassam os 75

anos, apesar de constituírem uma população já na reforma e no declinar das suas actividades, ainda 68% deste grupo etário são trabalhadores activos.

Analisando exclusivamente a estrutura etária dos dirigentes agrícolas²⁹, a situação surge mais grave ainda, pois, excluindo Santa Maria de Rebordões e Feitosa, dominam os agricultores com idade superior a 55 anos. Ultrapassa em média os 50%, sobretudo nas freguesias situadas em três núcleos: as do extremo SE do concelho, as que acompanham o eixo rodoviário de ligação a Ponte da Barca e as do extremo N do concelho. Neste último grupo os dirigentes agrícolas com idade superior a 55 anos ultrapassam mesmo os 70%!

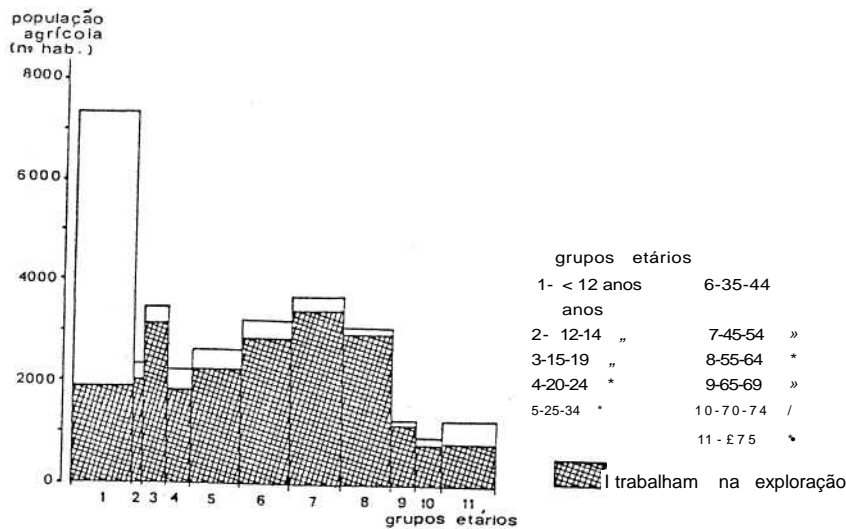


Fig. 8 — Estrutura etária da população agrícola em 1979 no concelho de Ponte de Lima.

Fonte: Recenseamento Agrícola de 1979, I.N.E..

Como fomentar uma modernização, com uma população agrícola e sobretudo com um classe dirigente das explorações com idades tão avançadas? E, no entanto, ela é imprescindível...

Não é difícil, nestas circunstâncias aceitar o domínio de uma agricultura tradicional, já que entre a população mais jovem esta actividade surge simplesmente como complementar. Entretanto em certas áreas o brávio absorve lenta mas progressivamente alguma área anteriormente cultivada... Por vezes é o abandono total que se verifica...

²⁹ Recenseamento Agrícola de 1979, Apuramento provisório, 1984.

Com explorações agrícolas em que a estrutura fundiária é deficientíssima, e consequentemente, detêm uma baixa produtividade, não existem condições propícias a uma mecanização ou mesmo a uma actualização técnica, condições necessárias, no entanto, para a pretendida modernização e rentabilização da agricultura local. Torna-se, por conseguinte, evidente ser muito difícil pretender que o agregado doméstico obtenha os seus rendimentos exclusivamente da exploração agrícola. De facto, apenas 11% das explorações sediadas no concelho subsistem exclusivamente com base nas actividades agrícolas.

Por outro lado, se 41% destas explorações retiram mais de 50% dos seus rendimentos das actividades agrícolas, devemos notar que 48% das explorações agrícolas do concelho (em valores médios) obtêm a maioria dos seus rendimentos doutras actividades, quer se trate de actividades de cariz secundário ou terciário, ou ainda de situações em que existem benefícios provenientes de pensões sociais ou qualquer outro tipo de auxílio regular oriundo de familiares. Este valor ultrapassa inclusivamente os 80% na freguesia de Ponte de Lima e atinge os 84% na Queijada.

Era inevitável que uma situação como esta em que quase 50% das explorações agrícolas subsistem somente como complemento de funções exercidas noutros sectores económicos, mais compensadores financeiramente, acabasse por se verificar.

Perante esta fuga generalizada às actividades agrícolas, não estranhámos que em 62% das explorações os trabalhos sejam executados na sua totalidade pelo agregado doméstico do produtor, após o horário normal de laboração noutras actividades. No entanto, nas freguesias «serras», onde domina o brávio como já referimos, (conjuntamente ou não com as áreas baldias), e onde a pecuária apresentava uma forte incidência, estes valores ascendem aos 94%, como em Rendufe, ou 92% em Labrujó. São freguesias onde a estrutura etária está muito envelhecida. Tratando-se de pessoas na grande maioria analfabetas, que não conheceram, ao longo da vida, qualquer outra actividade, não estranhámos que perpetuem o tradicional sistema agrícola a que se encontram muito arreigados, realizando somente os trabalhos indispensáveis para a manutenção das suas leiras e particularmente as mais próximas da habitação.

Assim, e apesar de se apresentar retrógrada e economicamente inviável, com uma população sem grande instrução e dirigentes agrícolas idosos e analfabetos em grande percentagem, a agricultura continua a corresponder à actividade económica principal do concelho.

Acrescente-se ainda que, não obstante apoiar-se numa estrutura essencialmente familiar, se verifica o recurso ocasional à mão de obra eventual, maioritariamente de mulheres (em 106 082 jornas, somente 35 964 foram executadas por homens), em clara sintonia, aliás, com a estrutura

etária da população local. A mão de obra permanente é escassa, sobretudo se a tempo inteiro na exploração. Ela detecta-se preferencialmente nas explorações de maiores dimensões (10 a 20 ha), onde aliás também dominam as mulheres, sobretudo naquelas que possuem mais do que um trabalhador remunerado de forma permanente.

Sem um ampla mutação da estrutura fundiária, apoiada numa gestão racional das explorações agrícolas, orientadas tecnicamente por pessoal competente, para além de um amplo apoio financeiro, qual será a viabilidade destas empresas agrícolas?

3.2.2. *Especificidades da actividade industrial a)*

Breves apontamentos retrospectivos

Constatámos já que na área concelhia 56% da população activa se encontra a exercer uma actividade no sector primário, dominado quase exclusivamente pelas actividades agropecuárias. Somente 26% se centram no sector secundário. Tentaremos de seguida apresentar as características mais destacadas deste sector económico.

Sendo insuficiente a informação publicada, muito sumária e, por vezes, pouco fidedigna, em especial no que se refere às actividades de índole secundária (e particularmente tendo por base territorial de análise a freguesia), não quisemos, no entanto, deixar de apresentar uma breve evolução e características gerais desta actividade no concelho de Ponte de Lima. Contudo, só a apreciação sistemática dos Processos de Contribuição Industrial, registados na Repartição de Finanças de Ponte de Lima nos permitiram ultrapassar as deficiências apontadas. Porque se tratava de um trabalho muito moroso, nesta fase da nossa pesquisa limitámo-nos à recolha de informação relativa aos processos dos estabelecimentos industriais em actividade em 1987 e início de 1988.

No seguimento da orgânica anteriormente utilizada, impõe-se-nos primeiramente responder a esta questão: como poderemos classificar a implantação industrial na área administrativa de Ponte de Lima, sobretudo nos dois últimos séculos?

E as diversas fontes existentes em que nos podemos apoiar para a realização desta análise para o século XIX (inquéritos industriais, por exemplo)³⁰, permitem-nos caracterizar o «tecido industrial» como auxiliar da lavoura onde também pontuam o artesanato de produtos metálicos (ferreiros, nomeadamente) a que se poderiam reunir a produção de louça de

³⁰ Não sendo o objectivo deste trabalho a análise aprofundada das referidas fontes, apenas apresentaremos aspectos muito sintéticos mas caracterizadores da área concelhia de Ponte de Lima.

pau (gamelas, conchas, colheres), ou mesmo os tamanqueiros, os carpinteiros de carros de bois ou ainda o entalhador de jugos de bois. Em profunda decadência algumas das actividades anteriores após o século XVII, no final do século XIX somente o tamanqueiro, cuja implantação no concelho de Ponte de Lima era muito importante apesar de espacialmente dispersa, e o carpinteiro que se limitava à produção local de mobiliário acaracterístico para as cozinhas e de toda a série de trabalhos associados à construção civil, ambos subsistiam, tendendo embora para uma profunda transformação o primeiro e para uma especialização o segundo. Um outro exemplo que neste final do século XIX ainda se mantinha operante e próspero era o fabricante de cestos de vime. Contudo muitas destas actividades de estrutura fundamentalmente artesanal e muito localizadas, ocupavam o operário somente por um curto espaço de tempo. O que sobejava aplicava-o na tradicional actividade agrícola ou no tráfego de mercadorias. Mais compensadora financeiramente, o transporte de carga apresentava, no entanto, consequências nefastas para a agricultura, pois distraía da terra a presença e experiência agrícolas do cultivador.

E embora se constatasse um próspero sector industrial noutras áreas nomeadamente em Guimarães, em Ponte de Lima o ambiente geralmente sentido pela actividade «industrial» no final do século era de uma certa apatia, com a não aplicação de capitais concentrados, na generalidade dos casos, nos grandes senhores latifundiários locais que conservadoramente não se sentiam incentivados a investir em actividades sobre as quais não possuíam a certeza de se transformarem num investimento lucrativo. Associava-se a esta mentalidade tradicional e cautelosa a dificuldade de acessos, um mercado restrito, a concorrência regional, e mesmo internacional e a quebra de equilíbrios económicos já fortemente alicerçados. Não é de estranhar, portanto, que apenas os artesãos, e mesmo estes em número reduzido, tentassem implantar-se, respondendo apenas às necessidades locais. Citemos a título de exemplo, os ferreiros, dispostos ao longo dos caminhos por onde transitavam as diligências.

Outra actividade profissional de forte implantação relacionava-se com a área florestal: os madeireiros e os armadores. Há referência a alguns núcleos localizados essencialmente no denominado Souto de Rebordões (freguesia de Souto e de Santa Maria de Rebordões). Mas como aí se encontrava muito difundido o castanheiro, utilizavam esta espécie arbórea mais resistente, para além dos fins usuais, também na produção de aduelas para o vasilhame vinícola.

Tratava-se, por conseguinte, de actividades artesanais, de estrutura familiar, correspondendo à continuação de funções «herdadas» dos seus antecessores. Por vezes, os artesãos complementavam esta actividade com a agrícola.

Até aqui, porém apenas referimos actividades maioritariamente de incidência masculina. E quanto à mulher? É certo que condicionalismos sociais da época não lhe permitiam actividades desligadas do seu núcleo familiar ou da agricultura. De facto, ela encontrava-se associada às lides caseiras, à educação dos filhos e ao auxílio nas actividades agrícolas das minúsculas leiras da família. Contudo esta ideia corresponde a uma simplificação da realidade, pois a aldeã de Ponte de Lima, para além de tecer e também fiar, realizava todas as diferentes operações por que passava o linho. Estas actividades eram frequentes na Facha, Feitosa, Boalhosa, ou nas freguesias circunvizinhas das anteriormente referidas, enquanto que nas de altitudes mais destacadas, onde a criação de gado ovino era muito intensa, a tecedeira esmerava-se na fiação da lã e posterior confecção do vestuário da família, e, caso sobejasse, também para o mercado local, onde a trocava frequentemente pelo que lhe fizesse falta. Associavam-se a estas actividades o fabrico de manteiga ou a apicultura, ou ainda os bordados.

Nos meios mais desfavorecidos, existia ainda um número elevado de mulheres que produziam carvão, queimando a lenha que recolhiam nos matos e áreas baldias. Estas carvoeiras encontravam-se essencialmente nas freguesias serranas ou de meia encosta, deslocando-se a Ponte de Lima diariamente onde vendiam a produção. Era uma das actividades menos lucrativas e prestigiantes.

Em síntese, após um florescer de pequenas «indústrias» familiares, sensível sobretudo no séc.XVII de acordo com diversas fontes, vamos encontrá-las em decadência no século XVIII, situação que se agrava, aliás, no séc. XIX.

É evidente que as fontes são diversas, inseridas em contextos e períodos distintos, mas possibilitam-nos a obtenção de uma certa visão da área em análise nos séculos XVII a XIX.

Para tentar ultrapassar os problemas existentes e tendo como mentor o então Corregedor da Comarca de Viana do Castelo, Dr. Manuel da Silva Baptista Vasconcelos, cria-se em Ponte de Lima na década de oitenta do século XVIII, após acérrimas resistências e apatia total dos grandes senhores fundiários e ilustres da terra, a denominada Sociedade Económica de Ponte de Lima que tentava impulsionar não só a indústria, mas também a agricultura e o comércio que se encontrava muito atrofiado. Nas suas linhas programáticas e no que se referia à indústria apelidada de «popular», propunha-se esta Sociedade desenvolver a cultura das amoreiras e, conseqüentemente, a criação do bicho-da-seda, estabelecer escolas de aprendizagem de fiação de linho, algodão e seda e doutros tipos de tecelagem, entre diversas finalidades. Deste modo, se procurava rentabilizar a mão de obra feminina e juvenil residente quer na vila, quer nas freguesias próximas. Mas a própria base de financiamento da sociedade, na forma de cotização entre os 18 sócios fundadores e outros angariados por todo o País,

conduziu-a ao fracasso em 1786! Não obstante, durante o período de vigência foi criada uma escola de tecelagem, além de algumas estruturas básicas. Não podemos esquecer contudo, que a prosperidade sentida no final do século XVIII, início do século XIX das fábricas dessa especialidade situadas em Viana do Castelo, (particularmente no núcleo urbano), não foi totalmente alheia a este encerramento.

E assim atingimos o início do séc XIX, momento em que a actividade industrial em Ponte de Lima se limitava a vestígios de uma «fábrica» de «atanados e bezerras» situada na freguesia de Arcozelo, que faliu incapaz de ultrapassar a concorrência vianense, a já referida fiação de tecidos de linho e algodão com escola prática anexa, sediada na vila de Ponte de Lima; uma de cobertores de lã existente no lugar de Aboboreira, fora da vila, montada no início do séc. XIX (encerrou em 1834, aproximadamente), incapaz de competir com as outras fábricas nacionais... Ou ainda uma outra de tochas e velas de cera situada também em Arcozelo e encerrada entre 1845 e 1846.

Era este o panorama «industrial» do concelho de Ponte de Lima, baseado em unidades de estrutura familiar, de reduzidas dimensões e ausência quase total de maquinaria. Eram escassas as excepções, como constatamos. Recorrendo ao exemplo da fábrica da Aboboreira, sabe-se que em 1821 o Corregedor da Comarca foi informado de que a produção anual desta fábrica se «regulava apenas por 200 cobertores»³¹.

Esta situação prolongou-se pelo início do século XX, visto que as alterações entretanto surgidas, se cingiram à «modernização» dos principais núcleos a que se acrescentavam implantações pontuais de novas empresas mas cujo impacte local não era significativo. Aliás, prosseguiram nas tendências anteriormente detectadas: predomínio das empresas dos ramos têxtil, alimentar e de apoio à construção civil, no aproveitamento, aliás, das matérias primas da área e na satisfação das necessidades da população residente. Consequentemente, deparamos com o alastrar da emigração já iniciado no final do século passado, avolumando-se as migrações internas desta população, dependente quase exclusivamente de uma agricultura economicamente inviável, como verificámos na alínea anterior.

Só após o final dos anos sessenta e com o evoluir da década de setenta, o panorama económico local sofreu um impulso.

*b) Representatividade dos diferentes ramos em 1987 —
suas características e evolução*

Baseando-nos, pois, na informação registada na Repartição de Finanças de Ponte de Lima, vários aspectos se evidenciam, mas na generalidade, todos

³¹ LEMOS, M.R.R.p. 139. ³¹ LEMOS, M.R.R.,p. 139.

entroncam na mesma característica básica: indústrias que continuam a aproveitar os recursos locais, sobretudo os agropecuários, às quais se reúnem as de apoio à construção civil, para além daquelas que constituem um apoio diário à população, como as panificadoras.

Vejamos antes de mais as do ramo alimentar. Detectamos através desta fonte 13 engenhos de azeite, 14 moagens, 17 produtores de aguardentes e vinho, para além de 13 panificadoras e fábricas de doçarias, duas indústrias de lacticínios e uma não especificada.

Relativamente às azenhas produtoras de azeite, parte delas recuam aos anos sessenta, ou mesmo antes, sendo limitado o número daquelas cuja fundação se aproxima dos últimos anos da actualidade. Apresentam, igualmente, características distintas de acordo com o ano de implantação na área: enquanto as mais antigas correspondem a pequenas unidades familiares, sem grande mecanização e inserindo-se em meios onde a oliveira apresenta grande difusão, as mais recentes, pelo contrário, apresentam-se mecanizadas, melhor dimensionadas, para além de se apoiarem noutra estrutura técnica. Estas últimas surgem frequentemente na dependência de capitais provenientes quer da emigração quer doutras actividades exercidas na área concelhia ou em concelhos limítrofes. Situação análoga encontramos nos estabelecimentos produtores de aguardentes e vinhos, assim como no caso das moagens.

Mas não são as unidades do ramo alimentar e bebidas que dominam no concelho. São antes as relacionadas com uma outra matéria prima local, muito divulgada, sobretudo em freguesias que se situam a mais de 100 metros de altitude. Referimo-nos à indústria de madeiras e mobiliário (91 unidades). Também neste grupo se destacam duas ramificações:

- a) as serrações, operando ou não nas próprias matas de abate, acompanhadas geralmente pela fabricação de madeiramentos e outros materiais de apoio à construção civil, e as carpintarias, para fabricação de portas, caixilhos, gelosias, etc. (41);
- b) as restantes unidades ou apoiam a agricultura (tanoaria, sobretudo nos locais onde existem castanheiros, no quadro de uma tradição histórica), e a produção de cestos de vimes (30), ou correspondem a indústrias de mobiliário (20 unidades).

Restam 27 unidades de metalurgia e metalomecânica todas elas directamente relacionadas ou com a construção civil (serralharia, ferragens, etc.) ou com a agricultura (3 latoarias e dois estabelecimentos de produção e reparação de charruas e outras alfaias agrícolas).

De outros ramos de fraca implantação encontramos 7 indústrias têxteis, 16 de vestuário, 13 de artigos de cimento e 10 de «diversos». E nada

mais existe no concelho susceptível de ser classificado como elemento do sector secundário!

Muito sinteticamente, diremos que a estrutura industrial do concelho é pouco diversificada, centrando-se sobretudo no aproveitamento da matéria prima local, em satisfação de necessidades básicas diárias (como a panificação, por exemplo), ou de apoio á construção civil e obras públicas. A própria indústria têxtil oferece uma implantação muito limitada. No entanto a projecção destas empresas na população e estrutura económica locais, apresenta-se diferente de freguesia para freguesia. Para esta situação muito concorrem, aliás, as características e dimensão das empresas em análise, como verificaremos.

c) Implantação local

Tal como na distribuição espacial da população e características da agricultura onde detectamos grandes heterogeneidades, também a implantação das unidades industriais assume idênticos aspectos. De facto na área N do concelho, quase completamente desguarnecida de estabelecimentos deste tipo (Fig. 9), apenas a sede concelhia e as freguesias que confinam o Rio Lima se destacam.

Outros núcleos de «empresas» surgem separados deste, fundamentalmente, por freguesias onde a ausência de implantação industrial é patente. São exemplo Gandra e as freguesias limítrofes situadas ao longo do acesso viário a Ponte da Barca, Rebordões (Souto e Santa Maria) e também Queijada e Fornelos, onde a indústria de madeira é soberana. Um quarto núcleo, centrado no Freixo constitui um pólo muito denso e concentrado onde, as unidades industriais são muito diversificadas, dominando embora o ramo alimentar e de bebidas.

Mas outros aspectos também pertinentes podemos apontar. Por exemplo, e relativamente à «indústria alimentar», ela centra-se sobretudo na sede concelhia, secundada pelos núcleos de maior densidade populacional (freguesias limítrofes de Ponte de Lima e Freixo). Este ramo industrial acompanha também os principais eixos viários. A distribuição espacial deste ramo industrial é «imitado» pelo da indústria de madeiras e mobiliário, embora também este último ramo apresente núcleos de maior implantação. Estes diferem consoante nos inserimos na indústria de mobiliário ou na que inclui as serrações, carpintarias, etc. Relativamente às primeiras, concentram-se sobretudo nas freguesias de maior área florestal, sobretudo com povoamentos arbóreos de qualidade, acompanhadas de perto pelas carpintarias, enquanto as últimas, assim como todas aquelas que estão intimamente associadas à construção civil, apresentem uma tendência para se

aproximarem dos principais núcleos populacionais, acompanhando os eixos viários mais importantes.

Debruçando-nos agora sobre os restantes tipos de indústria com implantação no concelho, referimos somente que, enquanto a indústria têxtil,

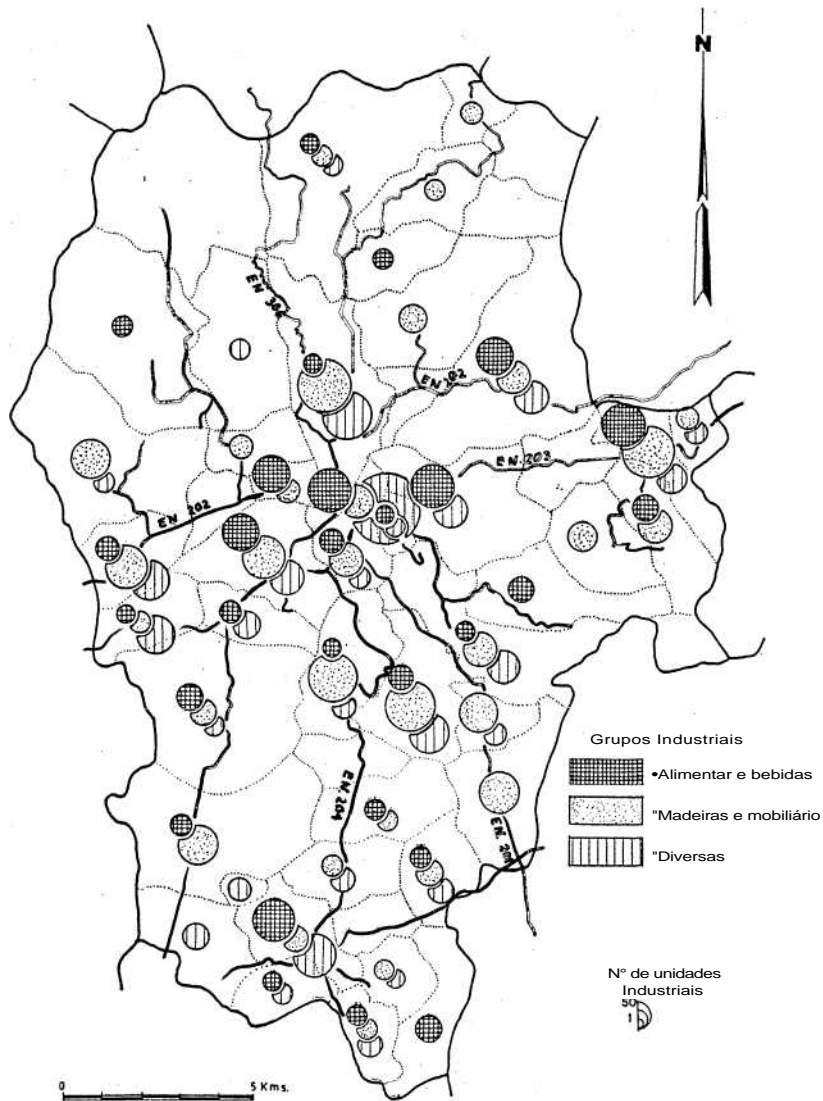


Fig. 9 — Implantação dos grandes grupos de actividades industriais nas freguesias do concelho em 1987.

Fonte: P.I.C.I., Repartição de Finanças de Ponte de Lima.

de malhas e confecções, se localiza preferencialmente na parte sul do concelho, aproximando-se do vale do Neiva, no que se refere às indústrias de

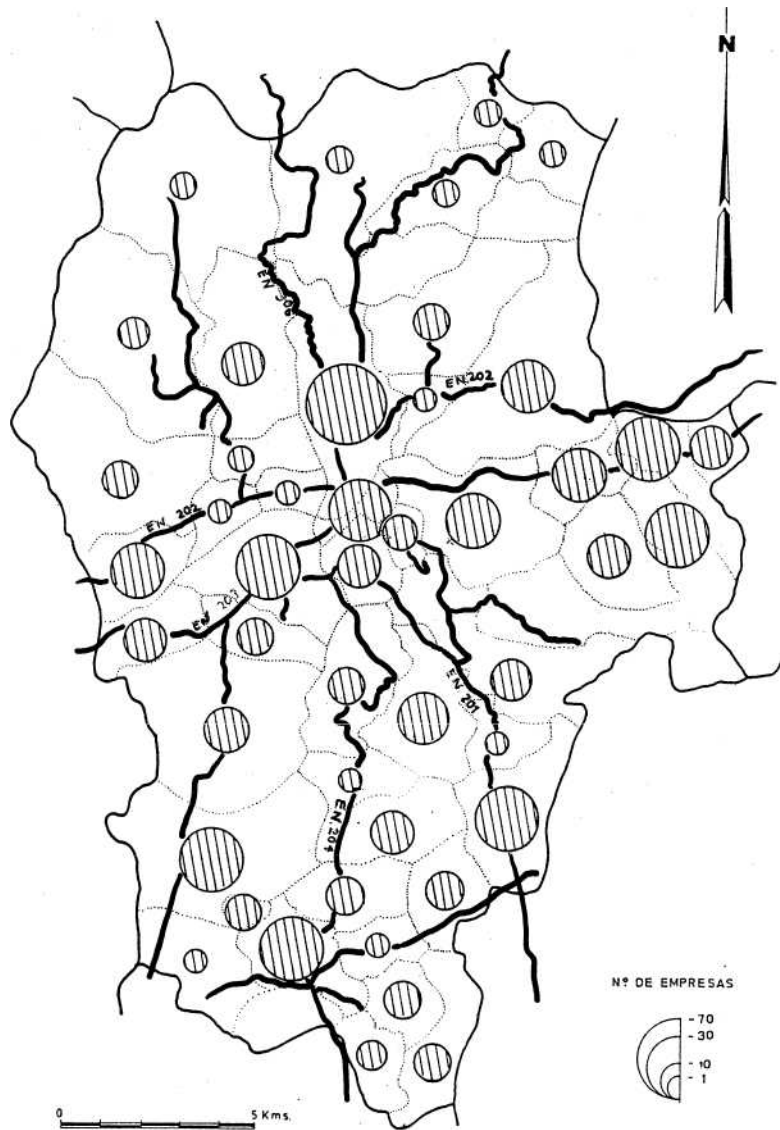


Fig. 10 — Empresas de construção civil e obras públicas em 1987, por freguesias.

Fonte: P.I.C.L., Repartição de Finanças de Ponte de Lima.

apoio à construção civil, verifica-se uma «aproximação» àquelas freguesias onde esse sector de actividade mais se desenvolveu recentemente, ou nas margens do Rio Lima (Fontão, Correlhã, Vitorino das Donas).

Lugar especial reservamos ao número de empresas de construção civil (Fig. 10). Acompanhando-se sempre de uma mão de obra assalariada não especializada, cujos conhecimentos e introdução nesta arte é facultada quando aprendizes numa das empresas já existentes, estas unidades acumularam-se nas áreas de maior expansão populacional, destacando-se Arcozelo com 18 empresas.

Em síntese, é a localização dos maiores núcleos populacionais, e sobretudo daqueles cuja estrutura etária está menos envelhecida (que, por sua vez já tinha sido delineada pelos principais eixos viários que cruzam o concelho), que a indústria se concentra, sobretudo aquela indústria de menores tradições, e que exige um capital já notório.

d) *Características sócio-económicas das empresas*

Vejamos, por exemplo, a informação referente ao ano em que as empresas actualmente em laboração iniciaram as suas actividades. A Fig. 11 é elucidativa: 29% começaram a actividade antes de 1974/1975, das quais 13% em período anterior a 1965. Efectivamente, no início da década de sessenta era a indústria do ramo alimentar e bebidas que dominava largamente, correspondendo essencialmente aos alambiques, azenhas e moinhos de pequena dimensão. A completar este panorama, existiam as panificadoras, algumas das quais prosseguem actualmente a sua laboração. Estão sediadas na vila ou nas proximidades dos maiores centros populacionais.

Esta situação vê-se ultrapassada no período compreendido entre 1966 e 1975, durante o qual se observa um equilíbrio entre o número de empresas de diferentes ramos que entretanto iniciaram as suas actividades.

Mas é fundamentalmente após 1975 que as empresas actualmente em laboração se constituíram, sobretudo aquelas que se relacionam com a madeira e mobiliário. Este movimento sofreu uma retracção posteriormente, nítida sobretudo no ramo alimentar e bebidas, precisamente aquele ramo que baseia as suas actividades na satisfação das necessidades diárias da população.

Relativamente às empresas de construção civil, é também após 1975 que a grande percentagem iniciou as suas funções, pois apenas 18 já se encontravam em actividade nessa data.

Refira-se ainda que, em valores médios, e com excepção das «indústrias diversas» as restantes unidades industriais apresentam uma

O Espaço Agrário de Ponte de Lima

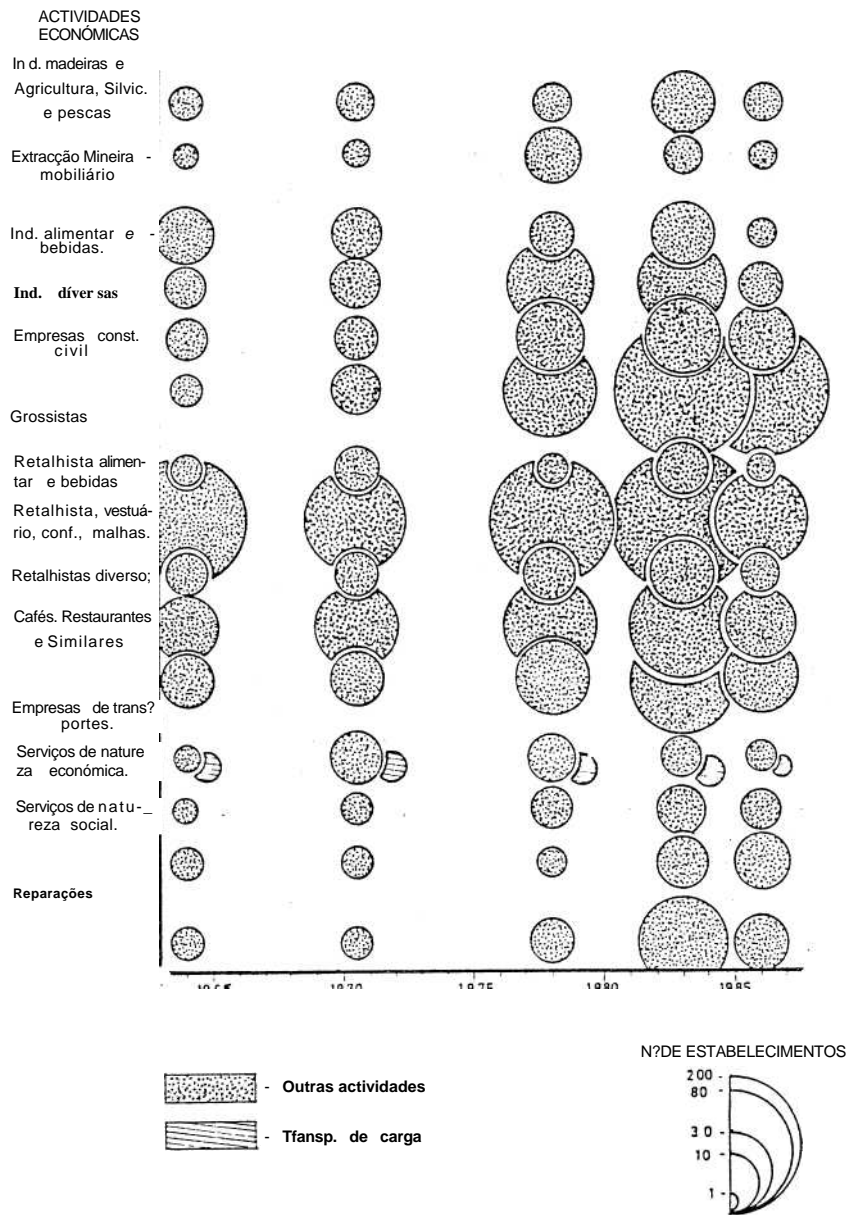


Fig. 11 - Ano de início das diversas actividades económicas sediadas no concelho de Ponte de Lima.

Fonte: P.I.C.I., Repartição de Finanças de Ponte de Lima, 1987/88.

tendência para uma retracção nos últimos anos, sobretudo a alimentar. Teremos em perspectiva uma mais ou menos rápida alteração na estrutura industrial concelhia? Repare-se que na indústria metalúrgica e metalomecânica, das 26 unidades existentes no concelho, somente 7 iniciaram as suas actividades entre 1963 e 1975, localizando-se preferencialmente na sede, ou nas freguesias de Arcozelo e de Refoios do Lima. A sul do Rio Lima só Gandra apresentava uma, e esta iniciou a actividade já na década de setenta. Só após a conturbada vida política nacional posterior a 1974 elas proliferaram, dividindo-se agora em dois núcleos que se evidenciam entre 1976/1980 e reforçam a sua posição entre 1982/1985. Um localiza-se a Norte do Rio Lima, centrando-se em Arcozelo e prolongando-se para W. Para além de apoiarem o elevado número de pedreiras com forte implantação local, inserem-se também e com maior acuidade naquelas freguesias onde a construção civil mais se desenvolveu. O segundo núcleo surgiu após 1975 e congrega as freguesias da Correlhã, Seara, Santa Maria, Souto e Facha, na parte central do concelho. A Sul, novamente o Freixo se destaca acompanhado por Gaifar. A sede concelhia apenas vê surgir, após 1981, uma nova unidade que se vem reunir às três já existentes.

Estas características repetem-se se retivermos a nossa atenção um pouco na indústria de malhas e confecções: com pequena implantação na parte norte do concelho, como já referimos, todas as unidades que aí se localizam iniciaram a sua actividade após 1976 e duas mesmo após 1985. Destaque-se ainda que a sede acolhe nos seus limites administrativos 7 unidades, 4 das quais se implantaram após 1981.

Na margem esquerda do Lima, verifica-se que o Freixo e o Souto já em 1963/1965 apresentavam uma unidade deste ramo em cada uma das freguesias, mas só após 1981 a implantação destas unidades industriais se multiplicou e dispersou, abrangendo sobretudo as freguesias que envolvem o Freixo. No entanto, esta freguesia não perdeu o seu lugar de liderança.

Detenhamo-nos agora naquelas indústrias de mais ampla divulgação no concelho, ou seja, os ramos alimentar e bebidas e os de madeiras e mobiliário. É suficiente uma visão muito rápida para detectar diferenças entre estas duas indústrias. Efectivamente e como já tínhamos observado, as do ramo alimentar e bebidas apresentam um maior historial, acompanhando de perto as áreas mais densamente povoadas. Após 1970 estas unidades vão centrar-se sobretudo no Freixo e nas freguesias a Sul e SE, embora aumentasse também o seu número na sede concelhia. A situação é bem diferente nas indústrias de madeira e mobiliário. Neste ramo, o núcleo existente já em 1963/1965 vê a sua posição reforçada após 1975, característica acompanhada também de uma expansão deste tipo de indústria, quer para Norte, quer para Sul do núcleo tradicional. E se inicialmente são as freguesias da Correlhã, da Feitosa e do Fontão que se destacam após 1976 a

dispersão é ainda maior, prolongando-se ainda mais para Norte, ao longo da via de acesso aos Arcos de Valdevez e a Paredes de Coura.

Como explicar estas diferentes tendências? Será que permanece como determinante a infiltração da rede viária e a maior ou menor acessibilidade aos principais centros consumidores? Ou será motor exclusivo a satisfação das necessidades locais mais prementes?

Por outro lado, em média 97% destas unidades não possuem qualquer veículo pesado de apoio às actividades, valor que atinge os 100% no agrupamento das indústrias «diversas». No entanto, uma unidade do grupo de madeiras e mobiliário possui três. Já em relação aos veículos ligeiros, que exigem menor capital, somente 13% a 22% possuem um ou mais veículos, centrando-se sobretudo no ramo alimentar e de bebidas. É de facto frequente nesta área o recurso ao aluguer para efectuar os transportes, e até o comércio.

Em relação às empresas de construção civil, nenhuma atinge o escalão de mais de 5000 contos de capital social e somente 3 possuem um veículo pesado.

Confirma-se, deste modo, o referido no início desta alínea: é recente a implantação industrial neste concelho existindo, porém, em situação que se poderá considerar «embriónica», uma tendência para especializações locais.

Contudo se já foi possível referir algo sobre o capital social, número e espécie de veículos a que estas empresas recorrem, permanece em completa obscuridade tudo o que se refere à sua estrutura humana. Mas a Fig. 12 é elucidativa: 60% das empresas são de estrutura familiar, seguindo-se as designadas «empresariais» (37%) e, por último 7, (correspondentes a 3%), as mistas³². Mas algo mais se pode acrescentar: enquanto nas «empresas» de estrutura familiar dominam as que são constituídas exclusivamente pelo «gerente», o proprietário, há uma leve tendência para as do ramo alimentar e de bebidas bem como a de «diversos» alargarem os seus efectivos. Actualmente atingem um máximo de 5 a 7 pessoas. Pelo contrário, as de tipo empresarial atingem os 90 assalariados, como é o caso de uma das empresas do ramo alimentar. São, efectivamente, empresas com outros recursos humanos, técnicos e financeiros, características estas que não se detectam nas familiares. São, pois, pequenas «empresas», se empresas se podem denominar, das quais cerca de 80% a 85% são constituídas somente pelo «gerente» que dominam o «tecido industrial» do concelho de Ponte de Lima.

Refira-se ainda que existe uma tendência, mas muito ténue, para a concentração das empresas mistas e empresariais (sobretudo nestas últimas) nos principais núcleos populacionais.

³² Consideramos empresas de «estrutura familiar» aqueles onde apenas trabalha o «gerente» proprietário, ou quando a ele se associam apenas familiares. Serão «empresariais» quando ao gerente se reúnem somente assalariados não familiares e «mistas» quando nessas empresas trabalham conjuntamente o «gerente», familiares seus, bem como assalariados não familiares.

Em síntese, com uma «indústria» recente, onde apenas um limitado número de estabelecimentos aceita esta designação, centrando a sua actividade numa grande interligação com a origem da matéria prima, estas

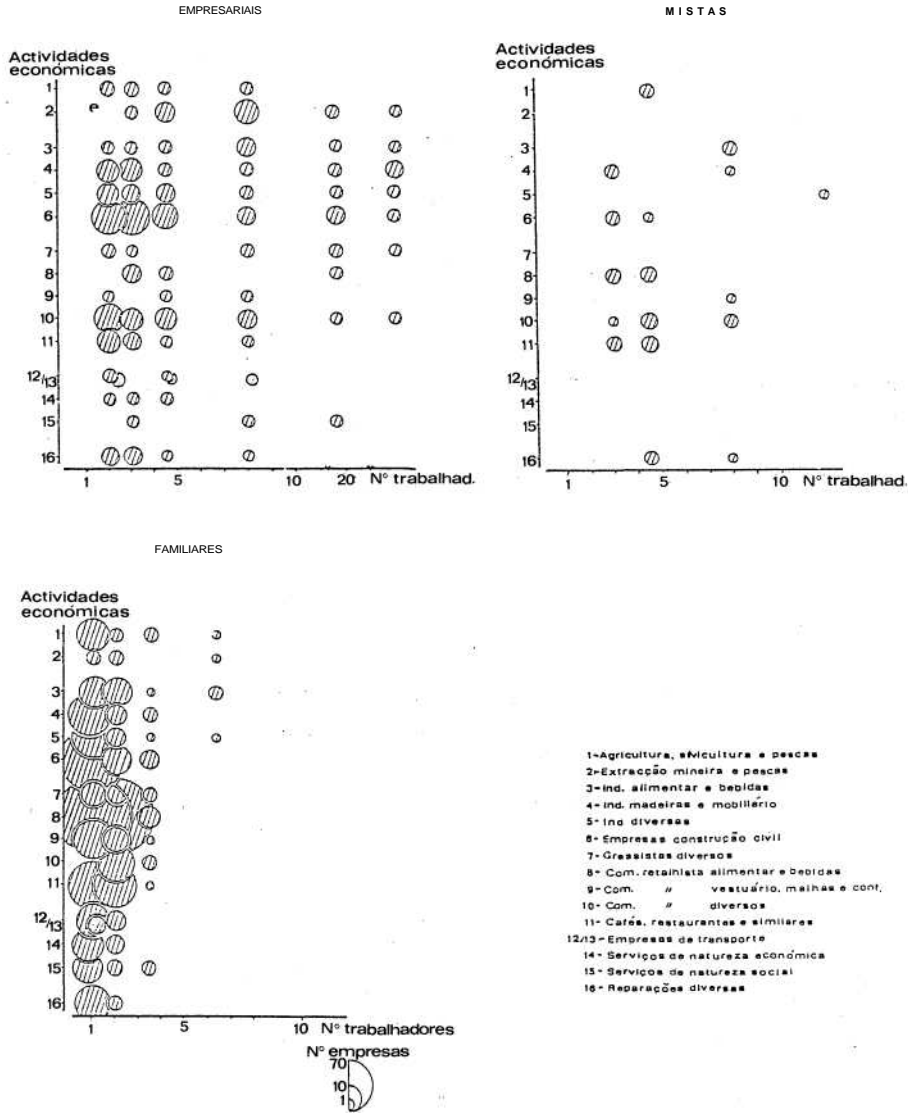


Fig. 12 — Número de trabalhadores nos diversos sectores de actividade em 1987, de acordo com a estrutura da empresa.

Fonte: P.I.C.I., repartição de Finanças de Ponte de Lima.

unidades correspondem essencialmente a uma resposta local a problemas mais ou menos pertinentes. Os seus proprietários sendo possuidores de certos conhecimentos específicos, herança ou não de seus Pais, criam pequenos estabelecimentos cujo quadro laborai se confina a eles próprios. Quando estes «empresários» não conseguem satisfazer todas as solicitações, recorrem então a um familiar, sempre receptivo a uma outra actividade diferente da agrícola. Posteriormente, se a actividade prossegue numa linha ascensional, recorre a outros familiares habilitados para a realização das diferentes tarefas, ou a externos. Só muito ocasionalmente estas empresas alargam a sua área de influência, como é o caso de algumas de confecções. Neste último ramo, é muito frequente o recurso a tarefeiros, sendo os trabalhos executados nas respectivas residências.

Relativamente às empresas de construção civil, elas acompanham em tudo as características anteriormente referidas. Apresentam, no entanto, uma particularidade: têm variações bruscas de um ano para o seguinte, visíveis por exemplo no número de empregados que acompanha as contingências do mercado.

Outro aspecto que não podemos omitir é a influência exercida pelas famílias regressadas das ex-colónias, bem como pelos emigrantes. Uns e outros, inserem-se em várias destas empresas, embora a sua acção incida prioritariamente na área comercial.

Na generalidade dos casos, os «gerentes» apresentam como actividade secundária a agricultura, característica menos evidente se integrados no grupo dos «retornados». Geralmente não ultrapassam a 4.- classe como habilitações literárias, sendo os mais idosos, parte dos quais analfabetos, aqueles cujas actividades correspondem a uma mera continuação de um negócio familiar.

Os mais jovens apresentam já outros conhecimentos, mas habitualmente não muito avançados, orientando estes estabelecimentos de modo amadorístico, tradicional. Que futuro para uma «industrialização» com estas características? Contudo, o concelho encontra-se numa fase de maior dinamismo, mais evidente nesta última década.

3.2.3. *Terciário de natureza económica: predomínio irrefutável sobre o terciário de natureza social*

a) Representatividade dos diferentes ramos

É suficiente a análise do Quadro 5 para justificarmos plenamente o título apresentado para esta alínea: é irrefutável, efectivamente, o predomínio do terciário de natureza económica, já que 80% à total de estabelecimentos incluídos neste sector económico correspondem a pequenas lojas comerciais dos mais diversos ramos.

Mas, qual a evolução deste sector económico na área concelhia?

Apesar de termos iniciado este capítulo pela apresentação das características do sector terciário em Ponte de Lima no ano de 1987, achamos por bem manter a metodologia seguida anteriormente e fazer uma muito sintética retrospectiva das características deste sector de actividade. Contudo, apenas referiremos alguns elementos esparsos.

QUADRO 5 — Representatividade das diversas actividades de cariz terciário em Ponte de Lima (1986/87)

Grupos de Actividade Económica	N.º de Estabelecimentos	%a)	%b)
Com. Grossista Com. Ret.-Alimentar e Bebidas Com. Ret.-Têxtil, Malhas e Confecções Com. Ret. Apoio Const. Civil Com. Ret. Diversos	32 357 48 26 152	5 58 8 4 25	4 40 5 3 17
Restaurantes, Cafés e Similares	99	100	11
Hospedagem Transporte de Passageiros Transporte de Carga	3 31 13	100 70,5 29,5	0,3 3,5 1,5
Reparações Diversas	53	100	6
Serviços Apoio Empresas Serviços de Natureza Social Serviços Pessoais	30 43 43	36 51 51	3 5 5
<i>Total</i>	898	100	100

Fonte: P.I.C.I., Repartição de Finanças de Ponte de Lima, 1986/87

- a) % Parciais (subgrupos);
b) % Relativamente ao total de estabelecimentos do sector terciário

De acordo com a bibliografia a que tivemos acesso, somente a feira de Ponte sobressaia no que se refere ao sector comercial. Com o seu início muito provavelmente no tempo de D. Teresa em 1125³³, já no séc. XIV e XV era considerada *importante*. A sua área de influência excedia largamente os limites do actual concelho, pois segundo documentação diversa, era uma feira muito frequentada pelos galegos. Virgínia Rau refere que traziam suas «bestas e mercadorias e levando muito sal e outras coisas». Com os impostos recebidos permitia-se a realização de grandes benefícios para Ponte (de Lima).

³³ RAU, Virgínia, p. 63.

O Espaço Agrário de Ponte de Lima

Para além da feira quinzenal, como a de Ponte, com uma periodicidade que aliás permaneceu até à actualidade, existiam intramuros algumas casas ligadas ao comércio e aos artesãos de então. Há inclusivamente a referência a judeus comerciantes. Mas, pela escassez de informação, é notório que somente o comércio do consumo diário permaneceu e se expandiu de modo particular no centro urbano, para além da referida feira.

De facto a importância económica desta feira alicerçou-se de tal modo no NW de Portugal e Galiza que ainda na década de cinquenta o Conde d'Aurora, no seu Roteiro da Ribeira Lima refere que

«Ainda há muito quem hoje venha de Caminha, pela serra. De Coura, Viana, Barca e Arcos chega muito gado. Não faltam a ela os ourives de Braga e as buraqueiras de Prado, dos linhos, e tantas gentes mais (...)

«Na ponte de luz e sol passa um contínuo formigueiro de povo. E todos os caminhos: estradas brancas poeirentas, carreiros de montanha, atalhos de portelas, todos trazem gente à feira; gente e gado. Mulheres, muitas mulheres, lavradeiras de todas as freguesias, aldeias, lugares e lugarejos, todos levam a sua cesta; seja o vindimeiro alto e fundo de quatro alqueires, seja o pequenino açafate de Barcelos, rendilhado e embrincado, onde mal cabe uma mão-cheia de quaisquer coisa a vender — e se mais não tem, arranja uma dúzia de ovos, meio quarto de feijão, um punhado de fruta do tempo — e ela aí vem³⁴.

Actualmente, se modernizarmos os meios de transporte no acesso a Ponte de Lima, diversificarmos os artigos a transaccionar na feira e actualizarmos os meios técnicos que induzem à compra, nada mais se alterou, incluindo a importância desta feira, sobretudo em período estival, quando os emigrantes em férias vêm engrossar a multidão que aí se dirige...

Mas, apesar de ainda hoje a feira corresponder a um marco fundamental nas transacções comerciais no concelho em análise e envolventes, sobretudo de produtos agrícolas da época e de gado, também o comércio fixo apresenta uma implantação crescente denotando idêntico crescimento de nível económico.

E é novamente o arquivo da Repartição de Finanças que nos permitirá analisar a situação actual no concelho no que respeita a este fenómeno. De facto, o Quadro 5 é elucidativo: dos 615 estabelecimentos sediados no concelho, somente 32 são grossistas dos quais 18 no ramo alimentar e bebidas. Mas é o comércio retalhista que domina largamente, e sobretudo o do ramo alimentar e bebidas, de recurso diário. Dos 615 estabelecimentos

³⁴ AURORA, Conde d\ p. 210.

comerciais 357 estão vocacionados para este ramo, correspondendo a 58%. É, efectivamente, um grande domínio. Seguem-se por ordem decrescente de número de unidades o comércio retalhista de têxtil, malhas e confecções (48), 26 de apoio à construção civil e 152 (25%) englobando todas as restantes actividades (sapatarias, venda de mobiliário, material eléctrico e electrónico, químico, etc.).

É o domínio inegável daquele comércio tradicional, de recurso diário, e que não exige um grande investimento.

Sabendo nós da importância da feira quinzenal, da atracção que ela exerce sobre uma vasta área, não estranhámos que existam 99 estabelecimentos que abarcam desde os restaurantes, aos snacks, dos cafés às confeitarias e todo um conjunto doutros estabelecimentos similares. É evidente que estendendo-se a feira por todo o dia, este tipo de comércio se desenvolveu, sobretudo nos últimos anos. Contudo, também a grande percentagem deste comércio é de cariz tradicional. A título de exemplo refira-se que 23 dos 99 estabelecimentos aqui referenciados correspondem a tabernas. E se as tradicionais mercearias, para além doutros artigos, vendem produtos agrícolas locais, também as tabernas subsistem quase exclusivamente com base na produção vinícola local, sobretudo as mais antigas. Não é, de facto, apenas a indústria local que se interliga com a produção agropecuária, pois também a actividade comercial, numa grande percentagem, apresenta características semelhantes. Além disso, uma parcela considerável destes comerciantes, com especial incidência entre os proprietários dos restaurantes e estabelecimentos similares, acumula à actividade comercial a agrícola. Frequentemente, nos pisos superiores, sobre o café ou sobre o restaurante, instala-se uma residencial ou uma pensão, actividade recente no concelho, sobretudo a de qualidade.

Na generalidade dos casos estes últimos exemplos referidos inserem-se no apelidado «Turismo de habitação», instalado em antigos solares recentemente restaurados e adaptados parcialmente para esta actividade, ou mesmo a casas de nomeada, geralmente também solares, mas sediados em freguesias essencialmente rurais, fornecendo a oportunidade ao visitante de se inteirar dos costumes, tradições e economia locais. Registados oficialmente, apenas existem 3 unidades, todas elas localizadas na vila.

Uma outra actividade terciária de certa implantação local é a que se relaciona com as reparações. Dos ramos integrados neste agrupamento, deparamos com 7 sapateiros, 5 profissionais de material eléctrico e 6 de diversas actividades. Alguns destes ofícios são actividades tradicionais, particularmente em meios rurais, como as que se referem aos sapateiros. Situação diferente é a que integra os mecânicos (35) e um pouco os técnicos de aparelhos eléctricos, pois estas profissões requerem já uma certa

especialização que, no entanto, é obtida muito frequentemente na prática realizada numa das oficinas já existentes. Numa outra hipótese, também muito divulgada, e sobretudo nos ofícios de maior história, corresponde a uma simples transmissão da tradicional actividade familiar, particularmente no caso de os mais jovens não aprofundaram os seus estudos.

Restam 14% dos estabelecimentos de índole terciária, que centram as suas funções ou nos transportes (47 empresas), ou nos diversos serviços de apoio às empresas (Bancos, Caixas de Crédito Agrícola, agências prediais, serviços de contabilidade ou outros prestados às empresas), ou ainda outros serviços de natureza eminentemente social (clínicas ou estabelecimentos similares, organizações cívicas, sociais e onomásticas, clubes, cinemas,...). Este últimos correspondem a 1% do total de instituições registados no sector terciário, pois são apenas 11 unidades.

Quanto às actividades bancárias, elas não são recentes no concelho. Já em Maio de 1875, como o refere Miguel Roque dos Reis Lemos, se instalou em Ponte de Lima um estabelecimento de crédito denominado «Banco Agrícola Comercial e Industrial». Criado num período em que se multiplicaram as instituições bancárias em Portugal, encerrou os seus serviços dois anos mais tarde, não por falência, pois tinha uma certa vitalidade localmente, mas devido ao desinteresse dos principais accionistas.

É evidente que as actividades integradas no sector terciário especializado não se localizam neste concelho. Apenas os serviços mais prementes aqui se encontram, ou os oficialmente obrigatórios, optando a grande percentagem da população, para tratar de assuntos mais específicos, por deslocar-se a Viana do Castelo, Braga, ou ainda ao Porto.

Falta referir os denominados «serviços de carácter pessoal», correspondentes a lavandarias, cabeleireiros, estúdios de fotografia, etc. Totalizam 43 unidades (5%). São, mais uma vez, actividades de utilização frequente pela população local, sobretudo nos meios mais desenvolvidos economicamente, centrando-se por isso mesmo na maior parte dos casos na sede concelhia.

b) Implantação local

Tal como nas restantes actividades económicas, também nas de natureza terciária as assimetrias locais existem, mas de forma, muito mais acentuada do que as registadas no sector secundário. Basta acompanhar a Fig. 13. Se aos 9 dos 34 grossistas que centram a sua actividade na sede concelhia, juntamos os que se localizam nas freguesias limítrofes, sobretudo naquelas onde a densidade da população é maior e onde o índice de

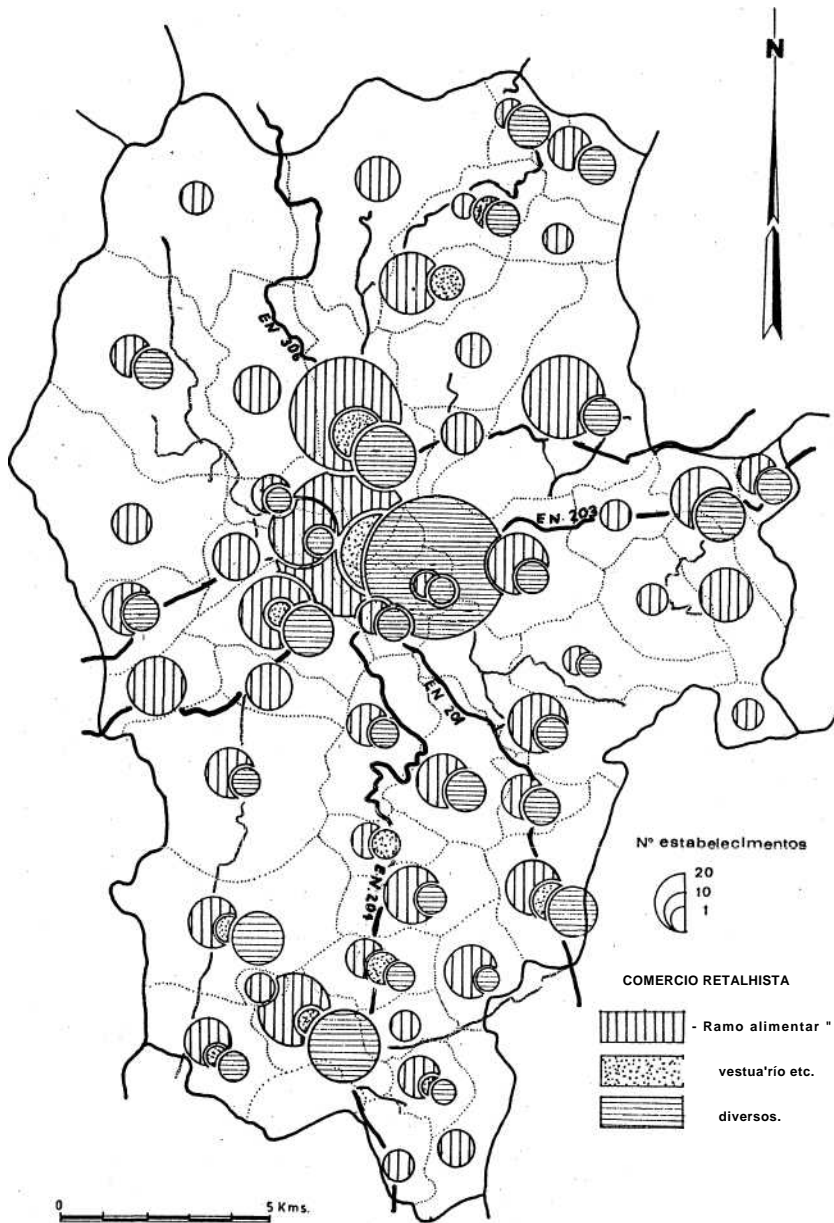


Fig. 13 — Implantação dos diversos tipos de comércio retalhista nas freguesias do concelho de Ponte de Lima em 1987.

Fonte: P.I.C.I., Repartição de Finanças de Ponte de Lima

industrialização é mais elevado, os restantes encontrámo-los nas freguesias situadas a Sul, por onde passam os principais eixos viários.

Mas a actividade que domina é o comércio retalhista, e sobretudo o ramo alimentar e de bebidas, que pelas características anteriormente apontadas, se encontra em todas as freguesias (excepto Ardegão), por mais afastadas que elas fiquem e independentemente da estrutura económica local. Sendo uma actividade diariamente procurada, é apenas a maior ou menor concentração de população e respectivo desafogo económico, que ditam o seu número e características. Se numa aldeia esquecida, em «hibernação», após a forte emigração e êxodo rural, encontramos com grande frequência a tradicional mercearia, escondendo atrás de um balcão semiescurecido uma senhora idosa que, lentamente, acolhe as clientes, velhas amigas de longa data, pelo contrário nos meios mais desenvolvidos, essas actividades correspondem aos supermercados ou àquele tipo de comércio mais especializado, como as salsicharias, peixarias, etc.

Situação bem diferente é àquela com que deparamos no restante comércio. Aqui são a sede do concelho e freguesias limítrofes que se destacam, secundadas pelo Freixo e Gandra, mas bem demarcados do grupo anterior, pois os seus valores são bem inferiores. Uma vez mais a maior densidade da população surge a oferecer a sua orientação, secundada, como vimos já, pela implantação da rede viária. Acrescente-se ainda que, excluindo a sede, é no sul do concelho ou nas freguesias de ligação a Paredes de Coura, no extremo Norte do concelho, que deparamos com as casas comerciais do ramo têxtil, malhas, confecções e vestuário. A maior aproximação das unidades industriais deste mesmo ramo ditará algumas directrizes?

Mas se no que respeita às casas comerciais existia uma nítida concentração na sede concelhia, maior é o desequilíbrio quando nos debruçamos sobre a distribuição espacial dos restaurantes, cafés e similares, pois 45 dos 99 existentes no concelho fixaram-se na sede administrativa, local de maior densidade populacional e onde quinzenalmente se realiza a afamada feira.

Embora com uma representatividade muito diminuta, todos aqueles serviços mais especializados acompanham os aspectos anteriormente aludidos, sobretudo aqueles que se referem ao transporte de passageiros e serviços específicos independentemente da sua natureza, social ou económica. Repete-se também o característico «abandono» das freguesias do limite Norte da área administrativa em análise (Quadro 6). Não obstante, a maioria apresenta em média uma unidade de transporte de passageiros (táxis, sobretudo), tentando colmatar a dificuldade de acesso a Ponte de Lima.

Vejamos, por exemplo, o caso da Boalhosa, freguesia onde, para além da actividade agrícola, deparamos com dois estabelecimentos comerciais do ramo alimentar acompanhados por uma empresa transformadora de

QUADRO 6 — Número de estabelecimentos do sector terciário implantados no concelho de Ponte de Uma em 1987

Freguesias	T.passag.	T. carga	S. econ	S. social	R. div.
Anais	1			1	
Arca					
Arcos	1	1	1	1	
Arcozelo	4	2	2	2	9
Ardegão					
Bárrio					
Beiral do Lima	1		1	1	
Bertiandos		1			
Boalhosa	1				
Brandara					
Cabaços					
Cabração				1	1
Calheiros	1			1	
Calvelo	1		4	1	4
Cepões	1				
Correlhã	1			3	4
Estorãos					
Facha	1				1
Feitosa					5
Fojo Lobal					
Fontão					
Fornelos	1		2	1	1
Freixo	3	1	3	5	4
Erias* tela"			1	1	
Gaifar				1	
Gandra				3	2
Gemieira					1
Gondufe	1		1		
Labruja					
Labrujó				1	
Mato			1		
Moreira de Lima	1				
Navio					
Poiares	1			1	3
Ponte de Lima	5	6	9	24	10
Queijada					2
Rebordões (Santa Maria)		1	1	1	
Rebordões (Souto)	1		2		
Refoios do Lima	2		2		2
Rendote					
Ribeira			2	1	2
Sá					
Sandiães		1	1		
Santa Comba					
Santa Cruz do Lima					
Seara					
Serdedelo					
Vilar das Almas	1				
Vilar do Monte					
Vitorino das Donas	1		1		
Vitorino dos Piães	1				2

Fonte: P.I.C.I., Repartição de Finanças de Ponte de Lima, 1987.

T. passag. — Empresas de transporte de passageiros;

T. carga — Empresas de transporte de carga;

S. econ. — Estabelecimentos de prestação de serviços de natureza económica;

S. social — Estabelecimentos de prestação de serviços de natureza social;

R. div. — Estabelecimentos de reparações diversas.

passageiros. Freguesia que sofreu fortes movimentos migratórios, com uma estrutura etária composta por idosos, mulheres e crianças, esta deficiente estrutura etária da população, entre outros elementos, justifica a existência de uma praça de táxis que satisfaça as necessidades de mobilidade da população local. Esta situação repete-se noutras freguesias, embora também muito frequentemente o proprietário do veículo de transporte não exerça exclusivamente esta profissão. Acompanha-a doutra directa ou indirectamente relacionada com a agricultura.

Refira-se ainda que, naquelas freguesias onde a extracção de pedreiras é notória (Arcozêlo, por exemplo), ou se fazem notar as actividades relacionadas com a silvicultura, aí se sedia o maior número de empresas transportadoras de carga.

c) Características sócio-económicas destes estabelecimentos

Mas, quais as características sócio-económicas destes estabelecimentos? Qual a sua evolução? Para respondermos a estas questões recorreremos novamente à Fig. 11. As ilações sucedem-se. De imediato destacamos o domínio indelével do grupo do comércio retalhista referente ao ramo alimentar e bebidas, que, inclusivamente, correspondia à actividade já largamente maioritária no concelho em 1963/1965. Posteriormente este domínio foi-se diluindo até ao período compreendido entre 1981/1985 quando, apesar de continuar muito activo e preponderante sobre todos os outros, atinge o seu máximo, estagnando depois. Esta característica acompanha a grande maioria das actividades terciárias. Fogem a ela os estabelecimentos de vestuário, malhas e confecções, assim como os denominados «diversos» que apresentam, pelo contrário, um contínuo acréscimo.

Se nos abstrairmos da parte comercial, é de evidenciar que nas empresas do sector dos transportes, actualmente em laboração, a grande percentagem iniciou a sua actividade antes de 1981, data a partir da qual poucas são as que se implantaram no concelho. Situação inversa é aquela com que deparamos nos estabelecimentos de reparações diversas, cuja data de fundação é muito recente, sobretudo as mais especializadas, como as do ramo eléctrico e electrónico e os serviços de natureza social e cultural. Só a acentuada melhoria económica da população local justifica esta situação, quer ela decorra dos fundos provenientes da emigração, quer das actividades locais, quer ainda da acumulação das remunerações das reformas sociais aos rendimentos obtidos em regra na agricultura, ou

mesmo de auxílios provenientes dos migrantes radicados nos principais núcleos industriais do País.

Em síntese, é após 1975 que as actividades terciárias se dinamizam no concelho, sobretudo as mais inovadoras e de menor tradição local. Destaquemos, em valor relativo, as actividades de cariz social, que só mais recentemente conhecem um acréscimo, correspondente ao preenchimento de lacunas só possível após a satisfação doutras necessidades muito mais prementes. Englobam-se neste grupo a criação de clubes e doutras actividades recreativas.

Vimos que no referente ao ano de início de actividade, os estabelecimentos do sector terciário acompanham de perto as características das unidades industriais, há que perguntar se existe idêntica analogia entre os dois mesmos tipos de actividade quanto ao capital social detido por estes estabelecimentos. Nas unidades vocacionadas para o comércio são os grossistas, acompanhados pelos comerciantes dos diferentes tipos de comércio, pouco representativo a título individual e que denominamos de «diversos», que apresentam maior capital social. Contudo, 60% a 82% não o indicam. Característica sintomática... São, pois, novamente os estabelecimentos de reduzida dimensão que dominam. O próprio número de veículos apoia esta ideia: em média, 95% destes estabelecimentos não possuem qualquer veículo pesado, enquanto cerca de 80% (valores médios igualmente) não possuem qualquer ligeiro.

Resta-nos apresentar algumas informações relativas ao número e características da mão de obra a exercer funções. São sobretudo os estabelecimentos de estrutura familiar que dominam (Fig. 12), e em particular aqueles em que o proprietário trabalha isoladamente ou acompanhado por um familiar. Esta característica é mais evidente nos estabelecimentos retalhistas do ramo alimentar, secundado pelos restaurantes e similares. Contraste absoluto é-nos dado pelos estabelecimentos de estrutura empresarial, cuja preferência se centra particularmente nos estabelecimentos retalhistas de material eléctrico e electrónico (aspecto aliás, comum, nos estabelecimentos de estrutura mista), e, embora em segundo plano, pelos restaurantes, cafés e similares.

É esta a estrutura das actividades terciárias no concelho, idêntica aliás, às de índole secundária: empresas familiares de reduzidas dimensões e implantadas maioritariamente com vista às solicitações locais. Constituindo o proplongamento das actividades tradicionais no concelho, intimamente relacionadas com a agropecuária, dominante nesta área, só muito recentemente, e com especial incidência após 1975, patentearam um recrudescimento do seu número, dimensão e diversidade de estabelecimentos e actividades então iniciadas. Dar-se-á o caso de estarmos perante uma tendência que se confirmará, deixando o concelho de constituir um simples local de passagem com estruturas de apoio aos «viajantes»?

4. A ANÁLISE MULTIVARIÁVEL E AS ASSIMETRIAS LOCAIS

Em traços muito gerais vimos qual a estrutura sócio-económica do concelho de Ponte de Lima em 1987. Área tradicionalmente vocacionada para as actividades agrícolas, somente nas últimas décadas, e particularmente após 1975, começou a despertar da estagnação económica em que se encontrava.

Independentemente da informação em que nos apoiamos, sempre se tornou perceptível que o concelho não constitui um todo homogéneo, apresentando assimetrias várias onde se destacam sub-áreas cuja delimitação está dependente da informação a que recorreremos e do próprio tratamento estatístico a que se sujeitou essa informação. De acordo com esses tratamentos estatísticos, assim se detectam com maior ou menor nitidez essas assimetrias locais.

Não quisemos concluir este trabalho sem inserir uma análise complementar às anteriores: referimo-nos à análise multivariável. A justificação desta nossa opção é simples: apesar da complexidade da estrutura sócio-económica da área concelhia, há que inquirir que informação poderemos considerar fundamental. Quais as grandes divisões locais que, com base nesta técnica, descortinamos?

Em termos de breve introdução teórica à técnica estatística, refira-se exclusivamente que, através dela, é possível explorar e detectar as variáveis com maior importância na caracterização do espaço* independentemente do seu número inicial, reduzindo-as, através de uma selecção matemática, às mais significativas. As novas variáveis, apesar de abstractas, correspondem aos factores ou componentes principais, e têm por base o conjunto de toda a informação de base, muito diversificada.

Para concretizar estes objectivos, realizámos três análises parciais e uma que englobou a totalidade da informação. Das parciais, na primeira limitámo-nos a introduzir a informação relativa às características da população e da habitação (Anexo 1), na segunda incluímos a informação relativa à actividade dominante no concelho, ou seja a actividade agropecuária em 1979 (Anexo 2), e por último, a terceira que reunia a informação relativa aos sectores secundário e terciário (Anexo 3), tendo por base os Processos de Contribuição Industrial.

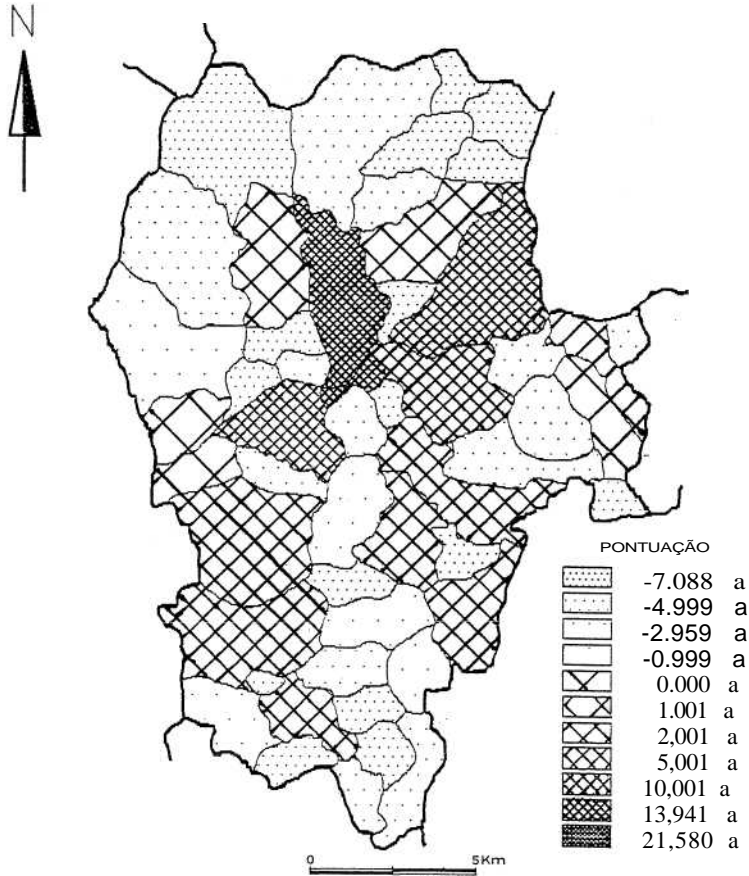
Neste resumo não nos debruçaremos sobre pormenores técnicos e outros esclarecimentos sobre a técnica utilizada, utilizando apenas os resultados obtidos e sua projecção no espaço em estudo.

d) População e condições de habitação

O primeiro aspecto a destacar é o seguinte: a correlação existente entre toda a informação é muito elevada, situando-se na generalidade dos casos entre

Maria Helena Mesquita Pina

0,90 e 0,98 (Anexo 1). É evidente que o acréscimo da população está directamente relacionado com a sua estrutura etária numa proporção directa sobretudo com as maiores percentagens de população com idades compreendidas entre os 30 e 59 anos. Igualmente se compreende que as maiores densidades populacionais se associem à população cuja actividade se distingue da agropecuária, actividades essas mais compensadoras económica e socialmente.



-5.000 -
3.000 -
1.000 -
0.000
1.000
2.000

5,000
10,000
13,000
17,270
27,669

Fig. 14 — Grau de urbanização e acréscimo populacional, (primeira componente).

Fonte: Recenseamento Geral da População, INJE..

Por outro lado, a população que evidencia uma acentuada melhoria do nível económico, revela capacidades que lhe permitem a construção de

habitações com características diferentes das tradicionais, com outras dimensões e comodidades.

Apenas as variáveis que incluem a informação relativa ao número de habitações com 1 ou 2 divisões e a população activa no sector terciário apresentam correlações inferiores (0.60 a 0.80), embora bastante elevadas.

Verifica-se, portanto, uma interligação muito grande entre as características da população e respectivas habitações, visível mesmo através da pontuação fornecida por meios informáticos para cada uma das variáveis pois variam entre 0.153 e 0.201, muito idênticos entre si. Contudo destacam-se um pouco as variáveis 2 (população residente em 1981) com 0.201, a V19 (população feminina com 50 a 59 anos) igualmente com 0.201, assim como as V24 (número de habitações que possuem água canalizada em 1981) e V26 (número de habitações que possuem electricidade em 198J), características mais comuns nos núcleos urbanos e muito timidamente em áreas essencialmente rurais. É pois com base nestas evidências obtidas através desta técnica, que denominamos a primeira componente de «Grau de urbanização e acréscimo populacional».

De facto, se retivermos na memória o referido na alínea em que efectuámos a análise da população, confirmamos que são, efectivamente, a sede concelhia e Arcozelo, (freguesia que apresentou um maior acréscimo populacional, associado aliás, ao económico), a apresentarem valores mais destacados, acompanhados por duas outras freguesias limítrofes; Refoios do Lima e Correlhã (Fig. 14). As restantes localizam-se ao longo dos principais eixos viários que atravessam o concelho. No entanto, a sede e Arcozelo destacam-se com nitidez.

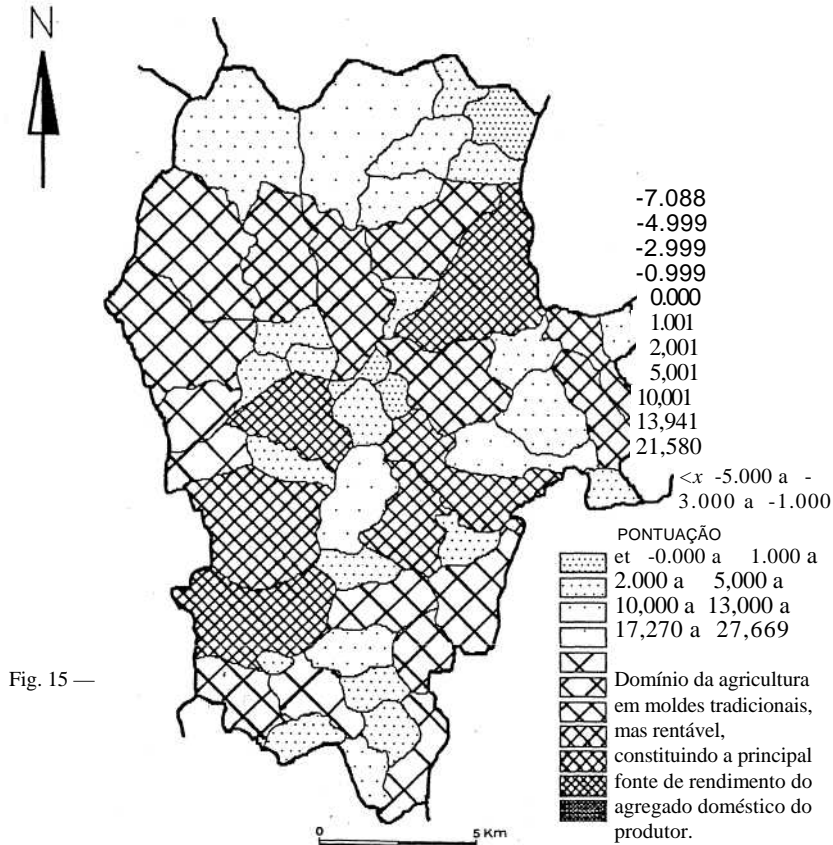
Diversamente, em todo o norte do concelho e outras áreas morfologicamente mais desfavoráveis, aquelas onde a emigração é mais intensa, deparamos com valores menos elevados.

Esta componente justifica 90,1% da variância total, sendo as restantes componentes insignificantes.

b) Agropecuária e Silvicultura

Na segunda análise parcial em que inserimos apenas a informação relativa às actividades agropecuárias e silvicultura (Anexo 2), novamente as assimetrias são nítidas. Contudo, destaque-se desde já que, apesar das correlações dominantes apresentarem valores que ultrapassam os 0.80, existem maiores disparidades entre a informação relativa ao número de explorações trabalhadas por arrendamento, ou as empresariais, acompanhadas também pela maior área florestal. Esta três variáveis

correlacionadas com qualquer uma das outras, apresentam uma correlação insignificante pois o seu valor aproxima-se do zero. Pelo contrário, aumentando a área da exploração, variação directamente proporcional sobre a correlação com que deparamos, sobretudo nas explorações cuja área varia entre 1 e 3 ha.



Fonte: Recenseamento Agrícola de 1979, I.N.E.

Acompanhando estas características surge a pontuação que, através desta técnica, cada variável obtém. De facto, os maiores valores encontramos para as variáveis que se referem à dimensão da exploração, sobretudo

naquelas que apresentam 1 a 3 ha, acompanhadas pela elevada percentagem de explorações não abandonadas ainda, ou que não se encontram em situação de desleixo, por carências várias, entre as quais se inclui a falta de mão de obra familiar, pois as variáveis que se referem à população agrícola familiar apresentam-se incluídas no grupo das mais destacadas. Contudo, apesar de dominarem as explorações agrícolas por conta própria, a dupla actividade apresenta grande incidência, já que é dominante a variável que representa as explorações em que mais de 50% dos rendimentos são oriundos da agricultura (0.209), mantendo-se todas as restantes com valores inferiores. No entanto, é evidente que para sustentar uma agricultura em que mais de 50% dos rendimentos totais do produtor têm origem nesta actividade apesar de tradicional, ela é rentável, sobretudo se se apoiar em inovações técnico-culturais (outra das variáveis que apresenta pontuação superior a 0.200).

Face a todos os elementos expostos, denominamos esta componente como «Domínio da agricultura em moldes tradicionais mas rentável, constituindo a principal fonte de rendimentos do agregado doméstico do produtor». É responsável pela explicação de 61,6% da variância total.

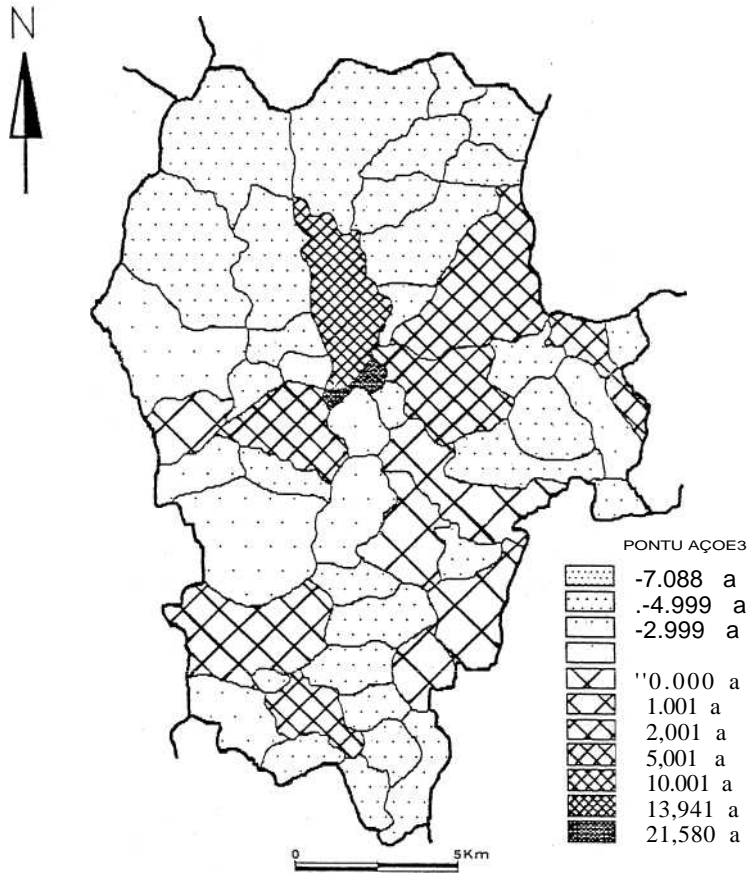
E se observarmos a Fig. 15, que apresenta a pontuação que cada uma das freguesias obteve, tomando por base a informação agora em análise, verifica-se que de facto há uma grande coincidência dos valores mais destacados com os registados na figura anterior: valores mais destacados acompanham os principais eixos viários, embora pontualmente algumas diferenças se detectem. Em relação a essas diferenças, destacamos a sede concelhia que, como seria previsível, apresenta valores negativos, já que a actividade agrícola aí tem uma incidência mínima. Por outro lado, naquelas freguesias onde outros sectores de actividade apresentam uma implantação incisiva, as pontuações aí obtidas são inferiores às registadas na figura anterior.

Relativamente aos outros exemplos, refira-se apenas que há uma maior extensão dos valores positivos, demonstrando assim a importância que esta actividade, efectuada nos moldes tradicionais, apresenta no concelho. São mais evidentes estas diferenças sobretudo nas freguesias situadas no limite Sul e SE do concelho, acompanhadas por Estorãos e Arcos.

c) Grau de implantação das actividades industriais e terciárias

Após as análises anteriores, fácil se torna a compreensão da Fig. 16 em que representamos a incidência das actividades industriais e terciárias no concelho, que denominamos «Sectores secundário e terciário: domínio da pequena empresa de estrutura familiar». E a justificação deste título é evidente, se observarmos que a informação que apresenta maior correlação

corresponde à variável que congrega o número de estabelecimentos cujo contribuinte se colectou a título individual. Atinge o valor de 0.214. Os valores imediatos são retidos pelas empresas de estrutura familiar, cujo quadro activo se limita ao «gerente» proprietário (0.212) e em que o ramo



-5.000
-3.000
-1.000
-0.000
1.000
2.000
5.000

10,000
13,000
17,270
27,669

Fig. 16 — Sectores secundário e terciário: domínio da pequena empresa de estrutura familiar.

Fonte: P.I.C.I., Repartição de Finanças de Ponte de Lima.

alimentar se evidencia também (0.211). Refira-se ainda que a pontuação que as variáveis relativas ao início de actividades apresentam, se vê ampliada com a aproximação da década de oitenta, atingindo mesmo o seu valor máximo em 1981/1985 (0.211).

Esta componente, cuja variância explicada atinge 77,7% apresenta, por outro lado, uma repartição espacial distinta das anteriores. De facto (Fig. 16) destaca-se nitidamente a sede concelhia, a única freguesia que apresenta uma pontuação de 27.669, demonstrando possuir uma grande concentração destas actividades. E a concentração é tal que a segunda freguesia que nos surge, Arcozelo, não ultrapassa os 12.339, enquanto as restantes, onde esta componente conhece alguma infiltração, apresentam 2.318 a 3.693 de pontuação (Correlhã, Ribeira e Refoios do Lima), para além do Freixo. Esta última correspondia a 4.813.

Por outro lado, não restam dúvidas de que são as actividades primárias que dominam no concelho, pois a grande maioria das freguesias apresenta valores negativos nesta componente.

d) Globalidade da informação

E novamente as mesmas linhas de orientação já anteriormente referidas se repetem com destaque para a sede concelhia e Arcozelo (expansão da sede), prolongando-se os valores mais salientes sobretudo ao longo dos grandes eixos viários (Fig. 17). Com pontuações muito homogéneas (variando entre 0.018 e Q.143), é sobretudo a informação relativa à população que revela os valores mais destacados, seguindo-se-lhe as variáveis que englobam a informação relativa aos sectores secundário e terciário. Por último, apresentando as menores pontuações surge o sector ' primário. Nestas condições, embora se torne difícil a denominação da primeira componente, cremos, no entanto, que pelos argumentos apresentados a podemos apelidar de «Níveis de desenvolvimento sócio-económico». A sua distribuição espacial corresponde, quase sem alterações, a um decalque da distribuição da população. De facto, como aliás já constatámos, a maior densidade da população é sempre acompanhada por um maior desenvolvimento económico, sendo sempre muito superior o número de estabelecimentos comerciais e industriais aí implantados.

Em suma, é nítida a heterogeneidade sócio-económica existente na área administrativa de Ponte de Lima, heterogeneidade essa que se baseia, essencialmente, na recente implantação do sector industrial, mas também do terciário. Esta implantação acompanha sempre uma maior densidade populacional bem como uma boa acessibilidade aos principais núcleos. Actualmente há indícios que nos levam a pensar que esta área está a alargar os seus horizontes, diversificando quer os ramos industriais, quer as próprias estruturas, começando a notar-se uma maior implantação de empresas de estrutura «empresarial» apoiadas em maiores capacidades técnico-financeiras.

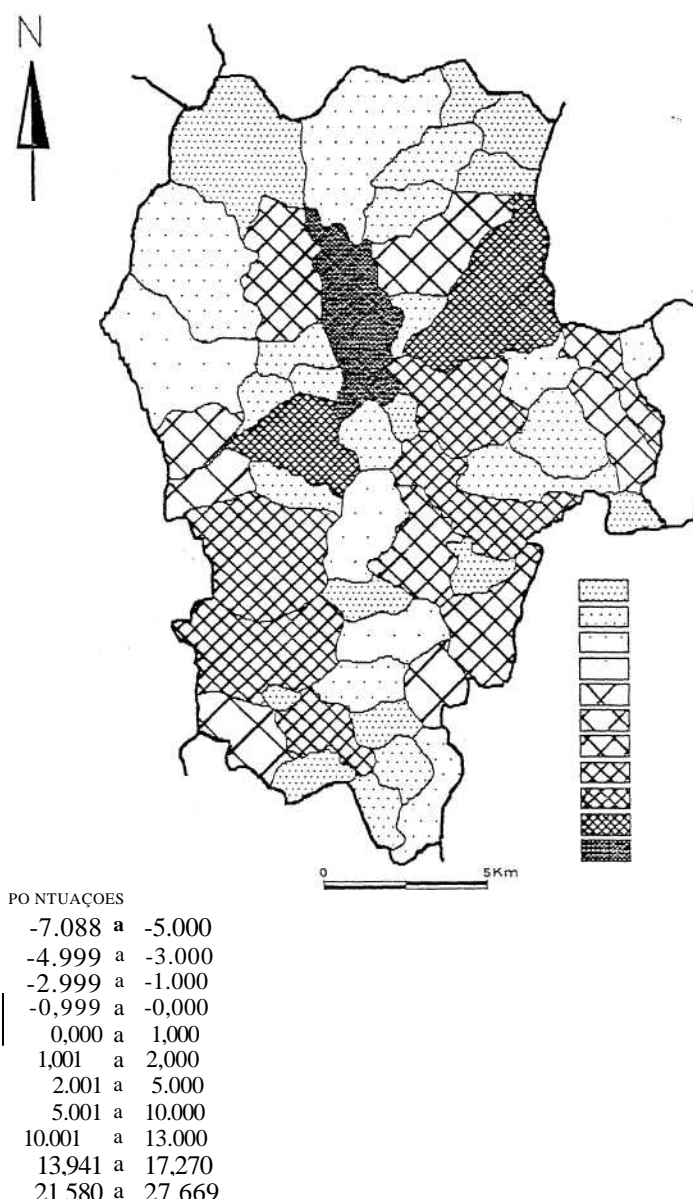


Fig. 17 — Níveis de desenvolvimento sócio-económico.

Fonte: Repartição de Finanças de Ponte de Lima, I.N.E..

Conclusão

Este domínio concelhio apresenta-se morfológica, económica e socialmente contrastante. Recorde-se, que desde sempre foi uma área atravessada por importantes vias de comunicação, característica, aliás, que esteve na origem e posterior expansão da sua sede — aglomerado de Ponte de Lima.

Só após o atribulado período medieval se instalou uma certa acalmia o que possibilitou que a população e a economia local se expandissem embora muito lentamente. Poderemos considerar como marcos destas

transformações os séculos XV e XVI. Assiste-se, posteriormente, a um florescer das actividades económicas de índole «secundária» e terciária, que, no entanto, sofreu uma grande estagnação e/ou retrocesso no século XVIII, prolongando-se até ao início do século XX. Contudo, permanecia irrefutável o predomínio das actividades agrícolas no panorama económico local, embora enfermando de graves deficiências visíveis a todos os níveis. Esta característica permaneceu quase imutável até à segunda metade do séc. XX.

De facto, a amplas veigas de solos muito férteis que marginam o rio Lima e seus principais afluentes contrapõem-se as áreas serranas, confinadas frequentemente por vertentes de forte declive e solos por vezes esqueléticos. Nestas últimas áreas os baldios têm a sua importância sendo aproveitados para a deambulação de rebanhos. A pastorícia é complementada pela silvicultura, apicultura e por alguma agricultura efectuada em moldes tradicionais.

Às vertentes, habitualmente florestadas, onde se intercala alguma agricultura cuja morfologia agrária assenta frequentemente no socalco, opõem-se os plainos aluviais domínio inquestionável da agricultura realizada também em termos tradicionais. Apoia-se, tal como o anterior domínio, numa estrutura fundiária deficiente, assim como numa população onde o baixo nível cultural é patente, bem como a formação técnica. Estas características encontram-se directamente correlacionadas com a elevada média etária do dirigente agrícola.

Foi sobretudo após os anos sessenta que a estrutura económica deste concelho começou a transformar-se, embora muito lentamente, pois multiplicaram-se os estabelecimentos quer de índole comercial, quer industrial. Implantaram-se preferencialmente nas áreas seleccionadas nas experiências anteriores e acompanhando os principais eixos viários. É de salientar também que só nos anos oitenta a «indústria» se começou a diversificar, surgindo embora esta característica em estado embrionário. Estas unidades apresentam uma estrutura familiar, com uma população laboral que raramente ultrapassa os 5 empregados e de que, inclusivamente, mais de 70% se limitam apenas ao seu proprietário.

Enquanto o sector secundário se encontra ainda hoje em lugar muito subalterno, pode sublinhar-se que o sector terciário ocupa actualmente a segunda posição na estrutura económica concelhia. Todavia, também ele se apresenta mal dimensionado, com uma estrutura essencialmente familiar e além disso, muito concentrado na sede e áreas de maior expansão urbana.

Domina largamente o comércio de apoio diário à população, de que destacamos o alimentar. Só muito recentemente (década de oitenta), desponta na sede concelhia o comércio de tipo urbano, com especial evidência para os *snacks*, restaurantes e mini-mercados.

Cimentam-se cada vez mais as assimetrias detectadas na área em análise com o finalizar das décadas de setenta e oitenta, ampliando-se deste modo, o fosso existente a nível sócio-económico entre as diferentes freguesias.

Nestas circunstâncias, qual será o futuro desta área, e em particular do seu lavradio já que ele se encontra na base de sustentação económica da população?

É nossa convicção que a área das aldeias apresentará uma evolução distinta da da veiga, pois que, enquanto na primeira, com o alastrar da construção civil, apenas em condições excepcionais permanecerão algumas leiras — é mais comum o parcelamento contínuo —, na veiga haverá tendência para uma situação inversa, tanto mais que existe já um termo de comparação. No entanto, se já na década de sessenta foi difícil ultrapassar problemas vários relacionados com as características sociais dos agricultores, e em particular da sua mentalidade, em 1988 essa dificuldade persiste, pois o nível económico da população quando melhora, na grande maioria dos casos tem por base a população emigrante ou aqueles que se ausentaram. São, pois, outras actividades económicas que fixam a população, que progressivamente abandonam a actividade agrícola, ou a considera como secundária, reservando-a para os mais idosos.

No entanto, impõe-se uma transformação que impeça a deserção da população local. Para tal serão necessários, porém, meios oficiais (técnicos, financeiros, etc.) que facultem aos agricultores mais jovens condições que lhes permitam olhar para a agricultura como uma actividade tão compensadora como qualquer outra, por forma que não sejam considerados como pessoas de «segunda ou terceira» categoria. Além disso, se há o domínio da população idosa no concelho, é necessário estimular a fixação da população activa, aberta a inovações. O mesmo se repete com aqueles emigrantes entretanto regressados. Portadores de experiências obtidas no estrangeiro, possuidores de capital que podem investir e de uma mentalidade muito mais aberta, há que estimulá-los a investir em projectos, mas devidamente orientados por técnicos e que permitam uma maior e diversificada implantação industrial e mesmo comercial.

Nó entanto, e como é evidente, todas as alterações a introduzir terão de estar inseridas num conjunto muito vasto, a «Ribeira Lima», onde uma grande reestruturação é cada vez mais necessária.

BIBLIOGRAFIA

- BOUIER, Abel — *La Galice (Essai géographique danalyse et d'interprétation d'un vieux complexe agraire)* Imprimerie Yonnaise, La Roche-Sur-Yon, 1979.
- ALMEIDA, Fortunato de — *História de Portugal*, 4 vols., Coimbra, 1922/1926.
- AMARO, Pedro — *A protecção integrada em agricultura*, Comissão Nacional do Ambiente Lisboa, 1982.
- AMORIM, Francisco Gomes — *Viagens ao Minho*, in *Panorama*, vol. XV, 2.^a, 4.^a Série, Lisboa 1858.
- Arquivo de Ponte de Lima, vol. II, 1981.
- AURORA, Conde d' — *O Solar de Bertandos*, edição do autor, 1956.
- *Roteiro da Ribeira Lima*, 3.^a edição, Lisboa, 1959.
- BARBERIS, C. — *Les agriculteurs de la CEE face a son élargissement*, *Economie Rurale*, 1978, n.^o 123, p. 21-23.
- BARBICHON, Guy — *Migration et conscience d'identité régionale. Uailleurs, Vautre et le soi*, in *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. LXXV, 1983.
- BARRAL, P. — *Les sociétés rurales du XX^e siècle*, Paris, A. Colin, 1978.
- BARROS, Henrique — *Mouzinho da Silveira*, Lisboa, 1936.
- *Os grandes sistemas da organização da economia agrícola*, Lisboa, 1975.
- BARRROS, Afonso de — *Modalidades de pequena agricultura*, *Rev. Crítica de Ciências Sociais*, n.^o 7/8, Dez., 1981, p. 111-134.
- CABRAL, M. Villaverde — *A ética dos estudos camponeses: notas breves para uma reflexão sobre o campesinato e o seu «futuro» em Portugal*, *Rev. Crítica de Ciências Sociais*, n.^o 7/8, Dez. 1981, p. 135-148.
- *Materiais para a história da questão agrária em Portugal, séc. XIX e XX*, Porto, 1975.
- CANEVET, C. — *Les mutations de l'espace rurale*, *Norois, Poitiers*, 27, n.^o 105, 1980, p. 5-18.
- CAVACO, Carminda — *A pluriactividade da pequena agricultura portuguesa*, *Rev. Crítica de Ciências Sociais*, n.^o 7/8, Dez., 1981, p. 171-194.
- CHASSAGNE, M. E. — *Vagriculture et son espace dans une société pos-industrielle*, *Economie Rurale*, 1981, n.^o 140, p. 10-75.
- CHRISTIANSEN, S. — *Classification of agricultural systems*, *Geografisk Tidsskrift*, 78/79, 1979, p. 1-3.
- CHOSSON, J. F.; JACOBI, D. — *Développement des zones rurales marginalisées et formation des agriculteurs*, *Economie Rurale*, n.^o 143, 1981, p. 53-56.
- Código Civil Portuguez aprovado por carta de lei de 1 de Julho de 1967, 5.^a edição oficial, Lisboa, Imprensa Nacional, 1879.
- Código de Processo Civil actualizado, Livraria Almedina, Coimbra, 1978.
- CISTA, Francisco Chorão; COSTA, Fernando Mendes da — *A viabilidade das pequenas explorações*, *Rev. Crítica de Ciências Sociais*, n.^o 7/8, Dez., 1981, p. 271-285.
- D ATOO, B. A. — *Towards a reformulation of Boserup's theory of agricultural change*, *Economie Geography*, Worcester, n.^o 2, 54, 1978, p. 135-144.

- FERNANDES, Blasco Hugo — *Problemas agrários portugueses. Estruturas tecnológicas, políticas agrícolas — Reforma estrutural*, 2.* edição, Lisboa, 1979. FLOUZAT, Denise — *Economia contemporânea*, 3.º tomo, Coleção Espiral, Rés-Editora, Lda., 1983. FORTUNA, Vasco Nunes Pereira — *Dimensão sócio-económica do trabalho da mulher*, I.S.C.U., Lisboa, 1981. FOTHERINGHAM, A. S.; REEDS, L. G. — *An application of discriminant analysis do agricultural land use prediction*, *Economic Geography*, 55, n.º 2, Worcester, 1979, p. 114-122.
- FRAGUAS, António — *Uma sociedade agrária*, vol. 1, 1979, p. 211-217. FRIEDMAN, Georges — *Villes et campagnes*, 2.* edição, colin, 1978. FROMENT, A. — *Les problèmes de décollage appliqués dans les régions rurales défavorisées*, *Etudes et Expansion*, n.º 278, 1978, p. 799-802. GOLDEY, Patrícia — *Emigrantes e camponenses: uma análise da literatura sociológica* *Análise Social*, Lisboa, 18(71), Abr.-Jun., 1982, p. 533-553. GRIGG, David — *Agricultural Geography*, *Progress in Human Geography*, London, 5, Jun., 1981, p. 268-276. HAUDRICOURT, André G.; DELAMARRE, Mariel J. Brunhes — *L'homme et la charrue*, Coll. L'Homme et la Nature, Lyon, 1986.
- LEACH, Edmund — *Culture and communitation*, Cambridge, 1976. Legislação diversa sobre arrendamento rural e emparcelamento da propriedade rústica, Imprensa Nacional de Lisboa. LEMOS, Miguel Roque dos Reys — *Anais Municipais de Ponte de Lima*, 2.* edição, Ponte de Lima, 1977. LOPES, António Simões — *A pequena agricultura no desenvolvimento regional*, *Rev. Crítica de Ciências Sociais*, n.º 7/8, Dez., 1981, p. 11-28. MENDES, Casimira; BETTENCOURT, M. L. — *O clima de Portugal*, Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, Fase. XXIV, Lisboa, 1980. MENDONÇA, P. de Varennes — *Sobre o novo método de balanço hidrológico do solo de Thornthwaite-Mather*, *An Instituto Superior de Agronomia*, 22, p. 271-282.
- NAZARETH, J. Manuel — *O envelhecimento da população portuguesa*, Lisboa, 1979. ORTIGÃO, Ramalho — *As farpas*, Tomo I, E. C. Leitores, Lisboa, 1988, p. 5-43. PEREIRA, Mário — *A estrutura agrária portuguesa (1968-1970) — suas relações com a população e a produção agrícola*, *Estudos de Economia Agrária*, Inst. Gulb. de Ciência, 1979. PILLEBOUE, M. — *Retour à l'espace rurale*, Pyrénées et Sud-Ouest, 49-3, Toulouse, 1978, p. 425-427. PINA, Maria Helena Mesquita — *Bertiandos — Aspectos evolutivos da sua estrutura fundiária*, Sep. CENPA, Porto, 1986, p. 411-427
- *Bertiandos — Actual arranjo do espaço agrário*, Faculdade de Letras do Porto, 1985.
- *A Veiga do Lima e a adesão à CEE*, Actas IV Colóquio Ibérico de Geografia, Coimbra, 1986, p. 177-197. PINTO DE GUSMÃO, R. — *Estudo da organização agrária da Região Sul através de uma análise factorial*, *Rev. Brasileira de Geografia*, 1974, p. 33-52. RAU, Virgínia — *Feiras Medievais Portuguesas — subsídios para o seu estudo*, Editorial Presença, 2.ª edição, 1983.
- RIBEIRO, Orlando — *Ensaio de geografia humana e regional*, Lisboa, 1970. ROSTOW, W. W. — *The world economy, history and prospect*, Macmillan, 1978. SARFATI, Hedra; KOBRIN, Catherine — *La flexibilité du marché de l'emploi: un enjeu économique et social*, B. I. T., Genève, 1987.
- SAMPAIO, G. — *Flora Portuguesa*, 2.* edição, Porto, 1946.

O Espaço Agrário de Ponte de Lima

- SILVA, António da — *Nobres casas de Portugal*, p. 275-282.
- SILVA, Carlos da — *A pequena agricultura e o seu condicionalismo geo-histórico*, Rev. Crítica de Ciências Sociais, n.º 7/8, Dez., 1981, p. 29-58. SILVA, Rosa Fernanda Moreira da — *Paisagem agrária das planícies e colinas minhotas* — *Contrastes e mutações*, vol. I e Anexos, Dissertação de Doutoramento, Porto, 1981, 470 p., Anexo, 94 p.
- TORRENS-IBERN, J. — *Modeles et méthodes de Vanalyse factorielle*, Dunod, Paris, 1972.
- VARELA, José Augusto dos Santos — *A política agrícola comum e a sua aplicação à agricultura portuguesa* — *Política de estruturas e reformas*, Biblioteca de Economia e Gestão, n.º 4, Lisboa, 1988. VDILLAC, Michel — *Les structures familiales se transforment profondément*, in *Economie et Statistique*, n.º 152, 1983, p. 39-53. Anuários Qimatológicos. Levantamento dos Processos Individuais de Contribuição e Impostos (Grupos A, B, e C), Repartição de Finanças de Ponte de Lima.
- Serviços Regionais de Agricultura de Entre Douro e Minho — Fichas Informativas.
- Direcção dos Serviços Regionais de Hidráulica do Porto.

ANEXOS

ANEXO 1

Análise realizada com base nas 27 variáveis que se seguem:

- VI —População residente em 1960.
- V2 —População residente em 1981.
- V3 — População activa em 1981 a exercer funções no sector secundário.
- V4 — População activa a exercer funções em 1981 no sector terciário de natureza social.
- V5 — População activa em 1981 a exercer funções no sector terciário de natureza económica.
- V6 — População com 0 a 11 anos de idade em 1981.
- V7 — População masculina com 12 a 19 anos de idade em 1981.
- V8 —População feminina com 12 a 19 anos de idade em 1981.
- V9 — População masculina com 20 a 29 anos de idade em 1981.
- V10 — População feminina com 20 a 29 anos de idade em 1981.
- Vil — População masculina com 30 a 39 anos de idade em 1981.
- V12—População feminina com 30 a 39 anos de idade em 1981.
- V13 —População masculina com 40 a 49 anos de idade em 1981.
- V14 — População feminina com 40 a 49 anos de idade em 1981.
- V15 — População masculina com 50 a 59 anos de idade em 1981.
- Vió—População feminina com 50 a 59 anos de idade em 1981.
- V17 — População masculina pom 60 ou mais anos de idade em 1981.
- V18 — População feminina com 60 ou mais anos de idade em 1981.
- V19—Total de alojamentos existentes em 1981.
- V20—Total de alojamentos com banho em 1981.
- V21 — Total de alojamentos com água canalizada em 1981.
- V22—Total de alojamentos com retrete em 1981.
- V23 —Total de alojamentos com electricidade em 1981.
- V24—Total de alojamentos com cozinha em 1981.
- V25 —Total de alojamentos com 1 ou 2 divisões em 1981.
- V26—Total de alojamentos com 3 a 5 divisões em 1981.
- V27 —Total de alojamentos com mais de 5 divisões em 1981.

ANEXO 2

Total de 28 variáveis utilizadas na segunda análise, que incluem as seguintes informações:

- VI — Número de explorações agrícolas com área inferior a 0,5 ha em 1979.
V2 — Número de explorações agrícolas com área compreendida entre 0,5 e 1 ha em 1979.
V3 — Número de explorações agrícolas com áreas compreendidas entre 1 e 3 ha em 1979.
V4 — Número de explorações agrícolas com áreas compreendidas entre 3 e 5 ha em 1979.
V5 — Número de explorações agrícolas com áreas compreendidas entre 5 e 10 ha em 1979.
V6 — Número de explorações agrícolas com área superior a 10 ha em 1979.
V7 — Número de explorações agrícolas com gado bovino em 1979.
V8 — Número de explorações agrícolas com culturas permanentes em 1979.
V9 — Número de explorações agrícolas com outros tipos de cultura em 1979.
V10 — Área agrícola total em 1979.
III — Área florestal total em 1979.
V12—Número de explorações agrícolas cujo rendimento provém exclusivamente da exploração em 1979. V13—Número de explorações agrícolas cujo rendimento provém em mais de 50% da exploração em 1979. V14 — Número de explorações agrícolas cujo rendimento provém em menos de 50% da exploração em 1979. V15—Número de explorações agrícolas onde a totalidade dos trabalhos agrícolas é feita pelos elementos do agregado doméstico do produtor em 1979. V16 — Número de explorações agrícolas onde a maior parte dos trabalhos agrícolas é feita pelos elementos do agregado doméstico do produtor em 1979. V17 — Número de explorações agrícolas onde a maior parte, ou mesmo a totalidade dos trabalhos agrícolas é feita por pessoal remunerado em 1979.
V18 — Número de familiares do produtor agrícola com idade inferior a 12 anos em 1979. V19— Número de familiares do produtor agrícola com idades compreendidas entre 12 e 19 anos em 1979. V20 — Número de familiares do produtor agrícola com idades compreendidas entre 20 e 34 anos de 1979. V21 —Número de familiares do produtor agrícola com idades compreendidas entre 35 e 54 anos de 1979. V22 — Número de familiares do produtor agrícola com idades compreendidas entre 35 e 54 anos de 1979. V23 — Número de familiares do produtor agrícola com idade igual ou superior a 65 anos em 1979.
V24 — Número de explorações agrícolas exploradas por conta própria em 1979.
V25 — Número de explorações agrícolas exploradas por arrendamento em 1979.
V26—Número de explorações agrícolas exploradas por forma mista em 1979.
V27 — Número de explorações agrícolas exploradas por outras formas em 1979.
V28 — Número total de explorações agrícolas de tipo empresarial em 1979.

ANEXO 3

Análise efectuada tendo por base as seguintes variáveis:

- V1 — Número de estabelecimentos vocacionados para as actividades agrícolas, silvicultura, pecuária, pescas e extracção mineira em 1987.
- V2 — Número de unidades industriais inseridas no ramo alimentar e bebidas em 1987 V3 — Número de unidades industriais inseridas no ramo de madeiras e mobiliário em 1987. V4 — Número de unidades industriais inseridas em diversos outros ramos de actividade em 1987.
- V5 — Número de empresas de construção civil e obras públicas em 1987. V6 — Número de estabelecimentos de comércio grossistas em 1987. V7 — Número de estabelecimentos de comércio retalhista no ramo alimentar e bebidas em 1987.
- V8 — Número de estabelecimentos de comércio retalhista de diversos ramos em 1987. V9 — Número de estabelecimentos como cafés, restaurantes e similares em 1987. V10 — Número de empresas transportadoras em 1987.
- V11 — Número de estabelecimentos de serviços de natureza económica em 1987. V12 — Número de estabelecimentos de serviços de natureza social em 1987. V13 — Número de estabelecimentos de reparações diversas em 1987. V14 — Número de estabelecimentos que iniciaram a sua actividade em 1963/65. V15 — Número de estabelecimentos que iniciaram a sua actividade em 1966/70. V16 — Número de estabelecimentos que iniciaram a sua actividade em 1971/75. V17 — Número de estabelecimentos que iniciaram a sua actividade em 1976/80. V18 — Número de estabelecimentos que iniciaram a sua actividade em 1981/85. V19 — Número de estabelecimentos que iniciaram a sua actividade em 1986/87. V20 — Número de estabelecimentos cujo tipo de contribuinte é o individual em 1987. V21 — Número de estabelecimentos onde laboram somente o gerente e um empregado em 1987.
- V22 — Número de estabelecimentos onde laboram 3 a 5 pessoas em 1987. V23 — Número de estabelecimentos onde laboram 6 a 20 pessoas em 1987. V24 — Número de estabelecimentos onde laboram mais de 20 pessoas em 1987. V25 — Número de estabelecimentos de estrutura familiar onde trabalha somente o «gerente» em 1987. V26 — Número de estabelecimentos de estrutura familiar onde trabalha somente o «gerente» acompanhado por um familiar em 1987. V27 — Número de estabelecimentos de estrutura familiar onde trabalharam 3 ou mais familiares em 1987. V28 — Número de estabelecimentos de estrutura mista em 1987.

RÉSUMÉ

Après avoir vécu dans une atmosphère mouvementée, surtout jusqu'au XVI^e siècle, le «concelho» actuel de Ponte de Lima n'a vu prospérer ses activités économiques qu'à partir du XVII^e siècle. Au milieu du XX^e siècle les fondements de son économie étaient restés essentiellement sylvoagriques, et s'inscrivaient dans une structuration foncière très déficiente. La situation démographique était caractérisée par le vieillissement d'une population peu cultivée et à la formation technique insuffisante.

La structure économique de ce «concelho» n'a commencé à se transformer qu'après les années 60, en s'orientant vers une meilleure diversification et spécialisation des activités. Cependant, les unités productives, traditionnellement familiales, ou l'équipement technique et la formation professionnelle sont presque inexistantes, continuent à prédominer. Par ailleurs, les asymétries spatiales détectées se sont cimentées avec plus de solidité. Ce travail explique qu'à la fin de la décennie de 1980, Ponte de Lima présente de nombreux contrastes dans le domaine de la morphologie, économique et sociale, et ceci quelque soit l'origine de notre information, ou même les techniques que nous avons utilisées dans l'analyse statistique.

ABSTRACT

The present council area of Ponte de Lima, resulting from a turbulent history until the 16th century, only experienced growth in its economic activity from the 17th century onwards. And yet by the second half of the 20th century its economy was based essentially on an agroforestry sector, supported by a most inadequate agrarian structure and by an aged population with a low level of learning and of technical instruction.

It was only after the 1960s that the economic structure of this council area began to transform with greater diversification and specialization. However, the traditional entity of the family structure still dominates and technical equipment and professional training are almost nonexistent. On the other hand, the spatial asymmetry which has been detected becomes ever more pronounced; at the end of the 1980s we are thus presented with a morphological, economic and socially contrasting domination, whatever the information which this analysis might be based upon and the technique of statistical treatment which might be used, as this article shows.